

RAÍZES

Ano II N: 3

São Caetano do Sul

julho de 1990



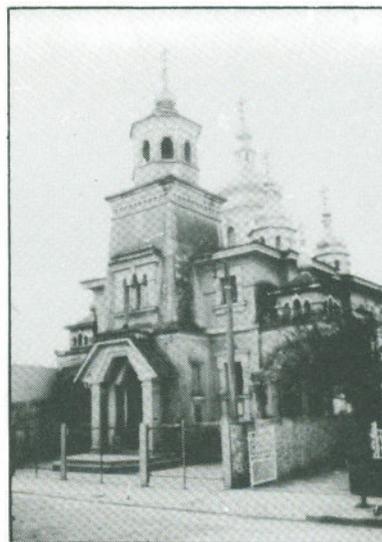
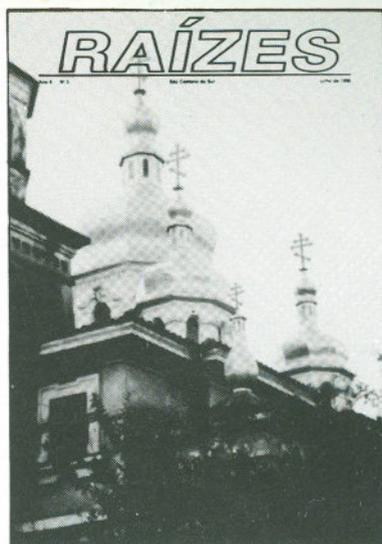
Presente e passado, um jogo de espelhos

A primeira acepção do termo *raiz* vincula-se à Morfologia, em Botânica: designa a porção do eixo das plantas superiores que cresce geralmente dentro do solo, e cuja função fundamental é fixar o organismo vegetal e retirar do substrato os nutrientes e a água necessários à vida da planta.

Não foi por acaso que esta revista acabou sendo designada com o plural do mesmo vocábulo: *Raízes*. Sua função é retirar, a exemplo do que ocorre com os vegetais, os nutrientes necessários à continuidade da vida do organismo social. Não se trata de um simples mergulho raso e saudosista: trata-se de uma incursão metódica, reiterada, crítica, incisiva, de um confronto permanente entre os valores que moldaram o passado e ainda repercutem no presente, ou valores que vincaram a vida passada e estão sendo repensados e rearticulados no momento atual.

A interdisciplinaridade vem dominando as Ciências Humanas. Quanto mais complexa vai se tornando a sociedade, maior se mostra a necessidade de estudos multidisciplinares, que iluminem, sob ópticas divergentes, os mesmos fenômenos. E debaixo dessa perspectiva, presente e passado não deixam de ser um jogo de espelhos, que se vão refletindo nos atos cotidianos.

O terceiro número de *Raízes* mescla testemunhos e depoimentos com pesquisa histórica e social, *flashes* do cotidiano vivido há algumas décadas e reconstituição de eventos políticos. Tempera, portanto, esse mergulho crítico no passado com a mesma diversidade com que se vive o presente. A expectativa é de que o total de espelhos continue sendo ampliado, para que se possa obter maior refração das imagens e dos fatos que ora separam, ora vinculam o passado ao presente.
O Editor



Capa e contracapa: Igreja Ortodoxa Ucrâniana Autocéfala
(rua dos Ucrânianos, São Caetano do Sul)

RAÍZES

Publicação da Assessoria de Comunicação Social
da Prefeitura de São Caetano do Sul
Ano II Número 3
Avenida Goiás, 600, 3º andar (CEP 09520)
Telefone: (011) 441-1634 Telex: 114-4938

Editor/Jornalista responsável
Aleksandar JOVANOVIĆ
(MTb 13.165, Sijesp 7.290)

Conselho Editorial
Aleksandar Jovanovic, Claudinei Rufini, Henry Veronesi, Mário Botteon, Oscar Garbelotto, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenizio Petrolli

Fotos

José Honório de Castro, Luciano Vicioni (capa e contracapa), Gilson C. dos Santos, Museu

Municipal de São Caetano do Sul, arquivos particulares de Miro Basso, Adauto C. Campanella, Henry Veronesi, Oscar Garbelotto, Carlos Haukal, João Colovatti, José de Souza Martins, Museu de Santo André, Esperança Martorelli Cairo (coleção), Departamento do Arquivo do Estado, Revista Ferrovia (abril de 1956).

Impressão

OESP Gráfica

A revista *Raízes* está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação da revista não são devolvidos, exceção feita a fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

ÍNDICE

Página 4

Volta da escola num dia do passado
Henry VERONESI

Página 12

O bairro de São Caetano no censo de 1765
José de Souza MARTINS

Página 20

O bondinho das professoras (crônica de uma época)
Jayme da Costa PATRÃO

Página 23

São Caetano: uma face do ABC
Maria Tereza Aina SADEK

Página 24

*A passeata do Silêncio e o Movimento Estudantil
na década de 60*
Oscar GARBELOTTO

Página 27

Memória fotográfica

Página 36

Crônicas da rua Baraldi
Ademir MÉDICI

Página 39

Os Passatempos Prediletos
Claudinei RUFINI

Página 43

Mauá, o barão, e o desenvolvimento do ABC
Antonio ANDRADE

Página 46

*Brasão e bandeira de São Caetano do Sul
(origem, cronologia e crítica)*
Valdenizio PETROLLI

Página 49

A família de Fernando Capuano
Mario BOTTEON

Página 50

Homenagem
Ângelo Raphael Pellegrino
Sonia Maria FRANCO XAVIER

Página 54

Reportagem
Em busca das próprias raízes



Continuamos com nosso projeto cultural, objetivando reconstituir a história de São Caetano do Sul. Nesta semana, ainda, conversando com o engenheiro Júlio Neves, dizia-me ele do prefeito Saladino, seu avô, que dá nome a uma das estações que cortam o vizinho município de Santo André, servindo à ferrovia suburbana. Foi Saladino nosso prefeito, nos primórdios da grande área metropolitana. Contudo, a História é fraca em dados e informações tão significativas e somente com a emancipação político-administrativa (1948) é que o sistema representativo político passou a empilhar acervos e nosso povo conheceu dele. Na primeira fase, somos fracos de dados e coerente será rebuscarmos elementos valiosos que nos reconstituam as origens antigas em nomes, imagens e fatos.

Faremo-lo.

Sabemos que o passado pelo passado torna-se meio sem sentido, mas o ensino da História é capaz de despertar interesses, se posto numa realidade viva. As diferentes fases da cultura integram a comunidade e, lado a lado, o velho com o de "hoje", um reconhece no outro a importância de seus papéis na sociedade. Aquele é visto como o "construtor do tempo" e, por isso, ativo e útil para a sociedade como construtor do processo histórico e pelo papel cultural que desempenhou. O "hoje" projetará o passado-presente e o futuro. Realidade presente para os continuadores da cidade.

Esse processo é que terá dinâmica e dará sentido ao projeto que ora desenvolvemos, semestralmente, via **Raízes**.

Notamos, outrossim, o entusiasmo da cidade e dos leitores, quando compulsam os dados da revista e o incentivo recebido é a manutenção do programa e a sua efervescência no conteúdo coletado e a ser pesquisado, como o do prefeito Saladino, que estará no número próximo.

Acreditamos no valor cultural de **Raízes**.

Luiz Olinto Tortorello
Luiz Olinto Tortorello
Prefeito

São Caetano do Sul, julho de 1990

Volta da escola num dia do passado

Henry VERONESI (*)



Grupo Escolar Senador Flaquer: alunos do 2º ano masculino. Entre eles Boava, Félix, Radamés, Sernagiotto, Infanti, Severino, Paggi, Américo, Lodi, Franchini, Montini, Marchiori, Perrella, Veronesi, Riera. À esquerda, o professor Jorge A. Perrenoud, diretor, e a professora Moema de Carvalho, à direita (1933)

A sineta estava sendo tocada pelo senhor Theodoro de Lima, porteiro do Grupo Escolar Senador Flaquer, anunciando a hora da saída dos alunos do período da manhã. A meninada, saindo das classes e dirigindo-se para o corredor de saída, formava filas de dois em dois, orientada pelas respectivas professoras das classes e auxiliadas pelos serventes Raphael Donalt e Luiza Rosa Baade. O diretor do Grupo Escolar, professor Jorge Adalberto Perrenoud, da sala da diretoria, calado, tudo observava, impondo com a sua personalidade absoluto silêncio no local, naquele fim de jornada escolar.

Na saída, já na rua, cada um esperava o seu, ou os seus parceiros, para voltar para casa. Os meus companheiros de volta eram o Walter de Andrade e o Orlando Belmonte. Nesse dia, o Orlando havia faltado, e a volta foi realizada somente por mim e o Walter.

Sáímos da frente do Grupo Escolar, passando pela "Metalúrgica Barile", de propriedade dos Senhores Antonio Barile, João Barile e Orlando Barile; entrando pela Avenida Dr. Rodrigues Alves, seguimos até encontrar a Rua Perrella. Andando por essa via, rumo ao centro de São Caetano, passamos em frente à sociedade dos italianos, denominada Società di Mutuo Soccorso "Príncipe Di Napoli," onde notamos uma aglomeração de homens, entre eles, Mário Bortoletto, José Giardullo, Giuseppe Paolone, Antonio Barile, Luigi Martorelli, Matteo Constantino, e outros que, pelo visto, saíam de alguma reunião, realizada naquela sociedade.

Paramos no Cine Central para olhar os cartazes dos filmes que estavam sendo exibidos naquela semana. Era o tempo dos grandes mocinhos do cinema: Tom Mix, Kim Maynard, Henry Karye, o cachorro Rin-Tim-Tim, e dos filmes de Flash Gordon e do Maciste. Depois

de apreciados os cartazes, continuando nossa volta, passamos pelo armazém de secos e molhados do Menin, pela barbearia do Neri, pela lojinha da dona Páscoa e pela Padaria Internacional, do Senhor André Leone. Chegando à rua São Caetano hoje Avenida Conde Francisco Matarazzo) o Walter lembrou que tinha de dar um recado, de seu pai, para o senhor Dante Malavasi, que morava no fim do quarteirão da rua São Caetano, para baixo da estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway. Enquanto o meu amigo foi dar o recado, fiquei perambulando pela rua São Caetano, vendo as mercadorias que tinham sido expostas na Casa Quaglia, dos irmãos Duvílio e Olindo. Bem em frente, o seu Hugo Scalzaretto expunha na porta belíssimos cachos de bananas, mercadoria com que negociava.

Com a chegada do meu amigo, continuamos a volta. Quase na esquina da rua São Caetano com a Perrella paramos, porque as porteiras do pátio de manobras dos trens de carga da estrada de ferro S.P.R., que ficava na rua São Caetano, estavam fechadas. Naquele momento, estava passando um trem bagageiro que tinha descarregado as encomendas no armazém da estação, destinadas a São Caetano. Essas porteiras eram as que fechavam o trânsito de pedestres e veículos quando eram efetuadas as manobras. Elas abriam a passagem para esses tipos de trens que transitavam por uma linha auxiliar, e que se juntava ao tronco principal da estrada de ferro que ligava a Estação da Luz a Santos.

A composição estava sendo empurrada pela máquina. Tão logo os vagões atravessaram a via carroçável, o ajudante maquinista, descendo da locomotiva em movimento, correndo, abriu as porteiras para o tráfego de pedestres e veículos. Como era costume, a mole-

cada se pendurou nas porteiças viajando até o pára-choque delas que ficava na cerca de divisa do pátio da S.P.R.

Mal tínhamos atravessando aquele desvio da estrada de ferro, ouvimos o tilintar da campainha da cabine de sinais do tronco principal, acionada pelo cabineiro da estrada, Aníbal Soares. Era o sinal de que as porteiças iam ser fechadas pelos guarda-chancelas, Manoel Maria de Souza e Serafim Gonçalves de Oliveira, para a passagem de um trem subúrbio, ou expresso. Demos uma corrida, e conseguimos atravessar a linha, evitando, assim, precisar transpô-la pela ponte de ferro existente entre as plataformas de embarque de passageiros. Paramos na banca de jornal do senhor Gastaldo. Nisso, espantados, vimos, pela primeira vez, passar o trem Cometa, que era movido a óleo diesel, e cujo trajeto era da Estação da Luz a Santos, sem fazer parada alguma. Ele parecia deslizar sobre os trilhos, tal era a velocidade.

Comprei na banca de jornais "O Tico-Tico", e fomos beber água na Fonte Monte Alegre, que ficava no pátio da estrada de ferro. Lá encontramos o seu Mariano Sierra, concessionário da fonte, que explorava a venda da água, que vinha canalizada da Rua Rio de Janeiro, no Bairro do Monte Alegre.

Atravessando a rua São Caetano, observamos no pátio da estrada de ferro da S.P.R., que ficava do lado da Fonte Alegre, as carroças de aluguel, atreladas em belos animais, sobressaindo entre eles, uma mula de propriedade do senhor Marinotti.

Passando pela Gruta Bahiana, um bar que fazia um pastelão de camarão delicioso, cujo proprietário se chamava Salles, passamos em frente ao ponto de aluguel de carros de passeio. Lá estava a maioria dos motoristas, agrupados, conversando. Entre eles, o Angelo Riera, o Vila Bela, o Longarina, o Domingos Martinez, o Mendes e o Moacyr Passador.

Como era uma de minhas obrigações diárias, entrei na quitanda do senhor Francisco Massei (Chicão), e comprei uma dúzia de bananas, mandando "marcar" na conta de meu pai, Artemio Veronesi. Essa era uma encomenda que não podia esquecer, pois, antes de sair para o grupo escolar, minha mãe recomendava: "Não esqueça de, na volta da escola, pegar as bananas na quitanda de "Dona Longa". Dona Longa era o apelido da esposa do senhor Massei que por ser uma senhora muito alta, era assim, carinhosamente, chamada pelos seus fregueses, amigos e conhecidos.

Comprei as bananas e, na saída, precisei desperdir-me do amigo Walter. A volta para ele já tinha acabado, pois, estava bem em frente de sua casa, a loja da dona Etelvina, esposa do senhor Antonio de Andrade. Passando pela Farmácia Paolone, vi lá dentro o dr. Paolone, conversando com uma senhora e uma criança, que deveriam estar esperando alguma receita que estaria sendo manipulada no laboratório pelo farmacêutico, Imbriani Paolone. No Bar do Gino Foratini, o pessoal fazia limpeza, pois na noite anterior tinha havido uma reunião musical, realizada pelos irmãos Negro, e outros músicos da região.

Ao tentar atravessar a Rua São Caetano, quase fui atropelado por um ciclista que vinha a toda pelo leito da rua. Levei um enorme susto. Passado aquele medo repentino, alguém, que estava do meu lado, rindo, falou: "Aquele maluco é o Paulista."

O Paulista foi uma das figuras folclóricas que passaram por São Caetano. Moço de boa descendência, vivia de favores nesta cidade da maioria do povo daqui. Era muito querido. Seu maior prazer era "furta" as bicicletas dos outros para dar umas voltinhas na cidade. Era só ver uma "dando sopa", lá ia ele montar nela para o seu passeio. Ninguém se importava com o "furto" que praticava. Sabiam que depois de minutos, já cansado, retornava, e punha a bicicleta no mesmo lugar em que a tinha encontrado. Era uma pessoa, embora meio desequilibrada, inofensiva, prestativa, incapaz de fazer mal a alguém.

Do mesmo lado da calçada em que ficava o Bar do Gino Foratini, ficava o botequim do conhecido Bem-te-vi, de nome Rudolpho Richter. O Bem-te-vi, na porta do seu boteco, conversava com o seu vizinho, Ciro, um dos mais antigos alfaiates de São Caetano.

Atravessei a Rua São Caetano e dirigi-me para a charutaria e papelaria Ao Carioca do senhor Mello. A papelaria e charutaria Ao Carioca estava instalada num prédio de propriedade da Sociedade Beneficente Internacional União Operária São Caetano, na esquina da Rua São Caetano com a Rua Serafim Constantino, bem em frente da Casa Weygand, dos irmãos Carlos e Rodolpho.

Antes de entrar na papelaria, dei uma olhada nas vitrines que ficavam penduradas nas paredes externas da loja. Na Rua Serafim Constantino, avistei meu irmão Angelino, que dirigia um carregamento de móveis de escritórios, fabricados pela Marcenaria Scartoz-



Grupo Escolar Senador Flaquer (rua Heloísa Pamplona): saída de alunos. Detalhe: cerca de ripas, muito usada na época



Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, entidade que congregava os italianos e filhos de italianos (sem data)



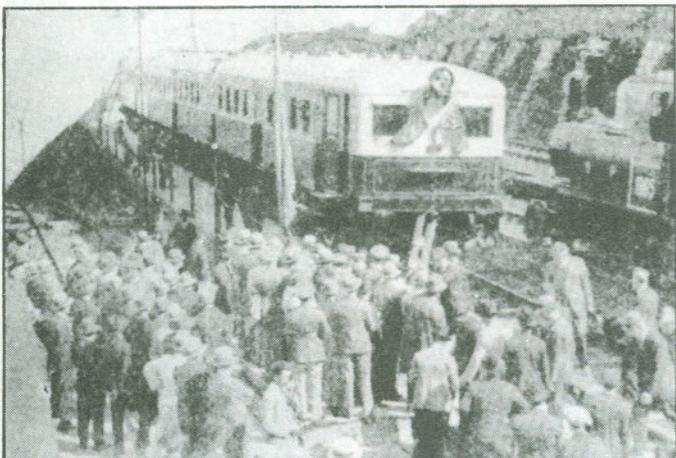
Rua Perrella, esquina com a rua São Caetano. Detalhes: do lado esquerdo, a Padaria Internacional; do lado direito, a loja de dona Páscoa, que está diante da porta (década de 30)



Rua São Caetano, abaixo da estação. Pormenores: Casa Quaglia, à direita, dos Irmãos Duvilio e Olinto, e o depósito de bananas, à esquerda, de Hugo Scalzareto, que está à porta (anos 30)

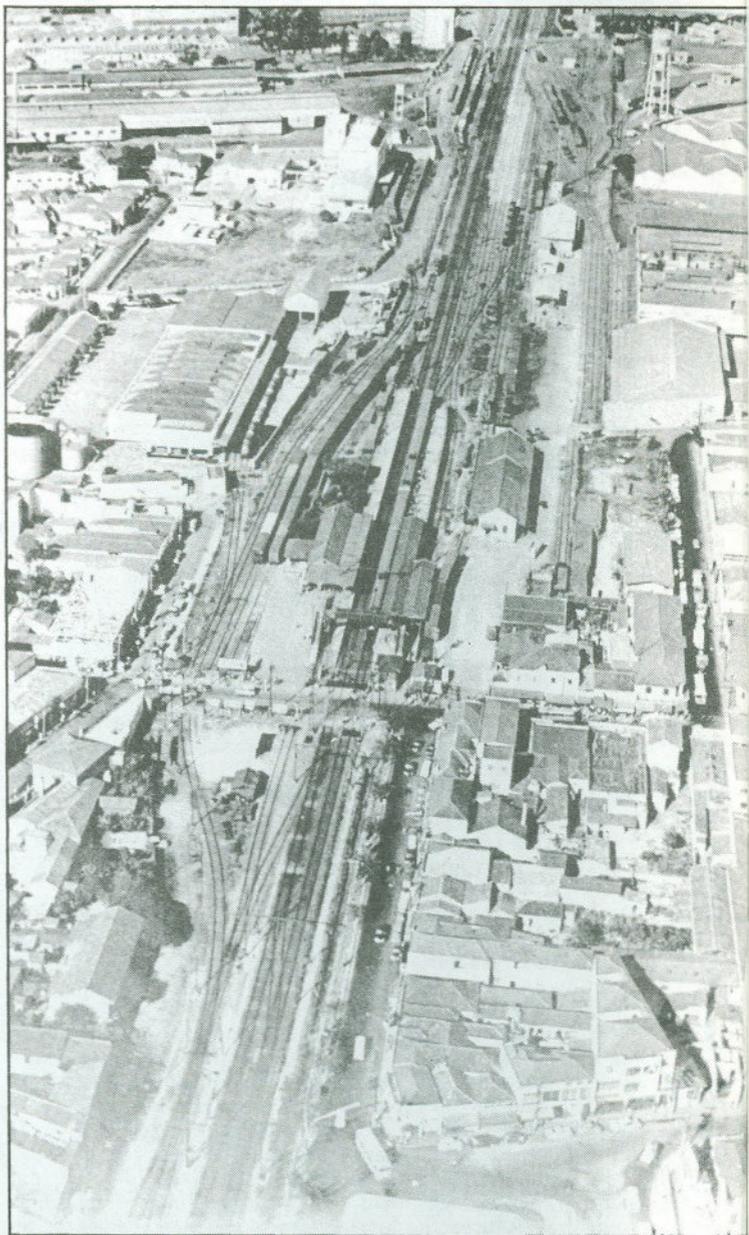


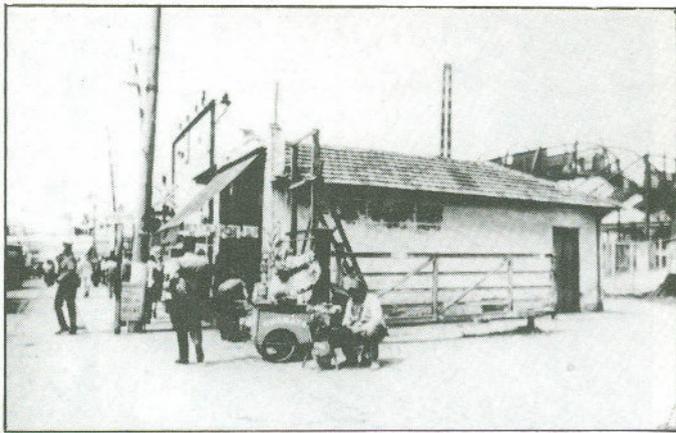
Cabine sinaleira da Estação da São Paulo Railway, vendo-se na parte superior o sr. Avelino Poli, chefe da estação. Embaixo, diversos funcionários da SPR (anos 30)



A primeira viagem do trem Cometa, movido a diesel, em 1933, na linha direta Estação da Luz-Santos, composição controlada pelo engenheiro caetanense Walter Negrelli

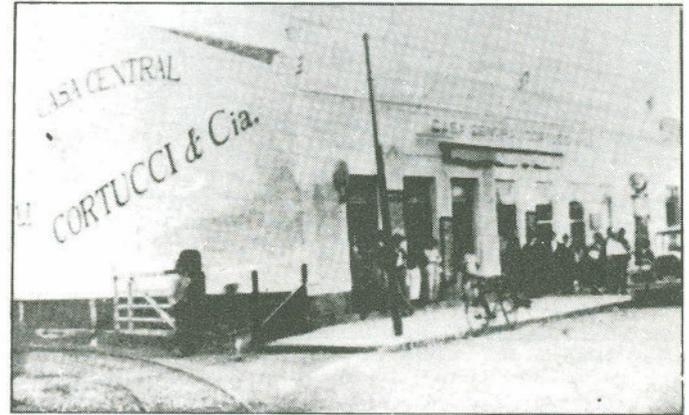
zoni, que ocupava um enorme terreno da rua Serafim Constantino, cujo imóvel ia até a rua Virgílio de Rezende (hoje rua João Pessoa). Entrei na papelaria, comprei os cadernos que minha professora, dona Carmen de Carvalho, tinha mandado comprar. Saí andando pela rua São Caetano, passei pela loja das irmãs América e Rosa, pela casa de materiais elétricos do Arthur Zago. Ao chegar em frente à loja de tecidos e armarinhos do Jorge Labam, o Rafael Luiz com a dona Baija conversavam, à porta. Logo que me viram, chamaram-me, pedindo que não atravessasse na entrada do serviço, pois, naquele dia, precisavam muito dos meus préstimos. Naquela época, o dono da loja, Jorge Labam e sua mulher, dona Maria, estavam viajando pela Síria, e o Rafael com dona Baija tomavam conta do estabelecimento comercial. Prometi que logo que me desocupasse, assumiria o meu posto no emprego. Continuei o meu caminho, passando pelo Bar Vinte e Sete, de propriedade do senhor Luiz Bálamo, que também era fiscal da Prefeitura, pela venda do Cucato. Virei a rua Virgílio de Rezende, passando pelo chalé de jogo de bicho do Raul Cucato e da Charutaria do Pacheco. Antes de entrar em casa, no portão da saída do caminhão da venda do Cucato, conversei com o motorista da firma, apelidado de Bepi, homem baixinho, corcunda, que gostava muito de crianças e que, quando ia fazer entregas, carregava no caminhão todas as que quisessem ir com ele.



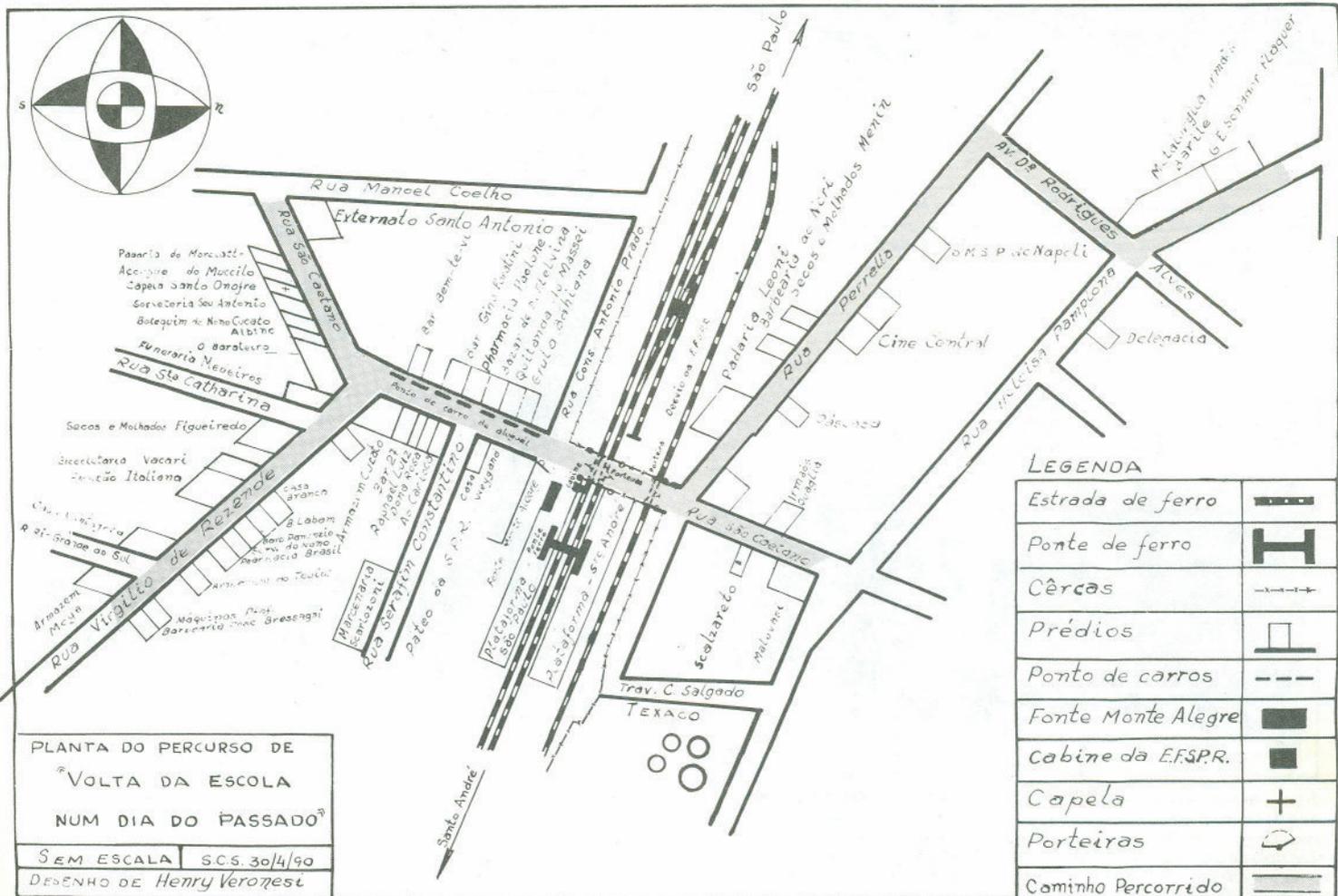


Trecho da rua São Caetano, ao lado da estação, vendo-se a casinha onde funcionou a Fonte Monte Alegre, no pátio da SPR. Detalhes: porteira de entrada para o pátio da SPR; ao fundo, a ponte de ferro para travessia de pedestres

Vista aérea da Estação da Estrada de Ferro Santos-Jundiá (antiga SPR), na década de 60

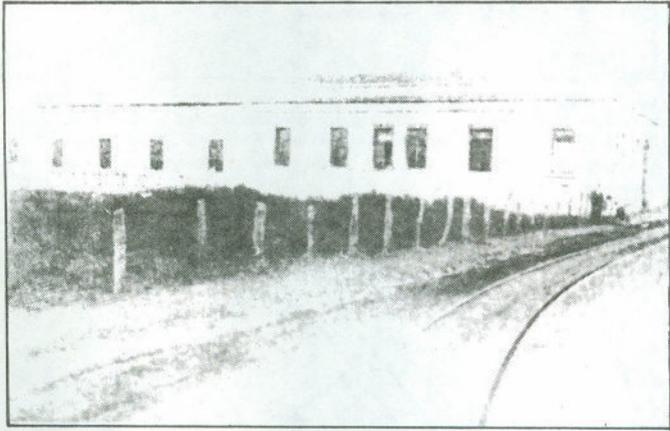


Casa Central, de Ateo Cortucci e João Carpinelli, à rua São Caetano, atual avenida Conde Francisco Matarazzo, trecho da estação da São Paulo Railway. Detalhes: porteira para entrada no pátio da SPR, onde ficavam as carroças de transporte; trilhos do desvio, que vinham do tronco principal e bomba de gasolina sobre a calçada





Fábrica de carrocerias metálicas Corona, à rua Conselheiro Antonio Prado, hoje estação rodoviária, antiga fábrica de Indústria Stearica Paulista, de Marengo e Lantieri



Fábrica Artefacto Metallurgica Italiana, de Romeu Mazini, posteriormente de Matteo Constantino, situada no começo da rua Amazonas. Pormenores: a rua não era calçada; trilhos do bondinho da Cia. São Bernardo, do trecho que passava pelo "Curandeiro" (1927)



Trecho da rua São Caetano, hoje avenida Conde Francisco Matarazzo, vendo-se as casas comerciais Ao Carioca. No mesmo prédio, no andar superior, o consultório do dr. Delmanto; Casa de Calçados São Luiz, Loja de Materiais Elétricos de Zago, e parte da loja de tecidos dirigida pelo sr. Rafael Luiz. Detalhes: a rua era calçada com paralelepípedos; as águas pluviais corriam pelas sarjetas, e a molecada andava descalça (1934)



Banda de São Caetano, vendo-se entre os músicos o maestro Modena, João Domingos Bombassei, Stoquio Milani, Luiz Bálamo e, entre as demais pessoas, os srs. Delmestre, Luvigino Neri, Keko Garbelotto, Sicala, David Cucato, Américo Terezina. Foto tirada na rua São Caetano, defronte ao Bar Vinte e Seis, ao lado da loja de tecidos dirigida por Rafael Luiz



Trecho da rua São Caetano, hoje avenida Conde Francisco Matarazzo, vendo-se O Barateiro, a Engraxataria do Albino, o botequim do Noco Cucato e a Sorveteria do sr. Antonio. Detalhe: bomba de gasolina sobre a calçada



Pharmácia Brasil, à rua Virgílio de Rezende, de Amélia Meireles e Antonio Gastaldo

os filhos de dona Rosália, Apolo, Rozendo, Nene, Mina, Margarida e a Mariquinha. Entreguei a lista das mercadorias para o Rozendo, voltando às pressas, porque tinha de estar na loja do Rafael Luiz, logo depois do almoço. Atravessei a Rua Rio Grande do Sul, bem em frente à Casa Vantajosa, do senhor Karlik, cumprimentando dona Saharita Karlik, que no momento estava tomando conta do estabelecimento. Bem em frente ao salão de barbeiro do José Bressagni, encontrei o Reynaldo e o João Costa, que iam cortar o cabelo. Conversamos um pouco, combinando o que faríamos à noite, depois dos nossos afazeres do dia. Passando pela loja de máquinas Pfaf, do senhor Antonio Lojudice, pelo armazém de secos e molhados do Tobias Auríchio e de dona Santina Lorenzini Auríchio, parei na sorveteria do Nono Guaratto para conversar com o Angelo. Antes, porém, tinha passado pela Farmácia Brasil, de propriedade de Amélia Meireles e Antonio Gastaldo, onde trabalhava, como farmacêutico auxiliar, o Aldo Gastaldo. Saindo com o Angelo da sorveteria do seu pai, do outro lado da rua, vimos o "Maria Lavava", outra figura folclórica que passou por esta cidade, como sempre, recitando o que sempre repetia:

"Maria lavava,
Giuseppe estendeva,
Affare de note,
Che non se vedeva"

Atrás do "Maria Lavava", uns moleques, que sempre o inferniavam, repetiam, para chateá-lo, o verso que ninguém sabia se era uma declamação, ou uma contestação. De repente, parando e se voltando para os moleques, blasfemou: "Crechete e multiplicate, popolo inhorante"

Do lado da sorveteria do Nono Guarato, depois da entrada da residência da família do senhor Luiz e dona Elide Falchero, ficava a barbearia do Agostinho Panunzio que, naquela hora, estava cheia de fregueses, os quais, ouvindo aquele rebuliço, saíram para apreciar o espetáculo proporcionado pelo "Maria Lavava".

Do mesmo lado da calçada, onde acontecia o rebuliço mais adiante, via-se um grande movimento de pessoas que se dirigiam para a Pensão Italiana, da dona Anita, mãe do Daniel e da dona Esther. Eram pessoas que trabalhavam no comércio ou escritórios e iam almoçar naquela casa, única existente na cidade, na época. À direita da Pensão Italiana, a Bicletaria do Melo Vaccari que exibia, para venda, as famosas bicicletas Bianchi e Caloi.

Despedindo-me do Angelo, passei pela loja do Bachir Labam, marido de dona Rafaela Luiz Labam, pela Casa Branca, do Caetano e dona Angelica, que negociavam com frios e laticínios.

Antes de entrar em casa, vendo o Leão, um cachorro bonachão de propriedade do comerciante Figueiredo, fui brincar um pouco com ele. Entrando em casa, enquanto minha mãe acabava de preparar o almoço, fiquei brincando com o meu cachorro da raça boiadeiro,



Casa Vantajosa, móveis em geral, do sr. Karlik e da sra. Sarita Karlik, à rua Virgílio de Rezende, esquina com a Rio Grande do Sul. Os proprietários estão à porta

o pão, ficamos esperando os alunos do Externato Santo Antonio saírem. Os alunos começaram a sair, os meninos vestiam aventais listrados de azul, e as meninas, aventais listrados de cor-de-rosa. Cada um encontrando as pessoas que os iam buscar. Com a saída do último aluno, fui até a padaria do Primo Morelato, comprei o pão e com meus amigos voltamos. Passamos pelo açougue do Mucillo, pela Capela do Santo Onofre, pela Sorveteria do seu Antônio, pelo Botequim do Nono Cucato, pela engraxataria do Albino e pelo armazém O Barateiro.

Quando íamos passando em frente à funerária, o velho Medeiros que se encontrava na porta, chamou os netos para almoçarem. Eu, continuei meu caminho para cumprir a tarefa que minha mãe tinha determinado.

Chegando ao armazém de secos e molhados de dona Rosália, encontrei o Ivanhoé, filho do dentista Sampaio e de dona Sofia,

que levava o nome de Duce, porque nós o achávamos muito parecido com o ditador italiano Mussolini.

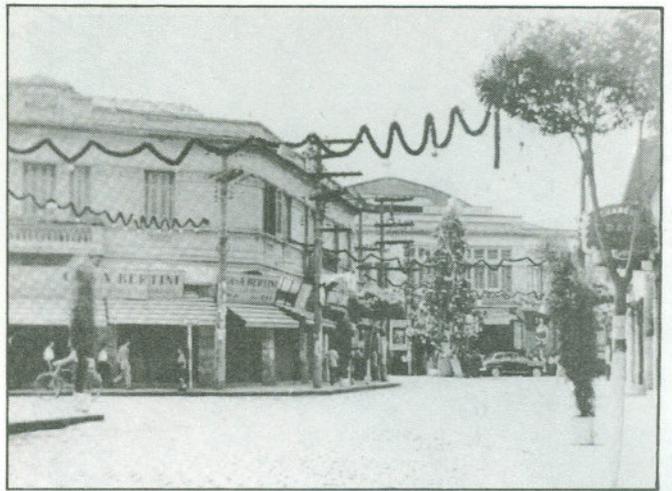
Cansado, sentei na cadeira de balanço de minha mãe e, com o vaivém do balanço, adormeci.

Adormeci profundamente. De repente, senti alguém me cutucar, ordenando: "Acorda que está na hora de levantar, é hora de ir para o trabalho". Acordei, ainda meio zozzo, vi que quem estava me chamando era minha mãe, Flávia. Eu estava no meu quarto, em minha cama, e de pijama.

Depois de clarear bem os meus sentidos, com tristeza percebi que tudo o que tinha se passado fora um sonho.

Ainda sentado na cama, sem acreditar que tinha sonhado, comecei e relembrar os bons amigos que há poucos instantes tinha visto. Uns que já se tinham ido deste mundo, outros que se tinham mudado para outras cidades. Algumas pessoas que, embora não tivessem sido de minha amizade, tinham desaparecido da cidade.

Relembrei das ruas sem calçamentos; das noites mal iluminadas que não ofereciam qualquer perigo para as pessoas que necessitavam nelas transitarem; das carroças, das charretes e dos cabriolés que passavam pelas ruas; dos quintais com os seus pomares cheios de árvores frutíferas de diversas qualidades; das catanças de frutos silvestres que abundavam nos campos e matas; das fontes naturais de águas cristalinas e potáveis; das pescarias; do secar cava; das caçadas de passarinhos com visgo ou alçapão; dos "furtar" frutas dos quintais dos vizinhos dos tempos de empinar papagaio; de catar e soltar balões; de jogar fubecas, piões e picas; de assustar pessoas com cobras de panos; de derrubar chapéus com fios de cobre; de



Rua Virgílio de Rezende, atual João Pessoa, esquina com Santa Catarina, vendo-se ao fundo o Cine Max. Na Casa Bertini, funcionou anteriormente a Funerária do sr. Medeiros. Detalhe: rua enfeitada para o Natal

O defunto que não havia morrido

Na esquina das Ruas Santa Catarina com João Pessoa (antiga Rua Virgílio de Rezende), o senhor Medeiros estava estabelecido com o ramo de funerária.

Era a época em que os caixões de defuntos eram fabricados nas próprias funerárias, que se constituíam de uma empresa mista de comércio e indústria.

A maioria delas tinha suas lojas e uma marcenaria onde eram fabricados os caixões de defuntos, hoje sofisticadamente chamados "urnas".

Era a época das coroas metálicas, compostas de flores e folhas de lata esmaltadas e os ramos de arames pintados; dos caixões cor-de-rosa para as meninas; azuis para os meninos; brancos, para as donzelas; e pretos, para os homens e mulheres, todos aparatados com enfeites dourados. Época em que os enterros saíam da própria casa do defunto - não havia velórios -, e o defunto era acompanhado a pé, por um cortejo organizado, até o cemitério. Eram as crianças que, carregando os maços de flores e as coroas de metais, iam na frente; no meio, o caixão do defunto, carregado por seis pessoas, tendo, do lado, mais seis que se revezavam a cada 100 metros, mais ou menos. Atrás, o restante das pessoas, todas descobertas, com os respectivos chapéus na mão, fizesse sol, frio, ou estivesse chovendo.

A funerária do velho Medeiros não se diferenciava das outras. A loja dele ficava à rua João Pessoa, e a parte industrial à rua Santa Catarina. Além de ter a loja e a marcenaria no mesmo local, ele, com a filha Nely e os netos Rubens e Moacyr, ali moravam.

Certa noite, como era costume, em frente ao portão de minha casa na rua João Pessoa, estava reunida uma turma de rapazes. Éramos eu, o Moacyr, o Reynaldo Costa, o João Costa, meu irmão Ciro, meu sobrinho Tite, o Rubens, quando notamos que da rua São Caetano (hoje, Av. Conde Francisco Matarazzo) vinha um homem "cercando galinha", bêbado. Acompanhamos o indivíduo com os olhos e, em silêncio, vimos que ele foi deitar-se exatamente na porta de entrada da casa dos irmãos Medeiros que, por coincidência, era a porta de entrada da marcenaria da funerária.

Com a acomodação do homem acabou a nossa curiosidade, e continuamos a nossa conversa.

Como não tínhamos nada mais para fazer, resolvemos cada um ir para a sua casa. Os primeiros a se despedirem foram os irmãos Medeiros.

Chegando à porta de entrada, lá estava o bêbado deitado na soleira. Era necessário que ele saísse, para que os irmãos Medeiros pudessem entrar.

O Rubens, que era o irmão mais velho, chegando perto do bêbado, falou: "Por favor, cavalheiro. O senhor quer me dar licença para a gente entrar em casa?"

O sujeito, que deveria estar em alta combustão alcoólica, não deu sinal de ter ouvido a solicitação. Por diversas vezes o pedido foi feito e nada de o homem dar sinal de vida.

Vendo isso, a turma toda foi em auxílio dos irmãos Medeiros. Levantamos o homem, deixamo-lo sentado e abrimos a porta, que era daquela de ferro ondulado que abre enrolando.

No momento em que abrimos a porta de casa, que também era a porta da marcenaria, avistamos diversos caixões de defunto inacabados. Uns com as tampas e outros, ainda sem as respectivas.

A vista disso, alguém propôs uma brincadeira.

— Vamos pôr o bêbado dentro de um desses caixões, e do portão da casa do Henry vamos ver qual vai ser a sua reação na hora em que recobrar os sentidos.

Rapidamente, teve o consentimento dos demais.

Pegamos um fundo de caixão, do tamanho do "bicho" e com todo cuidado, colocamo-lo dentro. Colocamos o caixão na calçada, e já fomos saindo, quando ouvimos o apito da Mecânica.

Era a hora da troca de turma de trabalhadores. Como sabíamos que iria passar alguém por ali, ficamos junto do "cadáver", a fim de protegê-lo de qualquer abuso ou violência.

Passados uns quinze minutos, virando a rua João Pessoa, eis que surge o Tião, um conhecido da turma que morava lá pelas bandas da Cerâmica.

Ele vinha já, também, bem "calibrado", pois deveria ter tomado "algumas" pelo caminho.

Curioso como era, quis saber o que tinha acontecido, quem era, e o que nós estávamos fazendo ali.

Alguém da turma para satisfazer a curiosidade dele, falou: "É um homem conhecido do seu Medeiros que morreu ali na esquina".

— O que vão fazer com ele?

— Vamos esperar alguém da sua família, que deverá vir buscá-lo.

O Tião, em solidariedade à turma, disse: "Eu também vou ficar com vocês".

A resolução do Tião não agradou à turma. Por isso, ficou resolvido que o Tião deveria ficar só com o "defunto", até ele acordar. Nós estaríamos apreciando o despertar lá do lado de dentro, do portão de minha casa.

Sem que o Tião percebesse, um por um, fomos saindo, de fininho. Fomos enganando o Tião, sempre com aquela desculpa: "Vou até ali, mas volto já".

Minha casa ficava bem em frente à rua Santa Catarina, de maneira que de lá víamos tudo o que poderia acontecer.

O Tião, em frente do "defunto", andava de um lado para o outro. De vez em quando, ia até a esquina da rua João Pessoa ver se algum de nós voltava.

Voltava resmungando.

Cansado de esperar, sentou-se na soleira de uma das portas da funerária, perto do "cadáver".

De repente, o homem do caixão deu uma fungada ameaçando levantar-se. O Tião, que não esperava isso, catando sua marmitta, pulou por cima do caixão correndo, saiu gritando: "Valha-me Deus, valha-me Deus!"

Em poucos segundos, atingiu a rua Baraldi, e sumiu.

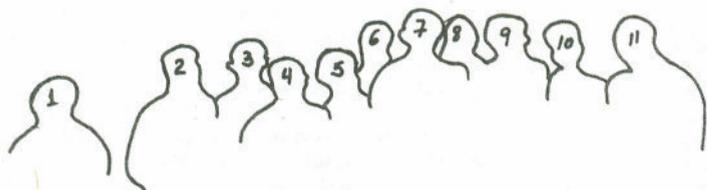
O "defunto" levantando-se, sentou o pé no caixão e, cambaleando, falando um rosário de palavras, saiu pela rua João Pessoa, virando a rua São Caetano.

Até hoje, quem era o "defunto", não ficamos sabendo.

Do Tião, nunca mais tivemos notícias. Nunca mais passou pela rua Santa Catarina ou ruas adjacentes.



A SORVETERIA DO NONO, à rua Virgílio de Rezende



- 1 - (?)
- 2 - Vicente Molines
- 3 - Atilio Lugli
- 4 - Antonio Zapparoli
- 5 - Humberto Guarato - Nono
- 6 - (?)
- 7 - (?)
- 8 - Angelo Guarato
- 9 - Emilio Guarato
- 10 - (?)
- 11 - Américo Filetti

brincar de esconde-esconde; de uma na mula; de boca de forno; das guerras com mamonas; do andar descalço, sem que houvesse preconceito, etc., etc.

Essas lembranças não me animavam a ir para o trabalho.

Eu sabia que era só pôr os pés fora do portão de casa, iria encontrar um mundo diferente daquele que até poucos minutos tinha revivido. Sabia que iria ver pessoas se atropelando pelas ruas, apressadas, indiferentes ao que acontecia aos semelhantes que estavam do seu lado. As ruas calçadas, em algumas, o esgoto correndo pelas sarjetas. Alguém que, por obrigação, me cumprimentaria. Os rios poluídos e fétidos. Indústrias nos lugares que tinham sido campos. Vilas de casas, cortiços, prédios, nos locais que haviam sido quintais com pomares, etc. Enfim, sabia que iria cair na realidade, numa vida com-

pletamente diferente daquela que tinha sonhado naquela madrugada.

Criando coragem, levantei-me, e fui para o trabalho.

No caminho fui imaginado: "Que bom seria se as pessoas pudessem, à noite, ao dormir, controlar o sonho. Reviver os momentos felizes vividos no passado.

Com isso seria maravilhoso.

Maravilhoso mesmo, mas, impossível.

Lá estava eu, novamente, sonhando, e, desta vez, sonhando acordado, e alto demais.

(*) Henry Veronesi, advogado, ex-radialista, natural de São Caetano, administrador de empresas, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de Administração da Prefeitura de São Caetano do Sul.

O bairro de São Caetano no censo de 1765 (*)

José de Souza MARTINS (**)

1. Nomes do lugar, contornos

Referências documentais à população da localidade que veio a ser, mais tarde, S. Caetano, ocorrem desde o século XVI. Já a 7 de dezembro de 1589 o procurador do Conselho, isto é, da Câmara da Vila de S. Paulo, requeria "que se fizesse a ponte grande que está (no) caminho de Tijucuçu", nome que ela teve até o século XVIII. À vista do que os membros da Câmara "mandaram que todos os moradores de Tijucuçu e Piqueri e os de Piratininga e os que trazem gado nos campos do conselho estarão ao fazer da dita ponte..."⁽¹⁾. Segundo o historiador Nuto Sant'Ana, que estudou e confrontou os documentos históricos sobre essa ponte, tratava-se da que veio a ser conhecida como Ponto da Tabatinguera, sobre o rio Tamanduateí, no final da rua que ainda hoje conserva o mesmo nome, em S. Paulo⁽²⁾. O caminho orientava-se em direção à Moóca, sempre seguindo para o leste e acompanhando o rio Tamanduateí pela sua margem direita. Fazia uma inflexão para o sul na altura da atual rua Ibitirama (que é remanescente desse velho caminho) próximo à atual Matriz Velha de S. Caetano, quando, atravessando novamente o atual Tamanduateí para a sua margem esquerda, entrava nos campos do Tijucuçu, seguindo pela margem direita do atual rio dos Meninos⁽³⁾. À Câmara dizia, em 1620, que era caminho real (isto é, principal) muito antigo⁽⁴⁾. Fora o caminho que, vindo do mar, passava pela antiga vila de Sto. André da Borda do Campo, em território do atual município de S. Bernardo, e ia dar onde os jesuítas construíram sua capela, em 1554, em S. Paulo. Era, na verdade, o que já no século XVI se chamava de Caminho Velho do Mar, para diferenciá-lo do Caminho Novo, que vinha da Vila pelo Ipiranga e com o qual se entroncava, em algum ponto, entre o que é atualmente Rudge Ramos e o centro de S. Bernardo. Ou, mais provavelmente, em S. Caetano atual: a rua Porto Calvo, no Bairro S. José, com forte probabilidade, é vestígio do Caminho Velho do Mar, do século XVI, e a Estrada das Lágrimas ainda é o mais provável remanescente do Caminho Novo do Mar, do mesmo século. É o que sugerem alguns documentos dos séculos XVIII e XIX e é o que sugere a pouca cartografia do século XIX e começo do século XX⁽⁵⁾.

Até a Borda do Campo, onde é hoje S. Bernardo, a partir da Ponte da Tabatinguera, em S. Paulo, o Caminho Velho corria pela margem direita do rio Tamanduateí. Os antigos entendiam que Tamanduateí era o rio que atravessava os campos do Tijucuçu (que, em tupi, quer dizer "barreiro") e os de Inhoaíba (terra ruim, terra de campo, em tupi), aproximadamente S. Caetano e Rudge Ramos de nossos dias. Ou seja, Tamanduateí era o rio que, a partir da segunda metade do século XIX, passou a ser chamado de rio dos Meninos, até a foz no Tietê. A montante da atual foz do Meninos, o atual Tamanduateí era conhecido como rio Caaguaçu (mato grande, em tupi), pois a partir daí deixava o campo e começava a entrar na região de floresta⁽⁶⁾. A devastação dos capões de mata ao longo do atual rio dos Meninos (cujos sinais foram registrados pelo Abade de S. Bento já em 1764⁽⁷⁾), a diminuição cíclica das águas do Tamanduateí (incorporada à rotina econômica da Fazenda de S. Caetano),

no século XVIII, e assinalada pela Câmara de S. Paulo, em 1847⁽⁸⁾, além da abertura de um canal que funcionou como dreno na mesma Fazenda, entre 1766 e 1769⁽⁹⁾, "enxugaram" o antigo Tamanduateí (atual Meninos), diminuindo suas águas em relação ao atual (antigo Caaguaçu). Essas mudanças revelaram, já na segunda metade do século XIX, que o atual rio dos Meninos era apenas um afluente e que o que se considerava afluente do Tamanduateí, o antigo rio Caaguaçu, é que era o rio principal.

Em 1598, Paulo Rodrigues Sobrinho obteve de seus irmãos, por doação e compra, terras no Tijucuçu herdadas do pai, Garcia Rodrigues, que fora vereador na vila de Sto. André e o fora novamente de S. Paulo, depois de extinta aquela, em 1560, e transferidos seus habitantes para esta⁽¹⁰⁾. Tudo sugere que se tratava de terras obtidas pela família ainda no tempo de Sto. André da Borda do Campo, a cujo termo haviam pertencido. Nesse caso, constituem a única concessão andreense de terras cuja localização está perfeitamente identificada. É que essas terras foram herdadas pelo bandeirante Duarte Machado, que se casara com Joana Sobrinho, filha de Paulo Rodrigues Sobrinho. E que, por sua vez, acrescentou-as com nova sesmaria de terras, em 1618, e as doou, em 1631, à Ordem de São Bento. A qual, com essa e outra doação de Fernão Dias Paes, em 1671, nelas formaria a fazenda que veio a chamar-se Fazenda de S. Caetano⁽¹¹⁾. Desapropriada em 1877, foi nela fundado, a 28 de julho desse ano, o Núcleo Colonial de S. Caetano, origem do atual município de S. Caetano do Sul⁽¹²⁾.

Menções esparsas a nomes de moradores do Tijucuçu ocorreram em várias ocasiões, como se verá, a mais antiga das quais às vésperas da morte de Isabel Félix, que vivia no Caminho Novo do Mar, e cujo testamento é de outubro de 1596. Pouco depois, em 1598, nova referência aos campos do Tijucuçu, por ocasião da morte de seu marido, Diogo Sanches, espanhol e alfaiate⁽¹³⁾.

Somente em 1765, porém, com a restauração da Capitania de S. Paulo e a nomeação de seu governador e capitão-general, o Morgado de Mateus, é que foi feito um recenseamento da população do já então denominado Bairro de S. Caetano⁽¹⁴⁾. Um segundo censo do mesmo bairro foi realizado em 1780⁽¹⁵⁾. O censo de 1765 arrolou nominalmente onze famílias e seus 37 membros (proporcionalmente à área que ocupava, um grupo quase equivalente ao das 26 famílias de colonos italianos que viviam no Núcleo Colonial em dezembro de 1877 e que dispunham do dobro de terra). O censo, porém, não incluiu no Bairro os moradores da Fazenda de S. Caetano, da Ordem de S. Bento. Nesse mesmo ano de 1765, havia nela 19 escravos, parte dos quais, na verdade, constituída por índios administrados, cujo "status" jurídico era diverso daquele do verdadeiro escravo, o negro. Basta lembrar que, em 1750, dos 23 cativos da Fazenda, 15 eram administrados e 8 eram negros, o que permite avaliar a importância numérica dos indígenas⁽¹⁶⁾. Isso porque escravos e administrados eram incluídos no recenseamento do Mosteiro, junto com os monges, como domésticos vivendo nas Fazendas da Ordem Beneditina. Aí entrava, também, o padre-fazendeiro, que na verdade vivia na Fazenda que administrava. Mas, aparentemente, não entravam



Rua Nossa Senhora da Candelária, no bairro Oswaldo Cruz. Seu traçado irregular é remanescente do Caminho Velho do Mar, do século XVI, também conhecido como Caminho de Santo André da Borda do Campo. Nas proximidades, na cabeceira do córrego Tinga, foi colocada, no século XVIII, uma cruz de São Bento, que servia para marcar a divisa entre a Fazenda de São Caetano e o bairro de São Caetano. Ao fundo, a Igreja da Candelária

outros homens livres, como o mestre-oleiro, que vivia na Fazenda de S. Caetano e orientava os trabalhos do que, para os padrões da época, era a já grande fábrica de produtos cerâmicos que nela existia.

A não inclusão do pessoal da Fazenda no censo do Bairro não deve ser tomada como imperfeição do levantamento realizado. Ela expressa, antes de tudo, a diferença entre o **Bairro** e a **Fazenda**, como duas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais diversas, concebidas e regidas por princípios distintos. Mais ainda, essa distinção indica com clareza que as localidades não se definiam principalmente, como hoje, por limites administrativos e territoriais. Mas, antes de tudo, por vínculos sociais que mesclavam, como se verá neste caso, vizinhança e parentesco⁽¹⁷⁾. Sendo vizinho não apenas o confinante, mas aquele de quem se podia esperar apoio numa hora difícil, como a da doença e da morte. Ou, então, aquele que compartilhava cerimônias religiosas e festas. Ou aquele potencialmente obrigado aos trabalhos de mão-comum, ao mutirão, como a abertura e conservação de caminhos e pontes.

Até o final do século XIX, a definição de limites de distritos e municípios ainda seguia, muitas vezes, esse princípio antigo, estabelecendo divisas administrativas que incluíam toda a área de terra de cada proprietário, de preferência a usar arbitrariamente um acidente geográfico como marco. Não era raro uma propriedade ser transferida de um município para outro em função de conveniências de vizinhança e circulação de seus moradores⁽¹⁸⁾. Por isso mesmo, pode se encontrar diferenças de localização dos moradores entre um recenseamento e outro: Caetano Dias Teixeira, aparece no Bairro de S. Caetano, em 1765, e no vizinho bairro da Borda do Campo,

em 1780⁽¹⁹⁾, embora continuasse, quase que certamente, no mesmo terreno em que fora recenseado na primeira vez. Aumento de população local, abertura de caminhos e novas fragmentações e combinações de famílias eram suficientes para que se configurasse a realidade de outro bairro rural. O que indica que a concepção de bairro era flutuante e variava ao longo do tempo, menos em função de limites territoriais do que em função de eventuais mudanças na natureza das relações entre seus moradores.

A idéia de bairro, aplicada ao Tijuçu e a S. Caetano, parece ter surgido ou, ao menos, se firmado, no século XVIII. Antes disso, falava-se simplesmente em Tijuçu. É numa ordem da Câmara de S. Paulo, de 1737, que o uso da palavra "bairro" ocorre pela primeira vez: "Mandamos a Luís de Barros, a quem nomeamos por cabo dos moradores de Tijuçu, distrito desta cidade, para a fatura do caminho que vai do dito Bairro até entestar com a Borda do Campo, do Caminho do Mar, para o que apenará todos os ditos moradores do referido bairro, sem haver exceção de pessoa para a dita fatura do tal caminho..."⁽²⁰⁾. Nessa altura, embora continuasse sendo Bairro do Tijuçu, já tinha sido construída na Fazenda do Tijuçu, dos monges beneditinos, a Capela de S. Caetano, entre 1717 e 1720⁽²¹⁾ - uma capela com alpendre, em estilo quinhentista e seiscentista, que seria transformada numa obra de arte barroca na segunda metade desse mesmo século XVIII⁽²²⁾. Somente em 1743 aparece uma referência à mudança do nome da Fazenda para o de Fazenda de S. Caetano do Tijuçu e, depois disso, simplesmente, Fazenda de S. Caetano⁽²³⁾. Em 1747, o padroeiro da Capela já tinha emprestado seu nome ao bairro, como se vê de uma outra decisão da Câmara de S. Paulo: "...mandamos a João Ribeiro Miranda e João Gonçalves,

a quem nomeamos por cabos da fatura do caminho de São Caetano, mandando-o fazer de pontes e o mais tudo que for necessário, para o que mandarão apenar a todos os moradores do dito distrito para que concorram com todos os necessários...⁽²⁴⁾. Unicamente num censo de 1798 encontro uma referência que integra a Fazenda no Bairro, quando o recenseador diz que o Mosteiro de S. Bento "tem terras nesta cidade, bairro de S. Caetano, no subúrbio..."⁽²⁵⁾

É necessário encarecer que a Fazenda de S. Caetano e o Bairro de S. Caetano constituíam realidades sociais e econômicas distintas, conforme já disse, embora ocupassem espaços contíguos⁽²⁶⁾. A Fazenda acabou adquirindo limites geográficos definidos: ao norte, o atual rio Tamanduatef; ao sul, em grande parte, o córrego Tinga, Utinga ou Itinga (branco ou rio branco, em tupi; mais tarde, já neste século, os Ferrari ali exploraram uma jazida de caulim, o que parece explicar a origem do nome), que nascia nas proximidades da atual Igreja da Candelária e desaguava no rio dos Meninos, atravessando o que é hoje o bairro da Cerâmica e a própria Cerâmica S. Caetano; a oeste, o ribeirão do Moínho Velho, afluente do Tamanduatef, cujas cabeceiras estão no bairro do Sacomã; a leste, o córrego do Moínho ou córrego da Ressaca, também afluente do Tamanduatef, que corre hoje paralelo à avenida Kennedy. A Fazenda era praticamente uma ilha separada por rios, ribeirões e córregos. Apenas em dois pontos estava separada dos vizinhos por valos: entre as cabeceiras do córrego que corria paralelo à atual rua Pan (e que hoje divide S. Caetano de Sto. André, a começar da antiquíssima rua da Boa Vista) até as cabeceiras do córrego do Moínho ou da Ressaca; e entre o rio dos Meninos e o ribeirão do Moínho Velho, hoje no município de S.

naturais da Fazenda, é que se formou o Bairro de S. Caetano. A Fazenda deixou de existir no dia 5 de julho de 1877, quando foi desapropriada pelo governo imperial e nela foi fundado, 23 dias depois, o Núcleo Colonial de S. Caetano por imigrantes italianos. O Bairro de S. Caetano, porém, continuou existindo com seus moradores antigos. Lentamente e, às vezes, de maneira conflituosa, houve a integração da população do antigo Bairro de S. Caetano com a população do novo Núcleo Colonial. Essa integração ganhou definição territorial apenas em 1916, com a criação do distrito de paz de S. Caetano e a perda de algumas áreas para S. Paulo e S. Bernardo: a lei que criou o novo distrito juntou num único território o Bairro e o Núcleo. Não é antigo sublinhar que o primeiro juiz de paz veio de velha família do antigo Bairro de S. Caetano: José Mariano Garcia Jr.

2. Vizinhos e parentes, gerações

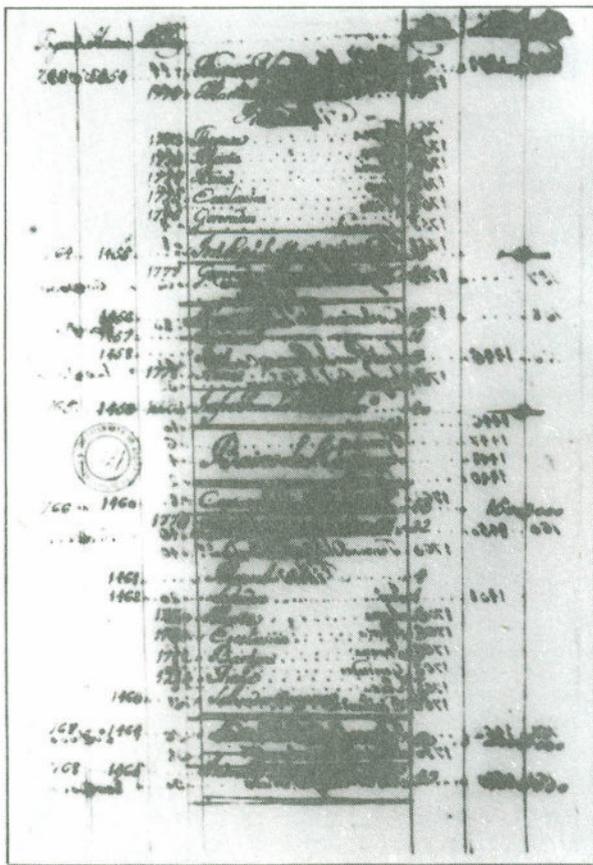
O morador mais idoso do Bairro de S. Caetano, em 1765, era André Teixeira Dias, nascido em 1675. Tinha 90 anos, portanto. Fora casado com Francisca Correa de Lemos, já falecida na época do censo. Tiveram seis filhos, segundo Silva Leme⁽²⁷⁾. Na verdade, eram sete, pois o censo arrola André Teixeira Dias, o moço, de 49 anos, solteiro, que o genealogista não menciona. Dos sete, três moravam no Bairro de S. Caetano, em 1765: além do mencionado André, o moço, Caetano Dias Teixeira, de 43 anos, casado com Águeda Álvares de Siqueira, de 32, com 7 filhos, um dos quais, Salvador, de 3 anos, era adotivo, pois se tratava de uma criança exposta (como se denominava as colocadas na roda dos abandonados por suas mães). Outro era Faustino Dias Teixeira, de 60 anos, casado com Maria Pereira da Silva, de 43, com 8 filhos. Os outros quatro filhos de André Teixeira Dias não ficaram em S. Caetano: Catarina Dias Teixeira, Salvador Corrêa da Silva, Maria da Silva Dias e Tomás Corrêa Dias. Sem justificar uma afirmação demasiadamente incisiva, esses dados parecem indicar uma certa força do patriarcado rural, mesmo num bairro predominantemente pobre como era o de S. Caetano: os filhos homens preferentemente agrupando-se ao redor do pai no mesmo bairro e as filhas mulheres dele se afastando por força do casamento. Mas, como se vê, a regra não era rígida.

O velho André Teixeira Dias era um dos quatro filhos de Manoel Dutra Machado, português da Ilha de S. Miguel, nos Açores, e de sua segunda mulher, Maria da Silva. Seu pai já se encontrava em S. Paulo entre 1681 e 1685, onde faleceu em 1712⁽²⁸⁾. Além de André, tiveram os filhos: Manoel Dutra Machado, que foi casado com Mariana Machado e faleceu em S. Bernardo, em 1752; João Dutra do Amaral, também de S. Bernardo, que se casou com Catarina Fernandes Preto; e Domingos da Silva Teixeira, que se casou primeira vez com Maria Barbosa de Lima, de uma família que teve fazenda e escravos na região do Caaguçu, em S. Bernardo, e segunda vez com Maria Antunes⁽²⁹⁾.

A família Dutra localizou-se, de preferência, nos vales do rio dos Meninos e do seu afluente, o rio dos Couros. Ao menos, alguns de seus membros em terras aforadas ao Mosteiro de São Bento, na Fazenda de S. Bernardo: em 1758, o Abade registrava no livro de estados que "deve João Dutra de resto do foro da terra do Rio dos Coiros, em que tinha sítio, Rs. 1\$280". Mas, o próprio André Teixeira Dias, sugerem os documentos, vivia entre o rio dos Meninos e o córrego Tinga: a 26 de setembro de 1744, foi nomeado cabo do conserto do caminho da Borda do Campo até a cruz dos padres de São Bento. Borda do Campo era um bairro à margem esquerda do rio dos Meninos, defronte ao atual bairro Boa Vista, que lhe ficava à direita. A cruz dos beneditinos foi marco colocado nas cabeceiras do córrego Tinga, nas redondezas de onde está hoje a Igreja da Candelária. Assinalava os limites da Fazenda de S. Caetano com seus vizinhos do Bairro de S. Caetano⁽³⁰⁾. Durante cerca de século e meio, os descendentes do primeiro Dutra Machado são encontrados em S. Bernardo e S. Caetano.

Dos filhos de André Teixeira Dias, o velho, que continuaram em S. Caetano, é possível acompanhar a descendência de Caetano Dias Teixeira e de Faustino Dias Teixeira. André Teixeira Dias, o moço, recenseado no bairro em 1765, que nessa época tinha 49 anos, era solteiro e, ao que tudo indica, faleceu solteiro.

Caetano Dias Teixeira teve com sua mulher, Águeda Álvares de Siqueira, seis filhos legítimos, sem contar Salvador, filho adotivo. Depois do censo de 1765, tiveram, ainda, duas filhas, totalizando nove filhos⁽³¹⁾. Águeda era filha de Ana Vidal de Siqueira e de Francisco Álvares da Cunha, natural de Santos. Seu pai faleceu em 1770 e sua mãe, que sobreviveu a ele, foi proprietária da Fazenda Emboa-



Página inicial da listagem de moradores do bairro de São Caetano, no recenseamento de 1765

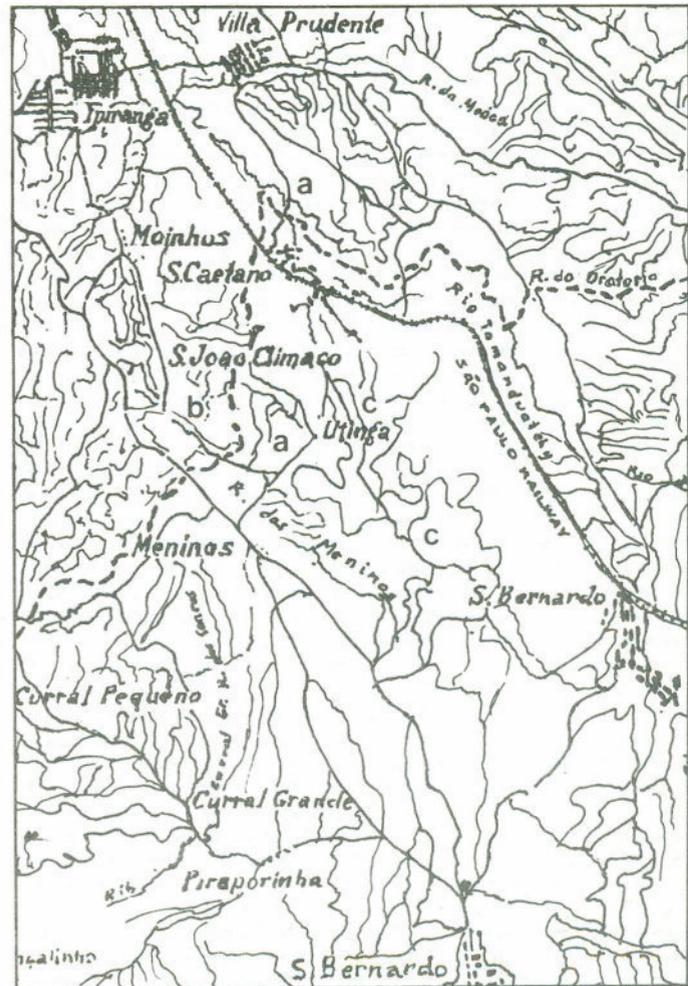
Paulo. Fora desses limites, a Fazenda ainda possuía terras, mas preferiram os monges aforá-las: as terras baixas, sobretudo na várzea e nas ilhotas do rio dos Meninos, a pequenos agricultores, e as terras altas, do que é hoje Bairro Barcelona (lugar denominado Ressaca, no século XIX), Bairro Sta. Maria e Vila Palmares (Sto. André), a carreiros e pequenos criadores, que também praticavam um pouco de agricultura. Nessas outras áreas, na maioria externas aos limites

çava, em Pinheiros, onde morou⁽³²⁾. Alguns dos dez filhos dela espalharam-se por lugares tão distantes como a Fazenda da Ponte, junto ao rio Tietê, Mogi das Cruzes, Jundiá e S. Caetano.

Há notícia da descendência de seis dos dez filhos de Caetano Dias Teixeira e Águeda Álvares de Siqueira. A mais velha, Maria Caetana, nascida em 1755, casou-se em S. Paulo com o viúvo Inácio Fernandes Viana, em 1786, com 31 anos. Seu marido faleceria em 1815 e dele não teve filhos⁽³³⁾. A filha Bárbara Maria, nascida em 1760, casou em S. Paulo, em 1791, com Estevão Ortiz da Rocha, também viúvo, de uma família de S. Bernardo, que ali ocupou postos de mando. Deram a Caetano e Águeda um neto, o padre Francisco Ortiz de Siqueira, falecido em Campinas, em 1846⁽³⁴⁾. Estevão, o marido de Bárbara Maria, era bisneto de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera⁽³⁵⁾. Por essa via, era parente longínquo de Manoel João Branco, que no século XVII fora fazendeiro no caminho do Tijuçu, na Moóca. Outro filho de Caetano e Águeda, Manoel Dias de Siqueira, nascido em 1761, casou-se, em 1784, em S. Paulo, com Gertrudes Maria, sua prima em terceiro grau, ambos bisnetos de Manoel Dultra Machado, de S. Bernardo⁽³⁶⁾. E outra filha de Caetano e Águeda, Teresa Custódia, nascida depois de 1765, casou-se, em 1792, com Antônio de Eirós Moreira, irmão de Gertrudes Maria e também bisneto de Manoel Dultra Machado, o açoriano⁽³⁷⁾. Portanto, dois casamentos não só entre primos em terceiro grau, mas de um par de irmãos com outro par de irmãos. Ana Leme do Espírito Santo, nascida em 1763, também filha de Caetano e Águeda, casaria, em 1786, aos 23 anos, em S. Paulo, com Salvador Soares de Siqueira. Tiveram um filho, Manoel Caetano, que se casou em Mogi das Cruzes, em 1812, com Escolástica Francisca de Godói⁽³⁸⁾. Esse Salvador Soares de Siqueira, que já tinha sido recenseado, em S. Caetano, em 1765, o foi, novamente, em 1780, seis anos antes do casamento com a filha de Caetano Dias Teixeira e Águeda Álvares de Siqueira⁽³⁹⁾. Um Lourenço de Siqueira Soares, criador de gado, preso em 1745 por vender carne fora do açougue de S. Paulo, foi nomeado, em 1747, para inspecionar o caminho de S. Caetano, que a Câmara mandara fazer naquele ano⁽⁴⁰⁾. Ainda em 1762, há referência ao sítio que possuía na localidade. O fato de que tenha sido, também, cabo do bairro de Caaguazu, em 1744, sugere que seu sítio ficava do lado nordeste da Fazenda de S. Caetano, já na direção da atual Sto. André⁽⁴¹⁾. Era, portanto, família há muitos anos em S. Caetano. Finalmente, outra filha de Caetano e Águeda, Catarina Maria de Siqueira, casou-se em 1803, em S. Paulo, com José Homem da Costa, de família que já no século XVIII estava no que é hoje aproximadamente o bairro Boa Vista⁽⁴²⁾.

Por seu lado, Faustino Dias Teixeira, também filho de André Teixeira Dias, o velho, como vimos, e o mais idoso dentre os irmãos, nascido em 1705, 17 anos mais velho que Caetano Dias Teixeira, casou-se com Maria Pereira da Silva. Desse casamento, até a época do censo de 1765, haviam nascido oito filhos e filhas, a mais velha das quais era Maria, de 1741. O genealogista Silva Leme, porém, anotou a existência unicamente de Miguel Jerônimo de Souza, nascido em 1745, que se casou, em 1778, em S. Paulo, aos 33 anos, com Maria Teresa, que era filha de Jerônimo Francisco do Couto e de sua segunda mulher, Inácia Álvares de Siqueira⁽⁴³⁾. Inácia era irmã de Águeda Álvares de Siqueira, mulher de Caetano. Portanto, Miguel Jerônimo e Maria Teresa eram primos-irmãos. Viveram em S. Caetano no Sítio do Capão, em terras dos atuais bairros Boa Vista e Nova Gérti. O sítio foi vendido, na primeira metade do século XIX, a José Antônio Mariano e sua mulher, Maria do Nascimento, cujo filho, José da Cruz Barreto, o herdou e inscreveu no Registro Paroquial de S. Bernardo, em 1856⁽⁴⁴⁾.

Em relação aos outros moradores do Bairro de S. Caetano, não foi possível reconstituir as linhas genealógicas. O próprio censo registra que, no geral, eram pobres comparativamente à família de André Teixeira Dias, o velho. Os cabedais deste forma avaliados em Rs. 200\$000, o valor maior. Os de seus filhos Faustino e Caetano eram, respectivamente, de Rs. 150\$000, e o de André Teixeira Dias, o moço, chegava a Rs. 100\$000. Luzia Soares, viúva de 50 anos, que vivia com a filha Teresa, de 18, tinha bens no valor de Rs. 100\$000. O mesmo que Ângelo Francisca, solteira de 50 anos, que tinha por filho adotivo a Joaquim, de 22 anos (que também fora criança exposta, isto é, abandonada). Situação idêntica à de José da Silva Soares, de 32 anos, e sua mulher, Rita Maria de Toledo, de 21 anos. Com um pouco menos, Vito Antônio de Moraes e sua mulher, Ana Cardoso, ambos de 57 anos, tinham Rs. 80\$000 de cabedal. Os demais nada tinham. Era o caso de Caetana Maria de Jesus, de 22 anos, viúva e seu filho José, de 6 anos; o de Marcos Bueno da Conceição, de 35 anos, casado com Luísa de Siqueira, de 26; o de Sebastião



Caminhos antigos de São Caetano: A) Caminho Velho do Mar, ou Caminho de Santo André da Borda do Campo; B) Caminho Novo do Mar, atual estrada das Lágrimas; C) Caminho da Borda do Campo. No centro, a denominação Utinga refere-se ao córrego Tinga, que separava a Fazenda São Caetano do bairro de São Caetano. O nome foi aproveitado, mais tarde, para designar uma estação de ferrovia, distante dali. Detalhe de mapa organizado pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em 1906, por uma equipe de que fez parte Teodoro Sampaio

Cardoso, de 55 anos, casado com Joana da Costa, de 41 anos, que viviam com os filhos José, de 25 anos, e Gertrudes, de 10 anos.

Apesar dessas diferenças econômicas entre os distintos grupos domésticos, os sobrenomes das famílias da localidade se mesclam entre si e com os dos parentes de André Teixeira Dias: Soares, Siqueira, Cardoso. São nomes encontrados nos documentos de S. Caetano durante todo o século XVIII e o século XIX. São os mesmos sobrenomes que, no século XIX, aparecem nos registros de aforamento de terras para sítiantes nas Fazendas de S. Caetano e de S. Bernardo, pela Ordem de S. Bento.

Esse parentesco, porém, não correspondia a uma homogeneidade social e étnica da população do Bairro de S. Caetano no século XVIII. As acentuadas diferenças econômicas apontadas acima repetiam-se no âmbito das características étnicas e sociais. É o que documenta o arrolamento de Marcos Bueno da Conceição como um dos moradores do Bairro. Ele era um índio administrado da Ordem de S. Bento, da qual era mestre-ferreiro⁽⁴⁵⁾. Nascera em 1730. Para ser mestre-ferreiro aos 35 anos, deve ter sido entregue aos beneditinos muito jovem, já que aquela condição pressupunha demorado aprendizado. Alguns registros dos beneditinos sugerem que, quando fosse o caso, mestres de ofícios eram contratados para ensinar os escravos rapazes, isto é, adolescentes, para que se tornassem artesãos. Além disso, nos documentos do arquivo do Mosteiro de S. Bento, encontrei referência nominal a índios administrados das tribos Paresí e Borôro, ambas do Mato Grosso: uma índia Paresí em S. Bernardo e um índio Borôro no Mosteiro⁽⁴⁶⁾. Para que a índia administrada Rosa, da tribo Paresí, pudesse ser madrinha de batismo do escravo Bento, no dia seguinte ao Natal de 1745, devia ter sido catequizada

há muito tempo e muito jovem. É o que me faz supor que crianças indígenas foram entregues aos cuidados dos monges de S. Bento já na época dos primeiros contactos com essas tribos. É de 1727 um relato que menciona as primeiras expedições que saíam de Cuiabá à conquista dos índios Paresí⁽⁴⁷⁾. Há, também, notícia de um ataque de índios Paiguá a uma expedição de "bandeirantes" que descia o rio Coxim, em 1728, com uma ampla conquista de índios Paresí escravizados⁽⁴⁸⁾. Eram índios pacíficos e maleáveis, lavradores e artesãos, por isso preferidos para a escravidão⁽⁴⁹⁾. Nos anos trinta do século XVIII, os Borôro também foram pacificados e submetidos pelos brancos, sendo empregados na caça ou na destruição de outras tribos, particularmente a dos Kayapó⁽⁵⁰⁾. Portanto, é forte a possibilidade de que Marcos Bueno da Conceição tenha sido trazido do Mato Grosso, ainda criança, para S. Paulo. Era mimado pelos beneditinos, o que corresponde melhor à boa aceitação dos Paresí pelos brancos. Sou tentado a supor que fosse desse tribo. Há, também, a alternativa de que fosse filho de índios administrados do próprio Mosteiro ou de alguma de suas fazendas.

Mestre Marcos, como era chamado, foi feitor da Fazenda de S. Caetano, muito moço, entre 1754 e 1757. Além de cuidar dos outros escravos, tinha sua própria produção agrícola, pois em 1758 cobrava do Mosteiro dezesseis quartas de farinha, que vendera a Frei João de São Domingos quando este fora Abade do Mosteiro⁽⁵¹⁾. Em 1762, aforou dos beneditinos uma ilha no rio Tamanduateí, na Fazenda de S. Caetano, onde ele e a mulher, Luísa de Siqueira, já tinham feito casas, perto dos caminhos que iam para o sítio de Lourenço de Siqueira Soares e para o sítio de Ângela Francisca, também recenseada em S. Caetano, em 1765⁽⁵²⁾. Mestre Marcos, sendo índio administrado, era teoricamente livre, sujeito, no entanto, à tutela de seus amos, os monges de S. Bento. Era como se fosse menor de idade. É interessante, pois, que tenha desposado mulher com sobrenome, por isso, provavelmente branca, dos Siqueira de S. Caetano. O que parece documentar, mais do que as possibilidades de mescla do índio com o branco, a inferioridade social da mulher, equiparada ao índio tutelado. A relação inversa, do branco com a mulher indígena, era comum desde que a mulher se tornasse concubina e não esposa. Nesses casos, seus filhos seriam bastardos, como registrou o Padre Manuel da Fonseca, já no século XVIII⁽⁵³⁾, com isso indicando a dimensão jurídica da concepção de bastardia, que excluía o mestiço do direito de herança. Razão, aliás, de um longo destino de agregado, para ele, na história brasileira. No caso de Marcos e Luísa, porém, essa não seria a categoria dos filhos, se os tivessem, já que, teoricamente, o ventre da mulher branca era livre e livres eram seus frutos, ainda que de mestiçagem.

No censo de 1765, Mestre Marcos foi arrolado entre os moradores do Bairro de S. Caetano unicamente com sua mulher Luísa, sem indicação de filhos. Entretanto, a 23 de agosto de 1766, um sábado, o padre-gastador do Mosteiro registrou uma despesa de 120 réis na compra de "aguardente para remédio e Frei Felisberto, para ir para S. Caetano, que veio pedir José, filho do feitor"⁽⁵⁴⁾. Nesse ano, Marcos Bueno da Conceição era novamente feitor da Fazenda de S. Caetano. Portanto, o que se pode inferir é que sua mulher Luísa, apesar do sobrenome, podia ser, também, uma índia administrada, que tomara o sobrenome emprestado de algum padrinho, razão pela qual, no censo, o filho não aparecia agregado à casa dos pais, mas, a própria Fazenda. Tanto numa hipótese quanto noutra, fica evidente a situação socialmente ambígua de Mestre Marcos: nem precisamente índio administrado, como os demais índios da Fazenda, nem precisamente branco.

3. A Fazenda e o Bairro de S. Caetano, relações

Os moradores do Bairro de S. Caetano, como os de S. Bernardo e os da Borda do Campo, aparecem, na documentação antiga, de algum modo relacionados com as fazendas da Ordem de S. Bento, de que eram vizinhos. Esse relacionamento era variado e dependia claramente da condição social de cada um. Sem contar que, em primeiro lugar, o relacionamento era ditado pelas funções religiosas cumpridas nas respectivas capelas: missas, casamentos, batizados, sepultamentos. Uma preciosa proclama de casamento de escravos feita em S. Caetano, em 1781, é um documento completo a esse respeito: "Certifico eu, o Padre Frei Joaquim de Santa Ana e Araújo, monge de São Bento, do Mosteiro da Cidade de S. Paulo, que por mandado no N.M.R.P.M. (Nosso Mui Reverendo Padre Mestre) Dom Abade, em três dias santos, antes da Missa, perante o povo que veio à Missa, e escravos da Fazenda de S. Caetano, apregoei para

receberem Bento, administrado da Fazenda de S. Bernardo, com Quitéria, escrava do Mosteiro, e ambos nascidos na mesma Fazenda, e por assim ser verdade e não haver impedimento algum, que saísse, passei esta de minha letra, e sinal, o que, se necessário for, juro **in verbo sacerdotis**. Fazenda de S. Caetano, aos 23 de setembro de 1781. Frei Joaquim de Santa Ana e Araújo"⁽⁵⁵⁾. Povo e escravos, os moradores do Bairro e os da Fazenda, duas humanidades diferentes encontravam-se na Capela de S. Caetano nos dias santos e nos domingos. Missas eram nela celebradas regularmente, como se depreende dos registros semanais de remessa, pelo Mosteiro, de vinho para a celebração religiosa. E na cômoda da sacristia cuidavam os abades para que estivessem sempre em ordem os paramentos para os diferentes tempos da celebração litúrgica: brancos, para a Páscoa, o Natal, as festas do Senhor, de S. João Batista, de Nossa Senhora; vermelhos, para as festas dos Mártires, dos Apóstolos e de Pentecostes, é a cor do Cristo; roxos, para o Advento, a Quaresma, a celebração da memória dos mortos; verdes, para as celebrações de todos os domingos do ano⁽⁵⁶⁾. São frequentes nos livros de estados dos abades as referências à reforma e substituição de paramentos da Capela de S. Caetano, nos séculos XVIII e XIX.

Há várias indicações de que os monges de S. Bento, na segunda metade do século XVIII, transferiram as celebrações religiosas regulares da Capela de S. Bernardo para a de S. Caetano. De fato, em 1752, a Fazenda de S. Bernardo, com sua capela e adornos, foi arrendada a João José de Jesus Colaço⁽⁵⁷⁾. Em maio de 1803, foi novamente arrendada, com os campos de S. Bernardo, a Manoel de Toledo Piza, incluindo a casa da Fazenda. O foreiro deu recibo de cazulas e objetos de prata usados nas missas⁽⁵⁸⁾. E, em 1754, os beneditinos fundaram, nas mesmas terras, a Fazenda Jurubatuba, para onde transferiram seus escravos e respectiva atividade agrícola⁽⁵⁹⁾. Reclamavam que suas plantações e as de seus cativos estavam sendo danificadas pelos animais de seus vizinhos, que ocupavam as pastagens das terras de campo. Fica bem claro que, a partir de 1770, aproximadamente, as missas passaram a ser celebradas unicamente na Capela de S. Caetano, como documenta a remessa semanal de vinho-de-missa para essa Capela e não para aquela outra. Isso coincidiu com a regularização da situação jurídica das terras de S. Caetano, em 1769⁽⁶⁰⁾, enquanto aumentavam as queixas dos monges em relação aos litígios com invasores de terras de S. Bernardo. Ao mesmo tempo, é nessa época que se dá a grande reforma das casas e da Capela de S. Caetano, com ampliação desta última e sua transformação numa igreja barroca de grande beleza, com torre, sino, retábulo e coro⁽⁶¹⁾. É o que provavelmente explica que as proclamas do casamento dos escravos Bento e Quitéria, de S. Bernardo, tenham corrido por S. Caetano, perante o povo e os escravos do lugar. Não há, porém, indicação de quanto durou essa concentração das atividades religiosas numa única capela.

Desse modo, a Capela de S. Caetano não teve as características de excepcionalidade das capelas de fazenda no tempo da escravidão, cuja função era apenas de abrigar celebrações festivas e eventuais visitas de desobriga do pároco mais próximo. Os beneditinos, tanto em S. Caetano quanto em S. Bernardo, procuraram fazer de sua presença uma presença missionária permanente e, num certo sentido, civilizadora, ainda que de estilo monástico. O que finalmente, os levaria a um confronto com o Bispo Diocesano de S. Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, nos primeiros anos do século XIX, justamente a pretexto do enquadramento jurídico das atividades religiosas na Capela de S. Bernardo, onde o Bispo entendia de erigir paróquia, como acabou fazendo. Uma disputa que causou grande desgosto aos beneditinos e que, no final, foi resolvida em longo parecer de D. João, Príncipe Regente⁽⁶²⁾.

Não eram apenas de natureza religiosa os vínculos dos monges da Fazenda de S. Caetano com seus vizinhos do Bairro de S. Caetano. Muitos desses vizinhos eram foreiros da Ordem de S. Bento, na complicada relação jurídica de quem pagava e de quem recebia foro de terras naquela época: era lícito ao foreiro construir benfeitorias na terra aforada, das quais se tornava legítimo proprietário. Podia ocorrer, assim, compra e venda de bens imóveis em terras alheias, sem que na transação a própria terra estivesse envolvida, mediante simples pagamento da *laudêmio* ao dono do terreno. A Lei de Terras, de 1850, abriu caminho para que os dois direitos coincidissem, o da terra e o da benfeitoria. O que levaria, em 1856, muitos foreiros de S. Caetano e, mais ainda, de S. Bernardo, a fazerem o registro paroquial de terras, aparentemente dos beneditinos, em seu próprio nome. Não é por acaso que o mapa do Núcleo Colonial de S. Bernardo, do final do século passado, mostre que a Fazenda do mesmo nome tinha se transformado num grupo de ilhas territoriais separadas entre si por grandes espaços ocupados por posseiros e antigos forei-

ros⁽⁶³⁾, alguns dos quais, aliás foreiros ricos, antigos criadores de gado, que também eram proprietários de terra.

O foro era quase simbólico. Em 1797, dizia-se que um foreiro de S. Caetano pagava anualmente oitocentos réis de renda⁽⁶⁴⁾. Vinte anos antes, só com o vinho para celebração das missas em S. Caetano, o Mosteiro gastava cem réis semanais. Em 1762, Marcos Bueno da Conceição e sua mulher, ao arrendarem a ilhota de S. Caetano, antes mencionada, por duas patacas anuais (640 réis), esclareceram em contrato que as "casas e mais benfeitorias que fizermos na dita terra não poderemos vender nem trocar ou alienar sem primeiro aforarmos aos ditos Reverendos padres, como direitos senhores que são das ditas terras..."⁽⁶⁵⁾.

Às vezes, os foreiros mudavam de terreno no interior da Fazenda, aforando terras pegadas ao sítio anteriormente alugado⁽⁶⁶⁾. Outras vezes, o mesmo sítio aparece sucessivamente aforado a diferentes pessoas, como outra ilhota no ribeirão dos Meninos, arrendada em 1837 por Maria Alexandrina. Tratava-se de uma "tapera, onde em outro tempo morou Salvador Leite". Também fora arrendamento de José Antônio, em 1808⁽⁶⁷⁾. A referência a que Salvador Leite aí morara "em outro tempo" e que era "tapera", indica um lugar de agricultura de roça, que se caracteriza pela substituição de um período de cultivo por um período de pousio. O mesmo cuidado parece que já não ocorria com terras de pasto, como se vê no caso de João Floriano de Toledo. Em 1834, dizia-se que "tem arrendado a terra que foi de Manoel Francisco da Silva, em S. Caetano, com a condição de não passar dos limites do dito terreno", por preço de 1.280 (réis) por ano. Esse arrendamento foi renovado em 1836, em 1837, em 1841, em 1850⁽⁶⁸⁾. Quando a Fazenda de S. Caetano foi desapropriada, em 1877, pelo governo imperial, para nela ser instalado o Núcleo Colonial de S. Caetano, destinado a colonos italianos, João Floriano de Toledo ainda ali se encontrava⁽⁶⁹⁾. Ele foi um dos antigos foreiros que obtiveram reconhecimento de seu direito à propriedade das terras aforadas. Estas ficavam para os lados do que é hoje o bairro Barcelona, à margem direita do córrego Ressaca (às vezes denominado córrego do Moinho), hoje margeado pela av. Kennedy. De sua família fez parte, no século XIX, Dona Deolinda Maria da Conceição ou Deolinda Maria de Toledo, mãe de uma figura expressiva da história política de S. Caetano durante a República Velha, José Mariano Garcia Jr., pai do ex-vereador Lauriston Garcia e do ex-vereador e ex-vice prefeito por duas vezes, Lauro Garcia.

O nome dos Toledo, como vimos, já aparece no censo de 1765, com Rita Maria de Toledo, mulher de José Soares da Silva. Foi numerosa família de carreiros e milicianos. João Floriano de Toledo, nascido em S. Bernardo, em 1802, era branco, como os outros da família⁽⁷⁰⁾. Já em 1825, aparecia na "relação de homens que têm carro e utilizam-se deles no seu trabalho", em S. Bernardo⁽⁷¹⁾. Era analfabeto. Foi casado com Joaquina Maria, nascida em 1807, branca. Até 1835, haviam tido cinco filhos, sendo que uma filha veio a falecer ainda criança⁽⁷²⁾.

Em outros casos, os foreiros deixavam o aforamento em herança, tendo os herdeiros direito de preferência na continuidade do arrendamento. Foi o que ocorreu com as terras arrendadas por Antônio Joaquim Mariano, em S. Caetano, antes de 1829, por Rs. 5\$000 anuais. Esse aforamento foi renovado várias vezes. Em 1840, dizia o Abade que "os foros do sr. Antônio Joaquim Mariano finda (sic) com as terras do sr. José Antônio Mariano..." Este último estava interessado nas terras daquele, de quem era provavelmente parente. O Abade parecia interessado em transferir o aforamento de um para o outro, uma vez que Antônio Joaquim deixara de pagar a renda da terra durante oito anos. Somente em 1839 foram pagos de uma só vez os Rs. 40\$000 por eles devidos. Finalmente, a terra foi repassada a José Antônio em março de 1841, pagando ele um ano de renda que o outro, já falecido, ficara devendo. Porém, a transferência dependia de que a viúva desistisse do sítio. Desistência que não ocorreu, tendo ela pago dois anos de foro, até 1841. Porém, em 1842, o arrendamento passou para Joaquim Floriano de Toledo, que o pagou regularmente até 1863⁽⁷³⁾.

O aforamento de terras se desdobrava no pagamento de laudêmios pelos foreiros ao Mosteiro quando compravam sítios uns dos outros em terras das duas fazendas. Foi o que ocorreu com José da Silva Soares, recenseado em S. Caetano, em 1765, que entre 1754 e 1758 tornou-se devedor de 800 réis de laudêmios por ter comprado o sítio de João Dultra, no rio dos Couros⁽⁷⁴⁾.

Os moradores do bairro de S. Caetano não tinham com a Fazenda apenas a relação de tributo representada pelo aforamento de terras e pagamento de laudêmios. O Mosteiro também emprestava dinheiro

a juros aos vizinhos da Fazenda, sob fiança ou sob hipoteca, como se deu com o mesmo José da Silva Soares, de S. Caetano, que emprestou dos monges Rs. 43\$535, para isso hipotecando seu sítio entre 1763 e 1766⁽⁷⁵⁾. No caso de S. Caetano e, mesmo, no caso de S. Bernardo, as indicações são de que os beneditinos não só procuravam ter garantias reais, hipotecárias, para seus empréstimos. Mas, o faziam, também, como meio de incorporar o seu patrimônio benfeitorias em terras que já eram suas ou, mesmo, terras vizinhas e suas fazendas. Foi o que ocorreu, entre 1760 a 1762, com Thomé Dultra, de S. Bernardo, que passou para a Ordem de S. Bento um sítio por Rs. 150\$000 recebidos de empréstimo, e com Lourenço de Siqueira Soares, de S. Caetano, que cedeu seu sítio por Rs. 96\$000 recebidos nas mesmas condições⁽⁷⁶⁾. Esses valores correspondiam aproximadamente aos cabedais médios dos moradores de S. Caetano, aqueles que os tinham, recenseados em 1765, como vimos. Portanto, os empréstimos eram claramente orientados por sua equivalência com o preço provável dos sítios dos que pediam dinheiro. Esses devedores ficavam, às vezes, durante anos com seus débitos anotados nos livros da Ordem, sem qualquer pagamento ou solução, portanto, sem que a hipoteca fosse executada. Em casos de terras das próprias fazendas do Mosteiro, a incorporação das benfeitorias em decorrência de débitos vencidos, estava na própria lógica do aforamento na época e nas circunstâncias: conforme indica o contrato com Marcos Bueno da Conceição, pelo arrendamento da ilhota em S. Caetano, referida antes, o foreiro tornava-se "simples colono do dito Mosteiro". Isto é, povoador e beneficiador da terra, sendo esse o interesse principal dos monges e não o foro propriamente dito. O interesse era, pois, sobretudo pelo serviço que o foreiro prestasse beneficiando a terra. Até porque, nas contas do Mosteiro, a quantia proveniente do aforamento de terras era ínfima: durante 47 anos, de 1781 a 1828, os foros arrecadados pelo Mosteiro alcançaram tão somente 2,4% do total dos vários rendimentos obtidos no período⁽⁷⁷⁾. De fato, a principal fonte de recursos dos beneditinos estava na comercialização dos produtos da fábrica de telhas, tijolos e louças da Fazenda de S. Caetano.

Esse tipo de interesse fica muito claro no arrendamento que José Álvares de Siqueira fez do Sítio da Boa Vista, antigo Sítio dos Meninos Velhos, em S. Caetano (aproximadamente, onde está o bairro Nova Gérti, na encosta ocidental do morro da Boa Vista), por Rs. 10\$000 anuais, em setembro de 1806. O contrato estabeleceu obrigações do foreiro, que eram na verdade serviços ao Mosteiro "... serei obrigado a dar pousada a qualquer religioso que se destine ao dito sítio, como também a não botar abaixo madeiras de lei; vigiarei não consentir e dar parte com a possível prontidão ao Mosteiro no caso que haja quem insista na pretensão de cortá-las (...); serei obrigado a zelar e tratar o gado pertencente ao Mosteiro, que por este se me entrega, como se fosse próprio, isto enquanto o Mosteiro o não recolher..."⁽⁷⁸⁾.

A natureza do interesse na presença do foreiro nessas terras pode ser depreendida de uma anotação no livro dos estados dos Abades, relativa ao período de 1803 a 1805: "Fazenda Boa Vista. Comprou-se esta nova fazenda muito apetecida pelos nossos antepassados por ser muito interessante ao Mosteiro, assim pelas lenhas para a olaria, e madeiras de serra; como para evitar litígios sobre confrontações, por isso que ficava entre a Fazenda S. Caetano, e S. Bernardo"⁽⁷⁹⁾.

Uma parte da estratégia para conseguir a propriedade do Sítio ou Fazenda da Boa Vista passou pelo empréstimo de dinheiro a um seu proprietário, José Antunes de Quevedo. Em 1753, ele emprestara do Mosteiro Rs. 100\$000 a juros, de que passou escritura. Em 1758, além do principal, já devia Rs. 31\$250 de juros⁽⁸⁰⁾. Em 1760, a dívida continuava anotada nos livros do Mosteiro. José Antunes de Quevedo, solteiro, fez testamento no dia 3 de janeiro de 1780⁽⁸¹⁾ e, no dia seguinte, vendeu o referido sítio por Rs. 108\$800 ao Frei Manoel Caetano Soares, religioso da Ordem do Carmo⁽⁸²⁾. Com o falecimento deste, o sítio foi vendido, em 1796, a Pedro Homem da Costa⁽⁸³⁾, que três anos antes fizera um acordo com os beneditinos a respeito da divisa da Fazenda de S. Caetano com terras que já possuía, localizadas entre as cabeceiras dos córregos do Moinho e Tinga, no atual bairro da Boa Vista e que era motivo de disputas⁽⁸⁴⁾. Através de compra, quase meio século depois e após passar pelas mãos de dois outros proprietários, as terras foram, enfim, incorporadas ao patrimônio do Mosteiro e anexadas à Fazenda de S. Caetano. Constituíam o que é atualmente, de modo geral, a área dos bairros Nova Gérti e Mauá.

Finalmente, uma última modalidade de relacionamento da Fazenda de S. Caetano com os moradores do Bairro de S. Caetano, era

da relação comercial, o Mosteiro comprando mercadorias e serviços de seus vizinhos no Bairro. Como em 1767, quando a Fazenda comprou três bois de Caetano Dias Teixeira, por Rs. 11\$520⁽⁸⁵⁾. Em 1775, o Mosteiro pagou Rs. 2\$000 a José da Silva Soares por um boi "para as cavas de S. Caetano"⁽⁸⁶⁾, um boi de trabalho para extração do barro destinado à fábrica de tijolos, telhas e louças que tinha na Fazenda. Em 1777, Rs. 3\$200 foram pagos pela condução de cal a Luís de Barros⁽⁸⁷⁾, ao que parece, o mesmo que 40 anos antes, em 1737, fora nomeado cabo dos moradores do Tijucuçu para feitura do caminho desse bairro até a Borda do Campo.

Essa relação de compra e venda também tinha suas peculiaridades, que a afastavam da típica contratualidade nela suposta. Em agosto de 1768, o Mosteiro pagou Rs 4\$800 "por um cavalo manso que se comprou a João Lopes para a Fazenda de S. Caetano"⁽⁸⁸⁾. A aparente relação mercantil e contratual era, na mesma época, relativizada por uma anotação do padre-gastador, que dispendeu 640 réis na compra de "um côvado de baeta (...) para o filho de João Lopes, de S. Caetano"⁽⁸⁹⁾. Essa anotação é muito parecida com outras, relativas à compra desse tecido de lã vermelha para confecção dos cueiros dos filhos recém-nascidos das escravas da Fazenda. A diferença é que essa despesa foi feita, na conta do Mosteiro, na loja de Manoel José Gomes. Com isso, o Mosteiro se fazia fiador de pequenas despesas de terceiros em estabelecimentos comerciais, sem qualquer retribuição monetária, numa típica relação de favor.

Um incidente havido com Marcos Bueno da Conceição, o Mestre Marcos já mencionado, mostra como a relação contratual e mercantil podia estar impregnada de conteúdo afetivo, tradicional e pessoal e suas tensões peculiares. Em 1758, pediu ele a proteção do Abade de S. Bento "para que, por sua benignidade e pelo amor de Deus, mandasse que o Reverendo Padre Frei João de São Domingos" lhe pagasse dezesseis quartas de farinha que lhe havia comprado quando era Abade do Mosteiro, entre 1754 e 1757. Deixara, porém, o Abade de pagar-lhe o que comprara porque sendo Marcos feitor da Fazenda de S. Caetano, nessa posição colocado pelo próprio Abade, teria ficado, indevidamente, com 24 couros de gado que morrera no segundo ano. Tendo o Abade lhe pedido conta dos referidos couros, fugira. Marcos, porém, defendeu-se dizendo que o monge, sempre que cobrado pela dívida da farinha, lhe imputava o roubo dos couros. Pedia Marcos ao presidente do Mosteiro que lhe mandasse pagar a dívida "por sua benignidade que usa com os pobres e pelo amor de Deus". O caso se arrastou por quase dois anos, decidindo o prelado que o índio administrado, que pedira seu apadrinhamento, recebesse o seu crédito, descontado, porém dos próprios proventos do ex-abade⁽⁹⁰⁾.

Essa decisão revela um severo senso de justiça entre os monges e o complicado teor do seu relacionamento com seus cativos: a possível injustiça contra um quase escravo reparada a expensas do ex-abade por ela responsável

O fato não abalou a relação paternalista e de dependência pessoal. Marcos era um índio administrado - não podia ser demitido, expulso ou vendido. Ele, mais do que um escravo, que podia ser vendido, estava irremediavelmente atado a seus senhores que, por essa servidão, eram, também, atados a seus cativos. Dois anos depois, ele arrendava a ilhota de S. Caetano, como vimos, assinando contrato, como se fosse um homem livre. Em 1766, aparecia novamente como feitor da Fazenda S. Caetano. Ferido no braço, em maio, foi tratado com muito mimo pelos beneditinos, que fizeram despesas diárias para curá-lo e dar-lhe alimentação especial⁽⁹¹⁾. Na complicada trama desse relacionamento, Marcos entrava na contabilidade do Mosteiro como um assalariado: em 1768, anotava o padre-gastador que dispendera seiscentos réis de adiantamento "por dinheiro que paguei ao mestre Marcos do seu salário da Fazenda de S. Caetano"⁽⁹²⁾. Nessa época, o salário era anual e o trabalhador solicitava adiantamentos, quando necessário, raramente em dinheiro e quase sempre em mercadorias: roupa, bebida, fumo, alimento. O salário aparecia como um crédito em dinheiro e, portanto, como um privilégio em face das relações de trabalho existentes.

Em todos esses casos, a relação contratual, mercantil ou salarial, aparentemente uma relação de interesse, igualitária, puramente racional, era instrumento de seu oposto. De fato, o dinheiro e a contratualidade nem mesmo dissimulavam a natureza extra-econômica dos vínculos sociais e de seus desdobramentos na definição e na constituição do território em que tais relações ganhavam sentido - o da vizinhança, do tributo, do favor e do cativo.

O Bairro de S. Caetano tinha algumas peculiaridades que o diferenciavam do que veio a ser consagrado na literatura sociológica como sendo típico dessa forma brasileira tradicional de organização social dispersa.

Mesmo no século XVIII, não se tratava de uma economia autárquica, no pleno sentido que tal expressão assumiu entre os historiadores. Seus moradores praticavam uma economia mercantil de base monetária. Só secundariamente eram agricultores autônomos. A principal atividade da maioria parece ter sido a pequena criação de gado e o trabalho como condutores de carros de boi no transporte de mercadorias. O que, provavelmente, se explica porque o bairro estava situado numa teia de caminhos que se orientavam para o vizinho Caminho do Mar. O florescimento da economia açucareira, no interior da Capitania, e da exportação do açúcar pelo porto de Santos, na segunda metade do século XVIII, e seus reflexos no tráfego local, repercutiu claramente na economia do lugar, na composição de sua população e na própria definição da região de maior concentração populacional, nas duas margens do rio dos Meninos.

Mas, um outro componente não-característico foi a organização do bairro ao redor da Fazenda de S. Caetano, que era uma fazenda industrial, pouco comum na época. Secundariamente, servia como pasto para o gado que os beneditinos traziam de sua fazenda de Curitiba. O fato de que tenha sido fazenda de uma ordem monástica, sujeita a uma criteriosa disciplina econômica, fez com que entre ela e seus vizinhos se estabelecesse um relacionamento regular, formalmente orientado por critérios contratuais e racionais, mas cheio de ambiguidades decorrentes de seu conteúdo extra-econômico: a dependência pessoal dos administrados, a escravidão dos negros e o caráter rentista do vínculo com muitas famílias do lugar. Sem contar certas funções, desempenhadas pelos povoados em relação aos bairros rurais, que eram aqui desempenhadas pela própria Fazenda. Era o caso das funções religiosas. Além disso, o bairro tinha um vínculo quase formal com a administração pública: desde o século XVI, a Câmara de S. Paulo ordenou aos moradores do Tijucuçu, em diferentes ocasiões, a realização das obras de mão-comum e indicou o cabo das tarefas, isto é, o encarregado de convocar os vizinhos e coordenar o trabalho. O que revestia a existência do bairro de uma formalidade que os autores não tem sublinhado. Essa formalização chegaria ao extremo com a organização das companhias de ordenanças, o que praticamente fez dos bairros rurais forças militares de segunda linha. É verdade que tais companhias muitas vezes abrangiam mais de um bairro, o que impede de verificar a coincidência entre a companhia e o bairro. Foi o caso de S. Caetano, que não teve a sua própria companhia de ordenanças, embora vários dos seus moradores tenham ostentado patentes militares.

O Bairro de S. Caetano, entretanto, repetia uma característica fundamental dessa forma de organização social: a de que eram preferentemente de parentesco as relações sociais entre as várias famílias, que se cruzavam e entrecruzavam por meio do casamento. Ao mesmo tempo, apesar da posse relativamente precária da terra, o que parece ter ditado a permanência ou a migração de seus moradores foi a forma de organização da família. Além disso, havia uma clara troca de habitantes entre os bairros vizinhos, por casamento ou por motivos econômicos, no caso de mudança do sítio aforado, decorrente das próprias necessidades da agricultura de roça. Deslocamentos mais remotos do que se poderia imaginar, para regiões distantes, estavam claramente regulados pelo casamento, deslocando de preferência as mulheres.

A precariedade do vínculo com a terra não se transformou em precariedade do vínculo com o território. Este caso, portanto, não confirma a suposição de que uma implica na outra. As famílias já detectadas no início do século XVIII aí permaneceram até o século seguinte, por um período de cerca de cento e cinquenta anos, no mínimo. Foi com o desenvolvimento do mercado de terras, a partir de 1850, que claramente houve deslocamentos de população daqui para outros lugares. Nesse particular, o vínculo com a localidade durou enquanto permaneceu o regime de aforamento e, portanto, o vínculo precário com a terra. A partir da Lei de Terras e do registro paroquial das terras possuídas a qualquer título, a aquisição do direito de propriedade foi imediatamente seguida de um grande número de transferências desse direito a terceiros, na região. Fenômeno que se estendeu aos colonos italianos chegados em 1877. Tão logo receberam seus títulos definitivos, em 1891, ou até antes, vários deles venderam seus lotes a outras pessoas.

(*) José de Souza Martins é professor de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde 1965. Foi "visiting scholar" da Universidade de Cambridge (Inglaterra), em 1976, e professor-visitante da Universidade da Flórida (EUA), em 1981. Nasceu em São Caetano do Sul, em 1938, onde ainda mora a maior parte de sua família, e aqui viveu até 1962. Descende de antigos moradores do lugar. É autor de quinze livros na sua especialidade e co-autor de outros catorze livros publicados no Brasil, Estados Unidos, México, Inglaterra, Alemanha Federal, Itália e Espanha. Foi fundador, organizador e o primeiro diretor do Museu Municipal (1959-1961). Sobre a História de São Caetano, publicou mais de uma dezena de artigos em jornais da região, desde 1957, e mais os seguintes trabalhos: *São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História*; São Caetano do Sul, 1957; *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973; *A Escravidão em São Caetano (1598-1871)*, São Caetano do Sul, CEDI, 1988. Seus livros mais recentes são: *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*. Petrópolis, Vozes, 1986 (traduzido para o italiano pela Editora Vecchio Faggio, em 1988); *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*, São Paulo, Hucitec, 1986 e *Caminhada no Chão da Noite*, São Paulo, Hucitec, 1989.

NOTAS

(*) Sou imensamente agradecido aos monges do Mosteiro de São Bento, de S. Paulo, pela atenção com que me receberam durante a realização da pesquisa. Em particular agradeço a D. Martinho Johnson, OSB, zeloso arquivista e historiador, a paciência com que me atendeu. Esses agradecimentos são extensivos aos beneditinos do Mosteiro de Olinda (PE) pela hospitalidade com que me acolheram durante a pesquisa em seu arquivo. A D. Romano, seu arquivista igualmente zeloso, devo a generosidade da atenção e da orientação.

- (1) Cf. Arquivo Municipal de S. Paulo, *Actas da Câmara da Villa De S. Paulo*, vol. I, Duprat & Comp., S. Paulo, 1915, p. 374.
- (2) Cf. Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, volume I, Departamento de Cultura, São Paulo, 1937, p. 120-121.
- (3) Cf. José de Souza Martins, "Vestígios de um velho Caminho do Mar, do século XVI, nas ruas de São Caetano", in *Sancaetanense Jornal* (edição comemorativa), ano V, n.º 227, S. Caetano do Sul (SP), 25 de julho de 1987, p. 12.
- (4) Cf. Arquivo Municipal de S. Paulo, *Actas da Câmara da Villa De S. Paulo (1596-1622)*, vol. II, Duprat & Cia., S. Paulo, 1915, p. 429.
- (5) Cf. José de Souza Martins, cit., p. 12.
- (6) Cf. José de Souza Martins, "A formação do espaço regional do Tijuçu e de São Caetano", in *Sancaetanense Jornal* (edição comemorativa), ano IV, n.º 178, S. Caetano do Sul (SP), 26 de julho de 1986, p. 6. O historiador paulista Pedro Taques, escrevendo em 1766, refere-se aos "pontos devolutos pelo caminho velho da antiga vila de Santo André, Rio Jarobabita, continuados ao longo do Tamanduatê, até o Tejuçuçu..." Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomo II, Editora Itatiaia/Editora da Universidade de S. Paulo, Belo Horizonte, 1980, p. 267.
- (7) Cf. Afonso de E. Taunay, *História Antiga da Abadia de S. Paulo (1598-1772)*, Typographia Ideal, São Paulo, 1927, p. 209-210.
- (8) Em 1760, o Abade, Frei Bento da Graça Varejão, dizia que, em S. Caetano "fizeram-se duas canoas pequenas para conduzirem a telha no tempo em que, pela pouca água no rio, não pode navegar a canoa grande." Ele está se referindo ao rio Tamanduatê, no trecho entre a foz do rio dos Meninos e o Porto Geral de S. Bento, na atual rua 25 de Março. Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 39; Prefeitura do Município de São Paulo, *Registro Geral da Câmara da Cidade de S. Paulo (1846-1851)*, vol. XXXIV, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1945, p. 70.
- (9) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 74v.
- (10) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*, Coleção da "Revista de História", São Paulo, 1977, p. 85-87.
- (11) Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, *Seemariáz*, vol. II bis, Typographia do Globo, São Paulo, 1939, p. 11; e Dom Martinho Johnson, OSB, ob. cit., p. 78-80.
- (12) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB, ob. cit., p. 187-191.
- (13) Cf. Departamento do Arquivo do Estado, *Inventários e Testamentos*, vol. I, p. 132 e ss.
- (14) Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*, vol. LXII, Edição do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, 1937, p. 211-213.
- (15) Cf. José Jacintho Ribeiro, *Chronologia Paulista*, 2º volume (1ª parte), Typographia do "Diário Oficial", S. Paulo, 1901, p. 100.
- (16) Cf. José de Souza Martins, *A Escravidão em São Caetano (1558-1871)*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, S. Caetano do Sul (SP), 1988, p. 12-13.
- (17) Cf. Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1964, p. 40-44 e 56. Cf., também, Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Bairros Rurais Paulistas*, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1973, e Carlos Rodrigues Brandão, *Os Calpíras de São Paulo*, Brasiliense, São Paulo, 1983.
- (18) Cf. José Jacintho Ribeiro, *Divisão Administrativa e Divisas Municipais do Estado de São Paulo*, S. Paulo, 1908, passim.
- (19) Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, loc. cit., p. 211-213; José Jacintho Ribeiro, *Chronologia Paulista*, cit., p. 100.
- (20) Cf. Prefeitura do Município de São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LVIII (doc. n.º 249), p. 249.
- (21) Cf. Afonso de E. Taunay, ob. cit., p. 178.
- (22) Cf. José de Souza Martins, "A visita do Imperador D. Pedro II ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1878", in *Raízes*, ano I, n.º 2, Prefeitura Municipal de S. Caetano do Sul, dezembro de 1989, p. 78.
- (23) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 13.
- (24) Cf. Prefeitura do Município de S. Paulo, *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, vol. VIII, p. 390-391.
- (25) Cf. Departamento do Arquivo do Estado, *População da Capital, 1795-1798*, Estante A, Prateleira 2, Caixa 32, fl. 483v.
- (26) Cf. José de Souza Martins, "A formação do espaço regional do Tijuçu e de São Caetano", cit., p. 6.
- (27) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana* (1905), volume 9º, Duprat & Comp., S. Paulo, 1905, p. 45.
- (28) Cf. Nuto Sant'Anna, *Metrópole*, Coleção Departamento de Cultura, São Paulo, 1953, p. 100.

- (29) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, cit., p. 37.
- (30) Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 30; Nuto Sant'Anna, *Metrópole*, cit., p. 168.
- (31) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana* (1905), volume 7º, Duprat & Comp., S. Paulo, 1905, p. 498-499.
- (32) *Ibidem*, p. 498.
- (33) *Ibidem*, p. 480.
- (34) *Ibidem*, p. 498; Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana* (1903), volume 1º, Duprat & Comp., S. Paulo, 1903, p. 525-526.
- (35) *Ibidem*, p. 503-504.
- (36) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 7º, p. 498-499; Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana* (1905), volume 8º, Duprat & Comp., S. Paulo, 1905, p. 392.
- (37) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 7º, p. 498-499.
- (38) *Ibidem*; Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 8º, p. 355.
- (39) Cf. Arquivo do Estado de São Paulo, *Documentos Interessantes*, cit., vol. LXII, p. 211-213; José Jacintho Ribeiro, ob. cit., p. 100.
- (40) Cf. Prefeitura do Município de São Paulo, *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, vol. VIII, p. 390-391.
- (41) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fl. 30; Nuto Sant'Anna, *São Paulo Histórico*, volume I, Departamento de Cultura, São Paulo, 1937, p. 302.
- (42) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 7º, p. 498-499.
- (43) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 9º, p. 46.
- (44) Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme, ob. cit., volume 7º, p. 497; Departamento do Arquivo do Estado, *Registro Paroquial de S. Bernardo*, fls. 52v e 53.
- (45) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fls. 28-29.
- (46) *Ibidem*, fl. 37.
- (47) Cf. Afonso de E. Taunay (org.), *Relatos Monçoeiros*, Editora Itatiaia/Editora da Universidade de S. Paulo, Belo Horizonte, 1981, p. 125.
- (48) Cf. John Hemming, *Red Gold - The Conquest of the Brazilian Indians*, Papermac, London, 1987, p. 397.
- (49) Cf. Afonso de E. Taunay (org.), ob. cit., p. 125-126; John Hemming, ob. cit., p. 405; Darcy Ribeiro, *Os Índios e a Civilização*, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1977, p. 116.
- (50) Cf. John Hemming, ob. cit., p. 405-408.
- (51) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fl. 28-29.
- (52) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fl. 30.
- (53) Cf. Manoel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus, da Província do Brasil*, Lisboa, na Oficina de Francisco da Silva, Anno MDCCLII, reeditada pela Companhia Melhoramentos de S. Paulo, S. Paulo, s/d, p. 233.
- (54) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 3, fl. 37.
- (55) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fl. 37.
- (56) Agradeço a D. Marcelo Barros, monge do Mosteiro Beneditino de Goiás Velho, os pacientes esclarecimentos sobre o uso e o significado das cores nos paramentos antigos.
- (57) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 92, fl. 83.
- (58) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 102, fl. 58.
- (59) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fls. 25-25v.
- (60) Cf. Dom Martinho Johnson, OSB, ob. cit., p. 88-90.
- (61) Cf. José de Souza Martins, "A visita do Imperador D. Pedro II ao Núcleo Colonial de São Caetano, em 1878", cit., p. 7-8.
- (62) Cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, tomo II, 2ª edição, Livraria Martins Editora S.A., São Paulo, 1952, p. 233.; Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 21, fl. 51.
- (63) Cf. Relatório de 1897 Apresentado ao Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, Vice-presidente do Estado, pelo Dr. Firmiano M. Pinto, Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e obras Públicas, Typ. a Vap. Espindola, Siqueira & Comp., São Paulo, 1898, p. 70-71 (encarte).
- (64) Cf. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo*, vol. II, Gráfica João Bentivegna, São Paulo, 1953, p. 87.
- (65) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fl. 30.
- (66) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 102, fl. 5v.
- (67) *Ibidem*, fl. 43.
- (68) *Ibidem*, fl. 41.
- (69) Cf. Ofício n.º 129, 12 de novembro de 1877, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *Colônias (Anos 1870-1877)*, Caixa 3.
- (70) Cf. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *População: S. Bernardo, Bom Jesus, Caguaçu, T/C-1 (1776-1846)*, Caixa 155.
- (71) Cf. Prefeitura do Município de S. Paulo, *Revista do Arquivo Municipal*, ano XX, vol. CLVII (doc. CCCLXXXVI), Depto. de Cultura, S. Paulo, julho a dezembro de 1953, p. 223.
- (72) Cf. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *População: S. Bernardo, Bom Jesus, Caguaçu*, cit., Caixa 155.
- (73) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 102, fls. 31 e 31v.
- (74) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 30.
- (75) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 49.
- (76) *Ibidem*, fls. 34v e 41.
- (77) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 21, passim.
- (78) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 102, fl. 7.
- (79) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 21, fl. 36v.
- (80) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 24, fl. 29 e 34-34v.
- (81) Cf. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, *Inventários do 1º Ofício, T.C.*, n.º 15.519, 3 de janeiro de 1780, Caixa 156.
- (82) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 102, fls. 34 e 35.
- (83) *Ibidem*, fl. 47.
- (84) *Ibidem*, fl. 46.
- (85) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 3, fl. 70v.
- (86) *Ibidem*, fl. 178.
- (87) *Ibidem*, fl. 219v.
- (88) *Ibidem*, fl. 69.
- (89) *Ibidem*, fl. 72v.
- (90) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 84, fls. 28-29.
- (91) Cf. Arquivo do Mosteiro de São Bento, Códice 3, fls. 31v-36v.
- (92) *Ibidem*, fl. 69.

O bondinho das professoras (crônica de uma época)

Jayme da Costa PATRAO (*)

SETE HORAS E QUASE TRINTA MINUTOS de uma manhã amena e radiante de primavera, ensolarada e alegre. Que bem poderia ser uma outra manhã qualquer, com chuvisqueiro renitente ou invernos neblina ou mesmo com chuva quente de verão. O velho trem de ferro da antiga S. P. R. (São Paulo Railway Company), lá pelos idos dos anos vinte, apitava forte, com precisão, na curva do Matarazzo, onde, por muitas décadas, funcionou a fábrica de Louças Cláudia.

Nessa mesma curva, justamente em uma tarde de julho 1877, o maquinista Casemiro parava um comboio de uns poucos carros e fazia descer algumas famílias de imigrantes oriundos da "Vecchia Italia".⁽¹⁾

Ao pisarem terras da antiga fazenda São Caetano, os italianos colonizadores, vindos cheios de esperanças nas almas e ainda lágrimas nos olhos, dispuseram-se a fazer destas terras a pujante São Caetano do Sul de hoje.

Esse estridente apito de trem, que ecoava pelas torbas do Tijucucu, era a maneira usual com que todos os maquinistas avisavam a população da chegada da mais um comboio ou, talvez, a prestação de singela e simpática homenagem aos bravos imigrantes que, em outra época distante, fixaram raízes neste rincão sagrado.

A estaçãozinha da Estrada de Ferro SPR, em São Caetano, nessa ocasião, já era uma realidade; existia, pequena, acolhedora e pitoresca. Estava onde ainda hoje está localizada a nova estação da CBTU, da Santos-Jundiá, que é sem graça, cafona (apesar de funcional).

A antiga estaçãozinha era sólida e bonita, com os seus tijolos vermelhos expostos, queimados em alta temperatura e mais os seus artísticos suportes do telhado, vigas e colunas trabalhados em maciço ferro fundido, importados diretamente da Inglaterra. As telhas foram trazidas exclusivamente de Marselha.

SETE HORAS E MEIA. O trem adentrava a estaçãozinha, com marcha reduzida, quase parando, resfolegando, esguichando vapor de água pelos escapes laterais, e soltando fumarentas fagulhas pela enorme chaminé.

O maquinista, satisfeito por ter vencido mais uma etapa do trajeto a percorrer, consultava o seu relógio, preso a uma vistosa corrente ao bolso do colete, sorria, dizia qualquer coisa ao seu ajudante foguista, e punha meio corpo e o coração suado fora da janela da cabine de comando, olhando com interesse o vaivém do pessoal na plataforma da estação.

A chegada dos trens era invariavelmente tão precisa que servia para a população conferir e acertar a hora dos seus relógios. Os trens da SPR de então, com regularidade britânica, nunca falhavam nos seus horários.

Com os primeiros subúrbios, chegava uma enorme multidão que descia em São Caetano. Eram operários adultos e menores de idade com a fisionomia cansada e triste; rapazes e mocinhas, quase crianças ainda, com o seu minguido farnel, preso debaixo do braço e embrulhados em papel de jornal, já lido e velho, ou, em maletas de madeira; uma fruta qualquer ou um pouco de café, sem leite, em meia garrafa de vidro.

Saídos da plataforma do trem, espalhavam-se apressados, caminhando em blocos ou solitários para o trabalho nas fábricas de vidros, mecânicas e fundições, cerâmicas de louças ou fábricas de velas,

olarias, fornicidas e mais outras fábricas ou fabriquetas. Também algum ramo de negócio qualquer, de maior ou menor importância.

Naqueles tempos, os carros que formavam a composição (em contraste com os de hoje) eram limpos e agradáveis, meia dúzia de vagões, talvez um pouco mais, incluindo o carro bagageiro-correio, eram de segunda classe. Os de primeira, classe de luxo, seria dois ou três, e caracterizavam-se pela cobertura, com capas de linho branco, sobre o encosto das poltronas com assento de palhinha trançada.

— Ah! Quanta saudade... A passagem ida-e-volta, verde e vermelha, custava **quatrocentão**. Passagem amarela e branca, de primeira classe, custava setecentos réis.

Os carros, por dentro, todos envernizados, não eram riscados a canivete, com palavras e nomes obscenos, como se vê nos dias de hoje. Vidros de portas e janelas não eram quebrados por arrua-ceiros e desocupados.

Uma das principais estações da antiga SPR era a estação de São Bernardo - que passou a Santo André em 1934 -⁽²⁾ situada entre as estaçãozinhas de São Caetano e Pilar (Mauá); era ali o ponto final dos trens de subúrbio vindos de Pirituba.⁽³⁾

Para não dizer que tudo eram flores com os trens movidos a vapor, apenas fagulhinhas de carvão quente, sem perigo maior, adentravam irreverentes no vagão (que, por ventura, ficasse com a janela toda aberta), provocando algazarra e risos dos atingidos pelas fagulhinhas atrevidas.

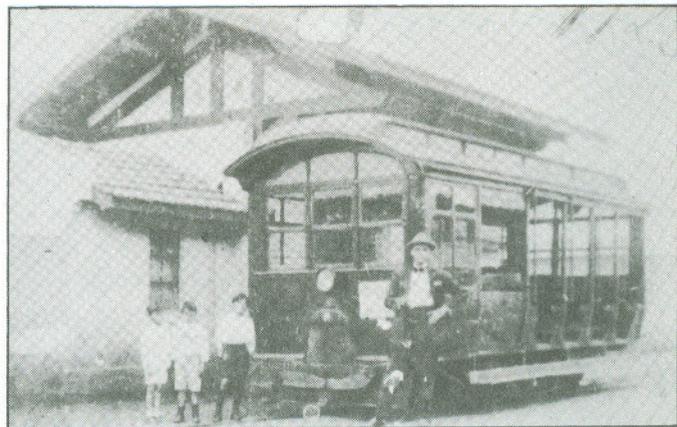


Foto do bonde que servia São Caetano do Sul, 1925

SETE HORAS E TRINTA MINUTOS. Trem parado. Alguns homens, mulheres, jovens; outros não tão jovens, velhos e muitas velhas, trôpegos, calados com aspecto enfermigo. Algumas poucas crianças que acompanhavam, andando, outras carregadas pelos adultos, dormiam.

Eram os que desciam, neste horário, das segundas classes, às quartas-feiras principalmente, e se encaminhavam em peregrinação para a capela do Curandeiro, seu Vicente; todos em busca de conforto espiritual ou um lenitivo para as suas mazelas ou problemas.

O casarão do curandeiro estava localizado, em amplo terreno, na parte alta do bairro da Saúde (atual Santa Maria). Os **romeiros**, ao desembarcarem na estação ferroviária da SPR em São Caetano, caminhavam pela rua do Centro (rua São Caetano, hoje Av. Conde Francisco Matarazzo), entravam no caminho do curandeiro (rua Virgílio de Rezende, atual rua João Pessoa). Trilhavam uns campos com capoeiras altas e cavas fundas que alagavam no período das chuvas. ⁽⁴⁾ Atravessavam um descampado, (rua Luiz Gama) passavam no local em que a General Motors construiu uma fábrica montadora que, atualmente, gera emprego para mais de onze mil pessoas e que, naqueles tempos, era todo lama, brejo e onde os preás, pequenas caças, pássaros diversos formavam o paraíso dos caçadores e predadores de passarinhos. Os romeiros pulavam mais algumas poucas valetas, e ganhavam a rua da Formicida (Goiás), atingiam a Itamaracá (alameda São Caetano) e, no final da rua Cassaquêra, onde atualmente é a Praça Francisco Pires, aí ficava a capela do **beato** seu Vicente.

Desde o clarear do dia, o **curandeiro** atendia, com dedicação e desvelo, outro grande número de fiéis que pernoitavam, e eram ligeiramente alimentados, em um grande galpão ao lado da sua casa,

— Vem gente de todas as partes do Brasil.
— Até dos **estrangeiros** vem gringos consultar com o seu Vicente — afirmavam seus fanáticos seguidores.

Com a lamentada morte do seu Vicente Rodrigues Vieira, homem tido e havido como **santo** pelos seus inúmeros crentes, sucedeu-o seu filho (não tão santo) que não tinha o mesmo carisma do pai. Crônicas policiais da época confirmam. ⁽⁶⁾

Ainda hoje, quem visitar o velho cemitério São Caetano, também conhecido como Necrópole da Saudade, no bairro de Santa Paula, à esquerda do portão de ferro da entrada, na quadra P.10, poderá ver um pequeno túmulo em alvenaria simples, sem luxo algum, todo pintado **cor de terra** e que está sempre iluminado com dezenas de velas. O velho Joaquim Alves, cozeiro dos mais antigos da necrópole afirma: — Jamais deixou de brilhar uma vela acesa, sequer na última morada do seu Vicente, o **curandeiro**.

SETE HORAS E TRINTA. Juntamente com o pessoal da segunda classe da SPR, os passageiros da primeira misturavam-se confraternizados ao passarem pela apertada cancela de saída. Sem empurrões, nem atropelos. Todos se igualavam sem a menor discriminação.

Todos, ricos e pobres; operário, funcionários de grandes indústrias, empregados de categoria, desempregados e pedintes (que vinham dos bairros pobres da capital mendigarem, aqui, em São Caetano), todos ao descerem do trem passavam pela cancela de saída da plataforma, e era interessante notar como uma simples cancela de estação tinha, naqueles tempos, a propriedade de nivelar as classes sociais... Pelo menos, era essa a impressão que causava a um observador casual.

Elas, cheias de dengues, catitas em seus vestidos, simples, mas elegantes; alguns com bonitos adereços; elas, sorridentes e saudáveis, eram quase sempre as últimas a deixarem os vagões de primeira classe.

O chefe da estação, seu Manoel, com o seu uniforme da casemira azul, bem arrumado, camisa branca e gravata preta, boné vermelho com cordões dourados, aguardava paciente que os retardatários e as professorinhas pisassem na plataforma para, então, autorizar, com um ligeiro acenar da bandeira verde, a partida do trem.

Dois apitos breves (hoje a CBTU usa buzina) e lá se ia, novamente, o comboio para outras plagas, outras cidades, cumprindo sempre com regularidade os seus horários.

As professoras, algumas bem jovens, recém-formadas pelas diversas Escolas Normais, e alguns professores com mais anos de magistério, ao saírem da estação da estrada de ferro encaminhavam-se, alegres e bem-humorados, para o ponto final do **bondinho**, onde hoje está situada a rua Serafim Constantino (atualmente é ponto de táxis).

Esse esquisito meio de transporte fazia o trajeto São Caetano-Capela do Vicente. Também conduzia romeiros e curiosos que se dirigiam ao bairro da Saúde, e que dispunham de alguns **trocados** para pagarem a passagem (200 réis), ou pessoas interessadas na compra de terrenos, colocados à venda pela Empresa Imobiliária São Bernardo (lá, a passagem custava um tostão). ⁽⁷⁾

Os primeiros **bondinhos** eram verdadeiros calhambeques, uma espécie de pequena **jardineira**. Movidas a gasolina, locomoviam-se penosamente sobre trilhos de bitola estreita. O motor era Ford **bigode** montado em São Paulo, à rua Barão de Limeira, onde em um velho galpão a firma Cornalbas e Formiga Ltda, foi encarregada a fazer as primeiras **jardineiras**. ⁽⁸⁾

Os chassis desses **bondinhos** eram os que, a título experimental,

estavam sendo aproveitados de um acervo desativado da Companhia Campineira de Tracção Luz e Força da cidade de Campinas, que, desde 1910, transferira o sistema animal (bonde puxado a burro) para tração elétrica. ⁽⁹⁾

Esse lerdo sistema de locomoção era causador de inúmeros transtornos e situações deveras grotescas e risíveis. Diversas vezes, para subir uma rampa mais íngreme, com tempo chuvoso, era necessário que os passageiros descessem do carro e ajudassem, com um empurrãozinho, a desempacar o dito-cujo.

Pouco tempo mais tarde, a Empresa Imobiliária São Bernardo, proprietário da **tramway** e grandes glebas de terras em São Caetano, Santo André e São Bernardo, progrediu grandemente e novos e modernos **bondés** foram comprados e importados da França. As fábricas Renault e Campanhe, de Paris, eram as responsáveis pelas novíssimas automotrices com modelos iguais a bondés elétricos, recentemente criados na Europa. ⁽¹⁰⁾ Eram diretores proprietários da Empresa Imobiliária São Bernardo, o eng. Hypólito Gustavo Pujol e Ernesto Pujol Júnior, advogado.

Além do itinerário Estação de São Caetano-Capela do Vicente, a empresa distendeu suas linhas por Santo André, onde tinha uma garagem, abrigo e oficina no início da av. Industrial, junto ao atual viaduto Pedro Dal'Antonia. As linhas continuavam, e seguiam para a sede do Município de São Bernardo e aí eram conhecidas como a **linha de trem do Pujol**.

Muito mais romântica era a linha que circulava em São Caetano. A garotada, quase toda em idade escolar, havia batizado o **tramway** do Pujol com o simpático apelido de o **bondinho das professoras**.

As professorinhas, já na estaçãozinha dos Pujol, em São Caetano, depois de cumprimentarem os funcionários presentes, tiravam do cabide e vestiam os seus respectivos **guarda-pós** para se resguardarem de qualquer imprevisto desagradável. Toda essa precaução se fazia necessária, pois, naquela época, não havia calçamento nas ruas, que eram péssimas e sujas, cheias de pó de terra e, quando chovia, formava poças d'água e lama.

Os primeiros, arrastados e folclóricos **fordecos**, devido à morosidade desembenhada, era sempre motivo de chacota e risadas. Os famigerados **bondinhos**, depois de uma ou duas viagens, criavam problemas; eram recolhidas às oficinas mecânicas da companhia para reparos. Os próprios motoristas e mecânicos faziam gozação com a sigla Ford; diziam eles, com malícia e picardia: — Fabricação Ordinária Reparos Diários. ⁽¹¹⁾

Entretanto, apesar de todas as dificuldades de início e enquanto as novas unidades não entravam em funcionamento, o valoroso e heróico **bondinho** ia cumprindo, com garra e denodo a sua missão. O motorista dos primeiros carros do **tramway** era um rapagão que, nas suas folgas do trabalho, jogava futebol amador pelo Clube Saldanha da Gama. Jogava na posição de zagueiro de espera, como diziam, antigamente, os torcedores do jogo da bola (Confirmam os que jogaram contra ele, que o raio do zagueirão era um verdadeiro cavalo de bruto. Uma jamanta! Metia a botina sem dó nem piedade, jogador adversário fugia dele como o diabo da cruz).

No entanto, como motorista do **bondinho das professoras** era uma jóia de pessoa; era todo delicadezas. Atencioso, gentil, sempre com boas maneiras, era estimado por todos os viajantes e, fora dos campos de futebol, era um amigo. Parava a condução quando solicitado, mesmo fora do ponto. Quando chovia e a lama era muita, as professoras desciam bem próximo das suas respectivas escolas. ⁽¹²⁾

De acordo com pesquisa do jornalista Ademir Médici já existiam, desde há muito tempo, as Escolas Reunidas de São Caetano, que agrupavam diversas escolas esparsas, as antigas cadeiras de primeiras letras. No trajeto do **bondinho** existiam algumas dessas Escolas Reunidas: rua da Formicida, Vila Barcelona, Alto da Saúde, Vila Santa Maria, além de uma no bairro da Cerâmica e uma ou duas no bairro da Ponte (Fundação). Estas últimas estavam fora do roteiro do **bondinho**. O primeiro Grupo Escolar apareceria pouco tempo depois.

A garotada sancaetanense estudava das oito horas ao meio dia. E estudava para valer. Naqueles idos, realmente, a escola era **risonha e franca... e forte!**

Depois do almoço, feitas as obrigações escolares, a petizada saía para brincar: jogar bola, nadar nas cavas do rio Tamanduatí ou no córrego dos Meninos, pegar lambari com peneira; caçar passarinho com alcapão e gaiola era outro lazer preferido da garotada.

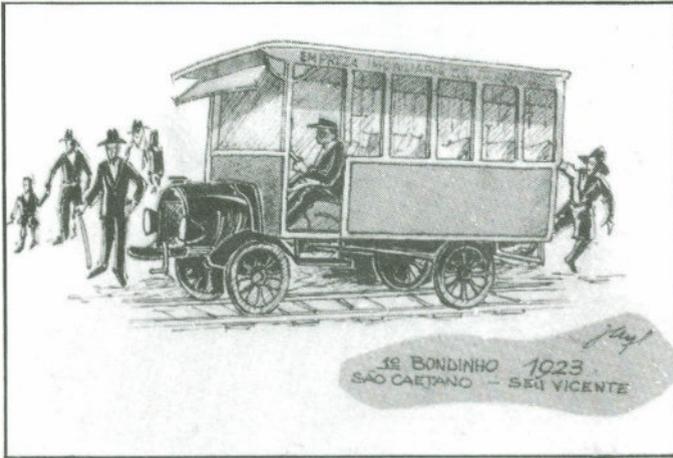
Outras crianças, caludas, com mais idade, para ajudarem no orçamento doméstico, iam trabalhar o resto do dia, enquanto houvesse claridade, **batendo** tijolo nas olarias ou trabalhando, às vezes, até às dez horas da noite, em alguma fábrica de vidro.

As professoras, terminando seus afazeres na escola, voltavam para os seus lares; às vezes nem sempre com o mesmo bom humor da manhã, mas com a garridice de sempre.

Os tempos mudaram em nossa cidade! Houve até um certo progresso, perseguindo o distrito de São Caetano. Progresso um tanto lento; mas houve!

A Empresa Imobiliária São Bernardo, dos Pujol, que em 1921 havia celebrado contratos com a Prefeitura Municipal de São Bernardo para explorar os serviços do tramway pelo período de 50 anos e usufruir da venda dos loteamentos das enormes glebas de terra adquiridas em São Caetano, Santo André e São Bernardo, (onde pretendia construir casas populares, com pagamentos a prestações e a longo prazo, com muitas outras facilidades) infelizmente não teve dez anos de duração. Com a famigerada revolução getulista, houve profunda e radical mudança na política.

Os sonhos visionários dos idealistas Pujol falharam melancolicamente, por falta de sustentação financeira na hora mais precisa. Hoje, ainda paira no ar o cheiro fétido das falcatruas de uma história não bem contada.



A Empresa Imobiliária São Bernardo teve todos os seus bens confiscados e vendidos através de hasta pública e adquiridos por um grupo forte que, em 1929, já constituído a Companhia Construtora Paulista que, generosamente e de modo altruístico, assumiu toda a responsabilidade da massa falida.

Os bondinhos foram desativados em meados dos anos 30 e, ainda em 1937/38, eram vistos velhos dormentes de madeira abandonados e alguns trilhos já enferrujados, jogados nas sarjetas da av. Santo André (Pereira Barreto) e rua Tales dos Santos Freire, em São Bernardo.

Em São Caetano, alguns trilhos, presos aos dormentes, em 1948, ainda resistiam às intempérias, desafiando o tempo, como que aguardando a tão ambicionada emancipação política-administrativa e, com ela, o progresso de nossa cidade.

Com a extinção do bondinho das professoras, houve muita lágrima e muita tristeza por parte das gentis professorinhas. Em sua última viagem, o romântico bondinho percorreu o seu costumeiro trajeto São Caetano-Capela do Vicente. São Caetano, todo enfeitado com flores e guirlandas pelas românticas passageiras.

Ainda, nessa melancólica despedida, as professoras e alguns usuários ocasionais agradeceram o motorista, jogador de futebol, e o cobrador antigos conhecidos seus, com gorjetas em dinheiro e muitas palavras de carinho.⁽¹³⁾

Hoje não existe muita coisa que faça lembrar aquele curto período da história de São Caetano. Mas quem, por acaso, visitar o velho cemitério São Caetano, também conhecido como a Necrópole da Saudade, no bairro Santa Paula, à esquerda do portão de ferro da entrada, na quadra P.10, terá a oportunidade de ver o túmulo cor de terra do curandeiro, seu Vicente, sempre com velas acesas, como a testemunha, uma época que não volta mais.

⁽¹⁾ Jayme da Costa Patrão é pesquisador, membro do Gipem.



... autorizar, com um ligeiro acenar da bandeira verde, a partida do trem..."

Notas

- (1) Martins, José de Souza - São Caetano do Sul em Quatro Séculos de História (ensaio histórico), São Caetano do Sul, Rotary Club de São Caetano do Sul, 1957;
- (2) Gaiarsa, Octaviano, A - A Cidade que Dormiu Três Séculos, 1968;
- (3) Depoimento do dr. Manoel Gutierrez Durán;
- (4) Depoimento do sr. Casério Veronesi;
- (5) Idem;
- (6) Caldeira Netto, João - Álbum de São Bernardo, 1927;
- (7) Depoimento do sr. Antônio Botazzi;
- (8) Idem;
- (9) Stiel, Waldemar Corrêa - História dos Transportes Coletivos em São Paulo;
- (10) Idem;
- (11) Depoimento do sr. Antônio Botazzi;
- (12) Idem;
- (13) Idem. O sr. Antônio Botazzi, aos 13 anos de idade, era o cobrador do bondinho.

São Caetano: uma face do ABC

Maria Tereza Aina SADEK (*)

O conjunto dos sete municípios - Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - embora com pesos diferentes, configura a região denominada ABC. Esta região arranca, ainda na década de 50, em direção à industrialização pesada, principalmente com a instalação de montadoras de automóveis. A magnitude e intensidade com que viveu os processos de industrialização e urbanização transformaram o ABC em palco de situações de vanguarda no país. São muitos e particulares os fenômenos que ali entrecruzam, dando à região as características de um pólo decisivo para a modernidade econômica, social e política brasileira.

De tudo um pouco já ocorreu nessa área, e de tudo um pouco já se discutiu sobre o ABC. Para começar, a quantificação de seu crescimento econômico seduziu desenvolvimentistas eufóricos com a velocidade de sua industrialização. Estes, contudo, foram logo perdendo espaço para críticos severos do avanço do capital multinacional, responsável pela internacionalização da economia. Com igual intensidade, ainda, não faltaram aqueles que, centrando suas análises na região, apontavam os efeitos perversos do modelo econômico implantado no país, durante o regime militar. E, nos dias atuais, o ABC ocupa diariamente o noticiário nacional, como um lugar onde as consequências do Plano Collor podem ser percebidas de modo mais intenso - seja porque reúne o maior número de operários e, portanto, onde os índices de desemprego são mais flagrantes; seja porque aí se localizam indústrias de ponta, as primeiras a responderem à inevitável recessão; seja, ainda, porque têm sede na região sindicatos reconhecidamente combativos.

Questões mais tipicamente sociais também brotaram em suas fronteiras. A rápida expansão e a acelerada diversificação da população operária na região transformaram o ABC em exemplo, por excelência, de um conglomerado urbano, marcado por uma complexa estratificação no interior da classe trabalhadora. Este fenômeno, por si só, provocou consequências sociais, principalmente no ponto de vista da prática organizativa. E, no âmbito analítico, tornou imperioso que se colocasse em xeque antigas teorias, que encontravam seu suporte numa força de trabalho homogênea, ou cuja rigidez impedia a apreensão de contextos singularizados por uma pluralidade que escapava da dicotomia clássica baseada na oposição entre o tradicional e o moderno.

Assim, esta concentração populacional criou as condições para que o ABC se configurasse como uma arena privilegiada para a atuação social de diversos movimentos de base, tanto partidários como liderados pela Igreja progressista. Deu oportunidade para o surgimento de novas lideranças, centradas em apelos urbanos e competitivos. Nasceu igualmente em seus limites geográficos um sindicalismo autônomo, logo chamado de "novo", em contraposição ao modelo de organização da classe operária que teve origem durante o Estado Novo, e que se manteve praticamente inalterado durante todo o período da democracia populista. Enfim, como cenário protuberante de movimentos sociais, de greves e de toda sorte de resistências às imposições autoritárias, constituiu-se em uma das alavancas que propiciaram a transição e o percurso pelo longo trajeto em direção à normalização democrática do país.

Aos fenômenos econômicos e sociais, e às suas consequências, somaram-se fatos políticos de primeira grandeza. Fugindo de caracterizações demasiadamente longas, bastaria lembrar dois fatos: o marcante oposicionismo e a criação e posterior implantação do PT.

Foi no ABC, com mais intensidade do que em qualquer outra parte (aí incluído o município da capital do Estado), que o conhecido "oposicionismo urbano" desenvolveu-se com todo o seu ímpeto. Para não retroceder muito no tempo, durante o bipartidarismo imposto pelo regime militar, observou-se nos grandes centros urbanos

uma tendência geral de crescimento do partido da oposição e de retratação do partido governista. Na região do ABC esta tendência manifestou-se de tal forma, e com tal magnitude, que foram praticamente diluídas as bases de sustentação do partido do governo e, complementarmente, o partido de oposição obteve índices que lhe garantiram uma quase total hegemonia. Assim, a agremiação situacionista, personificada pela ARENA, tornou-se quase inexistente, enquanto o partido que representava a oposição, o MDB, experimentou um progressivo fortalecimento.

Com o fim do bipartidarismo e a implantação do pluripartidarismo, o ABC viveu, antes que as demais regiões, a experiência multipartidária e, mais importante ainda, foi o núcleo fundamental para a criação e posterior organização do Partido dos Trabalhadores. Esta agremiação política hoje se faz presente em todo o território nacional, tendo chegado nas últimas eleições a apontar um dos candidatos para o segundo turno, com chances reais de ocupar a presidência da república.

Em poucas palavras e de forma simplificada, mas que não distorce o real, pode-se sustentar que o ABC se constituiu, dos anos 50 para cá, como a concentração urbano-industrial mais importante do Brasil e, provavelmente, do mundo subdesenvolvido. Quer pelos fenômenos sociais e políticos que produziu, quer pelas incriveis taxas de geração de riquezas, a região é foco de interesse obrigatório para analistas de todos os matizes ideológicos, tanto no campo das Ciências Humanas, quanto nas áreas de pesquisas e produções sobre desenvolvimento tecnológico e científico.

A expressiva força da região não pode, contudo, servir de escudo para importantes diferenças internas. Trata-se, de fato, de uma região no sentido mais forte do termo. As divisões entre os municípios são, com frequência, bastante diluídas pela velocidade da urbanização e pela forma como as fronteiras internas são vividas no cotidiano de seus habitantes. Mas, essa mesma dinâmica que foi capaz de gerar uma região sem demarcações muito nítidas, foi responsável também por singularidade que vêm se impondo cada vez mais. Entre essas singularidades, talvez a mais notável seja a que diferencia São Caetano dos demais municípios que compõem o ABC.

O simples exame dos resultados das eleições presidenciais de 1989 indica claramente que não se pode falar do ABC como um todo homogêneo e que as diferenças internas são tão apreciáveis quanto os traços que apontam na direção de uma identidade. Veja-mos estes resultados.

Desempenho dos Principais Candidatos nas Eleições Presidenciais de 1989 no ABC paulista (em %)

	Lula	Maluf	Covas	Collor	Lula-Collor (*)
Santo André	34,32	20,00	20,13	13,67	18,71
S. Bernardo	34,31	19,46	18,55	15,62	12,45
S. Caetano	24,75	28,61	20,68	14,17	2,14
Diadema	40,12	14,27	13,48	21,06	16,76
Mauá	43,50	13,40	13,36	17,33	26,30
R. Pires	32,05	18,63	17,64	17,91	9,19
R. G. Serra	35,29	14,31	14,88	20,62	7,34

Fonte: TSE

OBS: Os percentuais da última coluna referem-se à diferença nas proporções obtidas pelos candidatos no segundo turno

Como se pode observar, São Caetano do Sul distingue-se dos demais municípios da região, apresentando diferenças estatisticamente significativas na distribuição de votos dos principais candidatos: Lula, Maluf, Covas e Collor. Comparativamente, foi em São Caetano onde, no primeiro turno das eleições presidenciais, foram observados os menores percentuais pró-Lula (e de forma menos expressiva anti-Collor), e as mais altas proporções de voto favoráveis a Maluf e a Covas.

Merece especial referência a média de votos obtida pelo candidato do PT. O fato de que se trata de uma região considerada de domínio "natural" do PT é confirmado pelos altos percentuais de voto conquistados por luta: 34,90% na região. Esta média é muito superior à obtida no Estado, 16,75% e à da capital 15,20%. Neste quadro, contudo, São Caetano constituiu-se em uma exceção. Apenas neste município do ABC o candidato do PT não obteve a primeira colocação, conquistando proporcionalmente menos votos que o postulante do PDS, Paulo Maluf. Apesar disto, entretanto, São Caetano apresentou uma média de votos favoráveis a Lula muito acima da média do Estado, o que permitiria dizer que o município mantém uma identidade com a região, mas uma identidade na qual são remarcáveis as diferenças.

A mesma singularidade repetiu-se no segundo turno. Muito embora a votação obtida por Collor no primeiro turno não diferenciase estatisticamente São Caetano de Santo André, São Bernardo, Mauá e Ribeirão Pires, o mesmo não se deu no segundo turno. No turno final, São Caetano apresentou um comportamento eleitoral que o singulariza em relação a todos os demais municípios da região. Nesta fase, em São Caetano, o percentual conquistado por Collor é significativamente o mais alto, e o de Lula, o mais baixo. Dessa forma, enquanto em todos os municípios do ABC a vitória de Lula foi acachapante, em São Caetano somente 2 pontos percentuais separaram o primeiro do segundo colocado. Esse dois pontos que deram a vitória a Lula marcam, uma vez mais, a singularidade de São Caetano em relação ao ABC. Ao mesmo tempo que traduzem um comportamento diferenciado no interior da região, indicam um "pertencer" ao ABC. No Estado de São Paulo e mesmo no município da capital,

como se sabe, Lula foi derrotado, por uma diferença a favor de Collor de 14,79% e 12,43%, respectivamente.

É claro que essas diferenças no comportamento eleitoral não se esgotaram nelas mesmas, nem traduzem de forma exclusiva o que estamos denominando de um perfil mais diferenciado do ABC. Mas as variações nos percentuais dos candidatos refletem, sem dúvida, uma diferença no interior do ABC, que não deve ser minimizada, e que necessita ser explicada. Elas com certeza têm a ver com o próprio processo de ocupação da área. São Caetano, vale a pena lembrar, foi o primeiro município da região que realizou o movimento de atração-expulsão da população mais pobre. Como o menor município em extensão geográfica, os seus limites acabaram sendo ocupados principalmente por setores de classe média e por trabalhadores altamente especializados, constituindo-se, assim se pode chamar, no espaço da elite do ABC. As características sócio-econômicas dos habitantes de São Caetano não respondem inteiramente, é claro, pelas diferenças no seu comportamento político. Traços da política municipal, como, por exemplo, o fato de São Caetano ter no Executivo um dos prefeitos melhor avaliados pela população, também interferem.

A busca das diferenças torna-se uma exigência de análises mais sofisticadas, que não se contentam em repetir o "mito" que superdimensiona a importância da vida sindical, que identifica no ABC os embates políticos aos conflitos expressos na contradição capital-trabalho. Sublinhar a diversidade manifesta no comportamento político entre São Caetano e os demais municípios do ABC não significa, repetimos, ignorar a força da região em enclausurar um município nele mesmo desprezando a influência de sua vizinhança. Significa, isto sim, apontar para o fato que o ABC é mais complexo, mais diversificado, do que comumente se admite, que a região não é homogênea. Deste ponto de vista, São Caetano, mais do que uma exceção do interior do ABC, revela uma face da região que já não comporta simplificações que façam tábula rasa de sua complexidade. Talvez esteja exatamente aí sua modernidade.

(*) Maria Tereza Aina Sadek é professora do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A Passeata do Silêncio e o Movimento Estudantil na década de 60

Há acontecimentos na trajetória de uma cidade com grandes reflexos sociais e, apesar de marcarem transformações importantes, acabam por se perder na memória de muitos. É o caso do movimento estudantil de 1961.

Os depoimentos e a documentação levantada resultaram neste ensaio, com pretensões históricas de preservar um momento importante na vida política e estudantil de nossa cidade. Aqui procuramos narrar os motivos da revolta estudantil e da população, a organização dos estudantes que resultou na incrível *Passeata do Silêncio*, e suas repercussões posteriores.

Grande parte desta narrativa está fielmente calcada em depoimentos sinceros — até emotivos — de homens e mulheres, hoje profissionais importantes que, num momento da juventude, assumiram posição de liderança em defesa de um ideal e de uma moralidade desejada.

I — A situação política no Brasil e em São Caetano do Sul:

a) Março de 1961. Jânio Quadros era o Presidente. Sua eleição,

por significativa margem de votos populares, expressava uma acentuada confiança do povo em seu governo. Havia indisfarçável esperança por melhores dias, graças a uma quase certeza da ação severa do novo presidente, trazendo moralização política e administrativa. Afinal, Jânio da Silva Quadros teve evidente sucesso quando à testa dos poderes executivos da cidade de São Paulo e, posteriormente, do Estado de São Paulo. A população, maciçamente, votou em Jânio, e dele aguardava bons resultados a nível nacional.

Em São Paulo, Carvalho Pinto, ex-secretário da Fazenda Estadual na gestão de Jânio Quadros, tornou-se o Governador, após vencer as eleições, apoiado pelo então Presidente da República. Seu nome representava garantia de austeridade administrativa e seriedade com o dinheiro público, marcas que trazia de sua atuação na pasta fazendária.

Em São Caetano do Sul, Oswaldo Samuel Massei, após um bom governo, deixava o mandato de Prefeito, para o qual fora eleito em 1.957. Para sucedê-lo, a escolha da população recaiu sobre o então

Oscar GARBELOTTO (*)



deputado estadual Anacleto Campanella, que retornava ao comando do executivo municipal.

b) Durante as eleições municipais era evidente a insatisfação de significativa parcela da população com os rumos tomados devido à escolha dos vereadores. Um excesso de clientelismo acabou por eleger alguns nomes medíocres, inexpressivos, em detrimento de alguns bons nomes da política e da cultura local. Este estado de espírito refletia-se na Câmara Municipal onde vereadores com mandato a acabar em 3 de abril abordavam o tema sem constrangimento. Na sessão de 27 de março, última da legislatura, assim se pronunciavam João Cambaúva e Oswaldo Giampetro:⁽¹⁾

"...acham que isto aqui é lugar de abrigo, de asilo, para onde devem ser mandados homens portadores de defeitos físicos".

"por exemplo, portadores de úlceras no estômago que alegam doença para obter votos".

"os eleitores... votam por favor".

"A escolha dos vereadores é feita sob o símbolo do "amor de Deus", da "caridade", da "doença", das necessidades da família; o eleitor fica com dó e vota no candidato".

"...o resultado de uma ligeira pesquisa; um eleitor vai votar no enfermeiro que aplicou a injeção; outro vai votar no motorista da ambulância que transportou a mulher dele para o hospital duas ou três vezes..."

Era natural, portanto, a expectativa da população, aguardando uma melhor postura política de seus representantes, particularmente do legislativo, de onde surgiam os piores exemplos, em todos os níveis.

II — A situação estudantil em São Caetano do Sul

a) A primeira entidade estudantil de que se tem notícias em São Caetano do Sul nasceu com o Instituto de Ensino de São Caetano, fundado em 23/12/42 com o curso Comercial Básico e de Contabilidade. Foi denominada Centro Estudantino de Cultura e, durante anos, teve destacada participação na cidade.

Paschoal Giardulo⁽²⁾ em seu depoimento, lembra que a época mais fértil do Centro Estudantino de Cultura, talvez tenha sido exatamente nas gestões de Nicolau Delic, Antonio Russo e João Semenov,



nomes que marcaram, com suas atuações, as atividades estudantis daqueles tempos. "Havia uma alternância na liderança dos estudantes do Instituto, entre Delic e Russo, naturais adversários estudantis".

Acrescenta ainda Giardulo que, para ele, a atuação do Centro Estudantino nunca foi tão marcante para o alunado, em virtude da existência de uma estreita vinculação de suas diretorias com a direção da escola. Cita, como exemplo, uma séria desavença de sua classe de 1º científico com o diretor Celso W. Marchesam, ocorrida em 1950. Nesta oportunidade, a classe toda, com exceção de três alunos, transferiu-se para um colégio de Santo André, sem que o órgão estudantil tomasse qualquer posição. Entre os alunos transferidos, afirma Giardulo, estavam Norberto Victor Barile, Ayrton Filleti, Nestor Berilo Barbosa, Aldo Arenela e ele, naturalmente.

Na ocasião do grande movimento estudantil de 1961, o Centro Estudantino de Cultura, mantinha uma discreta atuação, sob a liderança de Reovaldo José de Oliveira.

b) Na década de 40 e até a criação do Colégio Estadual, em 1950, poucas eram as opções escolares em São Caetano. Com propriedade recorda ainda Paschoal Giardulo, ajudado por Norberto Victor Barile e Ayrton Filleti⁽³⁾:

"É bom lembrar como era a estrutura de São Caetano naquele tempo. Era ainda uma cidadezinha bem separada".

Esta expressão de Giardulo teve a intenção de traduzir as dificuldades de ensino local. Afinal, a primeira classe de ginásio iniciou-se no Instituto de Ensino somente em 1.946 e a primeira de científico, no mesmo educandário, apenas em 1950.

Neste contexto, devemos acrescentar que os alunos que antecederam esta época e desejassem fazer o ginásio, só encontravam como única opção estudar em Santo André ou São Paulo, preferencialmente. Como tantos outros, procuramos o Colégio Anglo Latino, na Rua São Joaquim, onde cursamos o ginásio, com Celso de Lima Castro e Péricles A. Gastaldo, ambos de São Caetano. Era comum o encontro no tiem com alguns jovens que freqüentavam o mesmo colégio, ou outros da capital, podendo citar José J. Lorenzini, seu irmão Hélcio Lorenzini e Flávio E. Rocha, todos alunos do Anglo.

A década de 50 trouxe para São Caetano uma mentalidade estudantil mais definida, mais exigente, como uma decorrência natural do aumento do número de estudantes e universitários — estes últimos ainda apenas encontrando estudos na Capital. Consolidaram-se, assim, as entidades estudantis.

c) O início da década de 1950 encontrava São Caetano do Sul politicamente emancipado e com um número de universitários já bem significativo. Tais fatos geraram a criação de um Centro Acadêmico *sui generis*, que reunia os universitários moradores em São Caetano. Surgiu em 24 de julho de 1955, e denominava-se Centro Acadêmico de São Caetano. Desde seu início, teve atuação destacada, merecendo apoio irrestrito da população em todas as suas realizações.

Na época do movimento estudantil de 1961, Cláudio João Dall'Anese, acadêmico da Faculdade de Filosofia da PUC, era o presidente. Havia recebido o posto de Norberto Victor Barile, acadêmico na Escola Politécnica da USP, em setembro de 1960. Seus antecessores na Presidência foram, pela ordem, Joaquim J. Formiga, acadêmico de direito da USP, José A. Almeida, acadêmico de direito da USP e Oscar Garbelotto, acadêmico de direito da PUC.

Liderando um grupo coeso e já com experiência nas diretorias anteriores desde a gestão de Oscar Garbelotto, em 1958, o presidente Dall'Anese, segundo o depoimento de Norberto Barile⁽⁴⁾, procurou inserir em sua gestão uma motivação mais política. Afinal, a situação institucional no Brasil, com a eleição de Jânio Quadros, permitia abrangência maior nos ideais dos acadêmicos.

A diretoria de 1960/61, esteve assim composta no ato da posse⁽⁵⁾: Presidente - Cláudio J. Dal'Anese; Vice-Presidente - Arnaldo S. Conceição; Secretário-Geral - Paschoal Giardulo; 1º Secretária - Lourdes Meira; 2º Secretário - Elio Pisaneschi; 1º Tesoureiro - Ayrton Filleti; 2º Tesoureiro - Mário Zanella; Diretor-Social - Delmo Nicoli; Departamento Cultural - Oscar Garbelotto; Departamento de Esportes - Alael Paiva Lino; Departamento de Propaganda - Valter Dal'Bo; Departamento de Relações Públicas - Arnaldo Belotto; Departamento de Imprensa - Darmil Garcia Lopes; Departamento de Patrimônio - Flávio Almanza.

d) O crescimento do Colégio Estadual Cel. Bonifácio de Carvalho, primeiro estabelecimento oficial de 2º grau em São Caetano do Sul e a inauguração de seu prédio definitivo (Av. Goiás), substituindo as instalações em caráter precário do G.E. Senador Fláquer (Rua Heloísa Pamplona), veio proporcionar uma maior união entre secundaristas.

Assim, foi fundado o Grêmio Estudantil 28 de julho, iniciando trajetória de notáveis realizações culturais, sociais e esportivas na cidade.

Em 1961, Ramis Sayar já havia sucedido seu irmão Fuad Sayar na presidência do Grêmio, passando a liderar desde 02/09/50 significativo grupo. Eis sua diretoria: presidente - Ramis Sayar; vice - Enio Campoi; 1º secretária - Lucila M. Rezende; 2º secretária - Jurema M. Braga; tesoureiro - Edson Sturion; diretor cultural - Algemiro de Almeida; diretora cultural - Marisa Perrella; diretor social - José Albery Pereira; diretor de esportes - Norival H. Menão; diretor de imprensa - José Carlos Laranjeira; diretor de patrimônio - Heitor Pontes; diretor de Propaganda - Aldo Sena, e diretora de propaganda - Odete Barbosa.⁽⁵⁾

É interessante observar a grande aceitação das associações estudantis - Centro Acadêmico, Grêmio 28 de julho e Centro Estudantil - pela sociedade local. Voltadas para atividades culturais, sociais e esportivas reuniam, via de regra, o "melhor da sociedade". Quase todas as promoções dos estudantes passaram a ser "ponto de encontro" de famílias, das jovens e dos jovens.

Neste particular, é expressivo e bastante significativo o depoimento de Elizabete Pardi Garbelotto, na época Elizabete Esteves Pardi: "Tive a felicidade de ter participado de quase tudo o que aconte-

ceu. Fui aluna do Instituto de Ensino, no ginásio. Fiz o clássico, a primeira turma do Estadual Bonifácio de Carvalho. Era uma participante ativa de todos os eventos, tanto do Grêmio, quanto do Centro Acadêmico e também do Instituto, onde deixei muitos amigos. Os eventos programados pelo Centro Acadêmico e pelo 28 eram bem vistos por nossos pais, assim sendo permitiam a nossa participação.⁽⁷⁾

e) No ano de 1961, as entidades estudantis já estavam maduras, politizadas, interessadas sobretudo nos problemas locais e em atividades que pudessem trazer reais benefícios à cidade. Mantinham atividades sociais, esportivas e culturais, e discretas manifestações políticas. Não que o estudante fosse alheio à política, ao contrário, havia um grande interesse e comum eram os debates em torno das questões locais e nacionais. Afinal, já neste ano, era razoável o número de estudantes que freqüentavam os mais diversos cursos das três universidades paulistas existentes: USP, PUC e Mackenzie. Alguns acadêmicos até se aventuravam como candidatos à Câmara Municipal...

Norberto Victor Barile bem lembrou que até a sua gestão na presidência, o Centro Acadêmico de São Caetano teve uma participação acentuadamente social. Em virtude de algumas críticas que o grupo recebeu, o novo Presidente, eleito em setembro de 1960, Cláudio J. Dall'Anese, passou a ter "um propósito de tornar o Centro Acadêmico uma entidade mais participante, sob o ponto de vista político. Todo mundo se envolveu muito",⁽⁸⁾ referindo-se particularmente à diretoria do Centro.

O que havia na época, no entanto, era um forte sentimento idealista que determinava a existência de um quase tabu, impedindo que as atividades acadêmicas se misturassem às atividades políticas. As entidades estudantis não apoiaram, e nunca apoiariam, um candidato a qualquer eleição, mesmo que fosse de seu próprio quadro. Atuavam dentro de rígidos princípios, onde o ideal estudantil superava quaisquer outros, considerados menos nobres, tal como a política. Dentro destes princípios, os estudantes (particularmente universitários de tendências ideológicas diferentes) conviviam na mais perfeita harmonia, onde o respeito era mantido até mesmo no calor das discussões.

Ideal, moral e prestígio na comunidade, foram os ingredientes que deram a necessária força ao Centro Acadêmico - com a adesão, desde o primeiro instante, do Grêmio 28 de Julho e Centro Estudantino de Cultura - para deflagrar o movimento de abril, a mais importante e significativa manifestação popular da década de 60 em S. Caetano do Sul: a **Passeata do Silêncio**".

III - Cronologia dos acontecimentos

Março

Dia 27 - 2ª feira - 10:00 horas

Um dia após a realização das eleições municipais, o Presidente da Câmara Municipal convocou sessão extraordinária, em horário bastante inusitado, para apreciação do projeto de resolução de autoria do vereador Jaime da Silva Reis, com vista aumento dos subsídios de vereadores, do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito, com vigência para a próxima legislatura a iniciar-se em 04 de abril de 1961. Era único da ordem do dia.

Aquela que seria a última eleição da 3ª Legislatura (1957 - 1961), ocorreu sob a presidência do vereador João Anhô, e contou com a presença dos seguintes vereadores: Anacleto Pires, Antonio Cordeiro, Antonio Bovolento, Ortega Martins, Concetto Constantino, Fábio Ventura, Glauco Perrella, Jaime Reis, João Cambaúva, João Anhô, Nilo Figueiredo, Olga de Mello, Orlando Sousa, Marum Saab, Oswaldo Giampietro, Silas Rodrigues.⁽⁹⁾

As Comissões de Justiça e de Finanças já tinham manifestado sua concordância com o teor do Projeto. E desde logo, surgiu o vereador João Cambaúva, repudiando o aumento e indagando veementemente: "Por que não o fizeram antes das eleições?" Lançou ainda suas dúvidas quanto à lisura da reunião:

Esta sessão ia realizar-se sem a taquigrafia presente.

Não sei a razão... tudo seria aprovado sem documento hábil para provar o que aqui se passou... Finalmente, foi convidado um taquígrafo não pertencente ao grupo que vem aqui habitualmente..." (sic)⁽¹⁰⁾.

Era evidente a improvisação da sessão...

Por um mero acaso, os estudantes tomaram conhecimentos quase imediato da reunião. É Enio Campoi, na época vice-presidente do Grêmio 28 de julho, quem conta: "trabalhava na Cerâmica São Caetano, escrevia no News Seller" e no O Estado de S. Paulo, como

Continua na página 31



Visita do ministro Mário Andreazza, dos Transportes, a São Caetano do Sul, em 1973, para inaugurar a nova estação ferroviária. Na foto, o ministro, em primeiro plano, com o prefeito Walter Braido.

Cena do campo do Clube Esportivo Lazio (provavelmente em 1934), à rua Rui Barbosa, Bairro Fundação. Mais tarde, seria construída no local a Fábrica de Celulose do Grupo Matarazzo. À esquerda, de paletó e gravata (imagem danificada), João Bálamo. Na extremidade oposta, de palheta, Luiz José Giorgetti. De pé, da



esquerda para a direita: Angelo Ceschin, Jorge Natal, Aurélio Pol, Castanheira, Ernesto Ceschin. Agachados, da esquerda para a direita: Angelo Piccolo, Angelino (Broca) Mantovani, Guerino (Nino) Sutto, Luiz Buso, Cândido (Candinho), Natal, o goleiro Miro Basso e o mascote Pedro (Pierin) Ceschin.



Foto da década de 50 (sem data). Da esquerda pra a direita: Anacleto Campanella, Lauro Gomes de Almeida, Jacob J. Lorenzini e Antonio Caparroz.

auxiliar de Hermo Pini Filho. Naquele dia saí da Cerâmica na hora do almoço para comprar um par de sapatos ao lado do Cine Max. Passei pelo Cine Vitória, e estranhei a entrada de vereadores no prédio da Câmara em hora imprópria. O furo de jornalista fez com que procurasse descobrir o que se passava, e o sr. Alfredo, zelador do Prédio Vitória, informou que estavam aumentando os subsídios. No primeiro dia após as eleições. Uma aberração. Voltei para a Câmara, e liguei imediatamente para o Ramis, presidente do Grêmio e para a Dall'Anese, presidente do Centro Acadêmico. Imediatamente redigi vinte linhas para o *Estadão* e cinquenta para o "News Seller". Aí começou a campanha".⁽¹¹⁾

A veemência de João Cambaúva contra o projeto aumentista, foi secundada pelo jovem acadêmico, vereador Glauco Perrella mas, após intensa discussão, o aumento foi aprovado por (onze) votos dos vereadores: Anacleto Pires, Ortega Martins, Fábio Ventura, Jaime Reis, Marum Saab, Nilo Figueiredo, Olga de Mello, Orlando Sousa, Oswaldo Giampietro, Silas Rodrigues e Antonio Cordeiro; sendo apenas que 3 (três) vereadores o rejeitaram. Foram eles: Antonio Bovolento, João Cambaúva e Glauco Perrella.

Minutos após, nova sessão foi convocada para apreciação, em segunda discussão, do projeto aumentista e a emenda, majorando ainda mais o fixo dos subsídios.

Em 13:16 horas. A votação terminou, resultando num aumento de cerca de 500%, enquanto o restante do país convivia com sérias restrições econômicas, decretadas pelo Presidente Jânio Quadros, em busca de frear a inflação e colocar em ordem as finanças públicas.

Dia 28 - 3: feira

A notícia, já com destaque em jornais da capital, correu rapidamente pela cidade e, imediatamente, o Centro Acadêmico de São Caetano do Sul tomou posição contra o aumento. O Presidente Cláudio João Dall'Anese manteve sua diretoria em assembléia permanente e rápidas medidas foram tomadas: decretação de luto por quinze dias, manifestações à população, repúdio aos vereadores aumentistas.

Outras atitudes concretas foram, de pronto, adotadas. Enormes faixas pretas foram colocadas, com o consentimento dos Lorenzini, defronte ao prédio do Cine Max, em cima do qual ficava a sede dos estudantes; uma grande figura de "judas", alusão ao sábado de aleluia que seria dia 02 de abril, foi pendurada em uma forca na marquise do prédio, juntamente com um caixão negro, que tinha à frente o nome do autor do projeto; enorme placa ostentava o nome de todos os vereadores que votaram favoravelmente ao projeto; alto-falantes (do Grêmio 28 de Julho) forneciam as notícias à população pela voz de Ayrton Filletti e, ininterruptamente, a "Marcha Fúnebre" era ouvida no então centro nervoso de São Caetano do Sul. O escritório contábil de Daniel Giardullo, também no prédio do Cine Max, foi transformado em subsele do Centro Acadêmico, tal a movimentação daqueles dias.

À Câmara foi enviado ofício de repúdio, no dia 30 de março, participando o início de "...uma campanha de caráter apolítico, que visa principalmente o integral respeito à democracia e aos nossos direitos de cidadão, respeito esse aviltado e esbaldado por tão imoral medida".⁽¹²⁾

Desde o início, o Centro Acadêmico recebeu significativo apoio do Grêmio 28 de julho, então presidido por Ramis Sayar. Os irmãos Ramais e Fuad Sayar lideravam competente equipe de estudantes secundaristas com notável influência na cidade. O apoio colocou num único e sério movimento toda a classe estudantil local.

A imprensa, por sua vez, recebeu manifesto, onde deixavam claro o posicionamento adotado pelos acadêmicos. Foi publicado no *Jornal de São Caetano*, em 31 de março.

Estava deflagrada a campanha que marcava como desfecho a *Passeata do Silêncio*, a realizar-se no dia 04 de abril, dia da posse do Prefeito e Vereadores eleitos em 26 de março.

Entre os dias 28 de março e 04 de abril, a mobilização dos estudantes foi total. Do quartel-general, a diretoria distribuía incessantemente às equipes: Delmo Nicoli divulgava o movimento por toda a cidade, num pequeno veículo de propaganda de Odilo Dorazzo; Ayrton Filletti, Arnaldo Sante Locoselli e Marcos Rezende foram às rádios e televisões onde receberam muito destaque no programa *Edição Extra* do Canal 3 — TV Tupi, conduzido pelos jornalistas Maurício Loureiro Gama e Tico-Tico; Leopoldo Luiz e tantos outros mobilizaram a campanha de rua, que visava arrecadar fundos para a confecção de cartazes, faixas, caixões, velas e tantos outros acessórios ne-

cessários para a *Passeata do Silêncio*, na verdade um "enterro simulado".

As sedes do Centro Acadêmico e do Grêmio, transformaram-se em verdadeiras oficinas, onde faixas e cartazes eram confeccionados. O Presidente Dall'Anese e outros diretores preocupavam-se com a segurança da passeata. Diante da preocupação quanto à eventual baderna, que queriam evitar, pediram apoio ao delegado Tasso de Oliveira e ao capitão Juventino Borges, comandante da Polícia Militar. A receptividade das autoridades policiais foi decisiva para o acesso do movimento que ocorre sem nenhum incidente, graças à retaguarda efetiva colocada às ruas com discrição e sutileza.

A adesão de outros setores da sociedade foi muito importante para o movimento. Clubes, sindicatos, entidades de classe e a população deram respaldo ao protesto estudantil. O dia 4 chegou com um clamor quase unânime. Era difícil encontrar vozes discordantes. Tudo estava preparado para o protesto silencioso...

Abril

Dia 04 - 3: Feira - 15:00 horas

Os vereadores eleitos tomaram posse. Entre eles, nove foram reeleitos: Altamiro Dias da Motta, Anacleto Pires, Concetto Constantino, Fábio Michelin Ventura, Jaime da Silva Reis, João Anhô, João Cambaúva, Nilo Ribeiro de Figueiredo e Silas Rodrigues. Prefeito e vice, na mesma cerimônia, também foram empossados.

O vereador Cambaúva, reeleito, pronunciou vigoroso discurso contra o aumento dos subsídios e, quando quis ler o ofício do Centro Acadêmico, foi impedido pelo Presidente, Concetto Constantino. Em seguida, apresentou projeto propondo a revogação da Resolução que aprovou os subsídios e convocou a população para frequentar a Câmara "... para fiscalizar os atos dos srs. vereadores".⁽¹³⁾

Após a solenidade, Prefeito e Vice seguiram para o Paço Municipal, então recentemente inaugurado na Av. Goiás, e receberam o cargo de Oswaldo Samuel Massei.

19:00 horas

Os estudantes reuniram-se na Av. Goiás em frente ao Col. Estadual Bonifácio de Carvalho. O diretor do estabelecimento, prof. José Teixeira Gonçalves, dispensou alunos das aulas para facilitar-lhes a participação na passeata, segundo depoimento do jovem professor e ainda acadêmico Laurito A. Perella⁽¹⁴⁾. A movimentação foi grande, a organização séria e precisa não teve dificuldades ao colocar em marcha cerca de 3.000 estudantes.

Aproximadamente às 19:30 horas, a passeata começou seu trajeto tendo à frente um pequeno veículo, com alto-falantes, de onde o acadêmico Delmo Nicoli transmitia a mensagem dos estudantes à população. Lembra Ramis Sayar, em seu depoimento⁽¹⁵⁾, que as seguintes palavras de ordem eram: "Não aplaudam, não queremos aplausos. Isto é um enterro. Vamos fazer silêncio. Temos que venerar o morto. Continuou ainda Ramis: "E os que estavam carregando o caixão, rapazes do Clube Bossa Nova, estavam encapuçados de preto".

O cortejo, um enorme contingente de moços e moças, seguia silenciosamente pelas ruas, empunhando velas, doação da fabricante Metalquímica Glória, onde o pai de Delmo Nicoli era gerente. Acrescentou Ayrton Filletti⁽¹⁶⁾: "Todos os estabelecimentos comerciais do centro de São Caetano fecharam suas portas, a pedido dos estudantes. As luzes, em todo o percurso, foram apagadas como forma de participação da comunidade".

O trajeto passou pela Av. Goiás, Rua Amazonas, Rua Baraldi, Rua Rio Grande do Sul, Rua João Pessoa, Av. Conde Francisco Matarazzo, Cons. Antonio Prado, Rua Alagoas, Rua Santo Antônio (em frente à Câmara), Rua Baraldi, terminando na confluência com a Rua Manoel Coelho.

A primeira desobediência às autoridades vem assim relatada por Fuad Sayar: "O Capitão Juventino, na época, era o Comandante da Polícia Militar no Município. Juntos fomos entregar ao delegado de Polícia, dr. Tarso de Oliveira, um ofício solicitando autorização para a passeata. O delgado afirmou: — Podem fazer a passeata, mas não passem em frente à delegacia. Na saída, ouvi do capitão Juventino: — Se vocês passarem pela Delegacia, levo todos vocês pra cadeia. E de repente lá estava a passeata em frente à Delegacia..." Ainda segundo Fuad, a segunda desobediência foi ao fim da passeata. A ordem do delegado era: — Não coloquem fogo no caixão. Naquela pequena praça tocaram fogo no caixão..."⁽¹⁷⁾

A passeata terminou seu trajeto com cerca de 20 mil participantes, segundo os jornais, aproximadamente 1/5 da população local da época.⁽¹⁸⁾ "Foi uma passeata, embora de protesto, muito ordeira e bem organizada". Afirmção do coronel Juventino Borges em artigo posteriormente publicado pelo **Jornal Sancaetanense**⁽¹⁹⁾.

Dia 05 - 4: feira

Após o espetacular feito da **Passeata do Silêncio**, os acadêmicos ainda mobilizados em sua rede, no andar superior do Cine Max, aguardavam a resposta dos vereadores. A pressão dos estudantes continuou com a manutenção de todo o aparato externo em sua sede e com o **lobby** mantido diretamente sobre os vereadores.

A imprensa da capital, e local, deu bastante destaque à ação dos estudantes. O famoso **Repórter Esso**, cujo locutor era Kalil Filho, deu a devida cobertura no rádio, segundo Ramis Sayar.

Dia 07 - 6: feira

Na edição deste dia, o **Jornal de São Caetano** deu seqüência à campanha. A manchete "Caixão, Coroas e Velas na Passeata dos Estudantes" e as fotos da primeira página deram o devido destaque ao assunto.

Eis alguns trechos da reportagem:

"Espetáculo inesquecível e nunca visto assistiu o povo de São Caetano na terça-feira última quando da passeata dos estudantes."

"Ordeiros e disciplinados, conservando silêncio e ostentando dignidade os estudantes protestaram em massa, desfilando aos milhares pelas principais ruas da cidade portando velas acesas, numa atitude de repúdio ao aumento dos vereadores."

"E foi um espetáculo inesquecível e maravilhoso ver aqueles milhares de sancaetanenses, estudantes e operários unidos, batilhando por uma mesma causa, defendendo o mesmo ideal".

"Por nosso intermédio, os estudantes do Centro Acadêmico fazem um agradecimento a todos que contribuíram para essa vitória inicial. E avisam que a campanha já terminará com a vitória final."⁽²⁰⁾

20:00 horas

Iniciou-se a primeira sessão ordinária da Câmara. A população acorre em massa para presenciá-la, lotando suas dependências no quarto andar do Cine Vitória.

O ambiente estava tenso e as discussões eram acaloradas. João Anhé pronunciou discurso homenageando "a minha querida Birigüi...", enquanto a população presente exigia solução dos subsídios. O tumulto tomou formas incontroláveis, até que o presidente Conchetto Constantino encerrou a sessão às 21:15 horas, antes do previsto. Era apenas o prenúncio do ânimo da população revoltada. Nesta noite, as dependências da Câmara sofreram os primeiros danos...⁽²¹⁾

Aquela altura a campanha estava bem definida. Enquanto os estudantes, ainda mobilizados, faziam direta e severa pressão sobre os atos dos vereadores, a população, bastante motivada, pressionava, à sua maneira, para a revogação da medida aumentista. Os estudantes foram os líderes de uma campanha, posteriormente assumida por todas as camadas sociais. O movimento passou a pertencer ao povo...

Dia 8 — sábado — 10:00 horas

Aconteceu a primeira reunião extraordinária da legislatura. A Câmara reuniu-se para deliberar, apenas quanto às Comissões. A população estava ausente, pois não soube da convocação. Jaime da Silva Reis chegou bastante atrasado e denunciou "... os ânimos estão alterados em nossa cidade e principalmente de ameaças a pessoas físicas de srs. vereadores...". Dirigindo-se ao Presidente "... estou sem condução... vim de carro particular de propriedade de V. Exa., o qual me foi buscar, mas esse mesmo tardou". (sic)⁽²¹⁾

Dia 11 — 3: feira — 20:00 horas

Segunda sessão ordinária. Novamente, estudantes e populares ocuparam todas as dependências da Câmara, ostensivamente policia- da. O Presidente justificou policiamento com a citação do artigo 256 do Regimento... "a fim de resguardar a integridade física e moral dos srs. vereadores...". E anunciou... "depredações dentro do nosso edifício..." que teriam ocorrido sexta-feira, dia 7.



Toda a imprensa da Capital deu destaque ao assunto, criticando as manobras aumentistas



Na noite de 4 de abril, os estudantes criticaram o aumento e exigiram e revogação da resolução. A "Passeata do Silêncio" saiu às ruas com cerca de 20 mil pessoas.

AUMENTO ESCORCHANTE DE SUBSÍDIOS MANOBRA TRAIÇOEIRA DOS VEREADORES



TROFÉU BANDEIRANTES: GENERAL É O NOSSO REPRESENTANTE EM CESTOBOL

A representação do Brasil contra os dois grandes clubes do futebol do Japão, o Yomiuri e o Kashima, será feita pelo general João Cambaúva, eleito presidente da Associação de Futebol de São Caetano.

ALUGAM-SE
SALÕES COMERCIAIS
7 pela Rua Pernambuco
1 Esquina Com Alagoas
No Centro de
SÃO CAETANO DO SUL
Tratar à Rua Manoel
Coeelho, 466

JORNAL DE SÃO CAETANO

Concha Acústica de S. Caetano a Mais Bela das Três Américas

CONCHA ACÚSTICA DE S. CAETANO DO SUL, construída pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, é considerada a mais bela das três Américas.

CONVITE AO POVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL tem o prazer de convidar a população para assistir ao espetáculo de dança "O Goleado do Corinthians" no próximo dia 8 de abril, às 19 horas, em sua sala de espetáculos.

"VOVÓS" DO SÃO CAETANO AINDA DÃO NO "COURÃO" GOLEADO O CORINTHIANS

Corinthians (1), Botafogo (2) e São Caetano (3) foram goleados por equipes de vovós em partidas realizadas no estádio municipal.

VITRINIL
MÓVELS, COFRES, CAIXAS DE SEGURANÇA

DR. HERMINIO ROCHA
Oftalmologista

O vereador João Cambaúva assumiu a liderança parlamentar contra os aumentos. Foi o porta-voz dos estudantes na Câmara, neste período.

COM GRITOS E PEDRADAS O POVO SOUBE DEFENDER SEUS DIREITOS

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Tudo Seria Evitado Com Um Pouco de Bom Senso

João Cambaúva, vereador e líder da oposição, afirmou que a população não deveria ter sido obrigada a participar de uma sessão para votar em favor de aumentos desnecessários.

Angariava Donativos Em Nome do Prefeito

Um vereador foi acusado de utilizar o nome do prefeito para angariar doações em nome de um projeto que não tinha a aprovação do chefe do Executivo.

CADEIA E DELEGACIA NOVAS: PREFEITURA DOARÁ TERRENO

O prefeito anunciou a doação de um terreno para a construção de uma delegacia e uma cadeia em São Caetano do Sul.

AMADECIMENTO
Cursos de amadrecimento para recém-nascidos.

DR. HERMINIO ROCHA
Oftalmologista

Cadeia e Delegacia Novas: Prefeitura Doará Terreno

COM GRITOS E PEDRADAS O POVO SOUBE DEFENDER SEUS DIREITOS

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

TUDO SERIA EVITADO COM UM POUCO DE BOM SENSO

João Cambaúva, vereador e líder da oposição, afirmou que a população não deveria ter sido obrigada a participar de uma sessão para votar em favor de aumentos desnecessários.

ANGARIAVA DONATIVOS EM NOME DO PREFEITO

Um vereador foi acusado de utilizar o nome do prefeito para angariar doações em nome de um projeto que não tinha a aprovação do chefe do Executivo.

PRESO NUM GALINHEIRO CONHECIDO MACONHEIRO

Um indivíduo foi preso em um galinheiro após ser encontrado com uma quantidade considerável de maconha.

EMPRESA FUNERARIA VERGUEIRO

Atividade funerária e serviços de velório.

A falta de objetividade nos trabalhos da Câmara, levou a população a um clima de revolta incontrolável. Daí as duras medidas populares.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

Em sessão realizada no dia 22 de março, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul recebeu a presença de milhares de cidadãos que se manifestaram contra o aumento dos subsídios dos vereadores.

No entanto, a entrada ao recinto do plenário foi limitadíssima, permitida apenas para "... que o povo fique aqui representado", João Cambaúva protestou. Queria a entrada de centenas de pessoas que estavam retidas nas escadarias do prédio.

Houve manifestação de um dos presentes que foi logo retirado do recinto por policiais. A sessão começou com os ânimos já alterados.⁽²²⁾

Uma bomba junina explodiu nas proximidades, e a sessão foi imediatamente suspensa. Vinte e cinco minutos após foi reaberta, e o Presidente ordenou aos policiais que detivessem qualquer um que se manifestasse. Neste momento, começou um protesto generalizado nas dependências da Câmara. A população estava impaciente, queria soluções rápidas e todos os atos dos vereadores, à vista do povo, eram apenas protelatórios. Era iminente o confronto.

21:00 horas

Tal qual uma onda, o tumulto iniciado no plenário atingiu os populares que se postavam nas escadarias, até a grande massa humana que permanecia nas ruas Santo Antônio e Baraldi. Os protestos e a revolta se tornaram incontroláveis, e a depredação inevitável. Primeiro foram os vidros das grandes portas de entrada do Prédio Vitória e, em seguida, toda a sua fachada de vidro, com frente para a rua Baraldi, sofreu a ação dos populares.

O acadêmico Laurito A. Perrella, presente ao acontecimento, é quem relata: "A população revoltada proferia palavras ofensivas, principalmente contra Jaime da Silva Reis. Em dado momento, um cidadão sobe em uma mureta e grita que os vereadores não queriam votar a diminuição dos subsídios. Foi o bastante para acontecer um *corre-corre* generalizado para a rua Baraldi. Os mais ousados muniram-se de pedras e pedaços de tijolos de um muro situado na Av. Senador Roberto Simonsen, com rua Luiz Cavana, e começaram a depredação".⁽²⁴⁾

O jovem estudante de Direito, Sérgio de Lima Castro, também estava no local, a serviço do Juizado de Menores. Presenciou o Prefeito Anacleto Campanella, morador bem ao lado dos acontecimentos, sair de sua casa e, em cima de uma cadeira, tentar conter a fúria da população. Apesar dos esforços, não teve sucesso.

Sobre a participação do Prefeito, assim se manifestou o *Jornal São Caetano*: "... disse algumas palavras de reconciliação que não tiveram o êxito almejado...", "Tentaram agredi-lo, mas foram impedidos pelos policiais que o rodearam e levaram-no para o saguão do Prédio Vitória".⁽²⁵⁾

A manifestação apenas serenou quando a polícia se utilizou de bombas de efeito moral contra os manifestantes. Logo após, dois carros blindados apareceram para manter a ordem.

Dia 12 — 4: feira — 0:03 horas

Já era madrugada, quando a Câmara, em meio a estilhaços, voltou a reunir-se para votar o projeto de redução. Não foi vitoriosa a resolução de João Cambaúva que propunha a extinção dos subsídios, mas um substitutivo que reduzia substancialmente os valores propostos por Jaime da Silva Reis. Era, finalmente, o desfecho tanto aguardado pela população.

O povo venceu. Os acadêmicos voltaram às suas atividades.

Com propriedade, o *Jornal São Caetano*, que sustentou parcela da campanha através de seus artigos incisivos contra o aumento, publicava:

"Foi, sem dúvida, uma vitória espetacular. Conseguiram os estudantes uma coisa que parecia impossível: Levantar a opinião pública, levando-a a interessar-se e apoiar um movimento que no fundo visava o bem do próprio povo. Não se esperava um desfecho tão rápido. O povo de São Caetano pode andar de cabeça erguida, pois soube fazer prevalecer a sua vontade e seus interesses. Tal fato ficará na história de nossa cidade. E será a página em que o povo aparece limpando a mancha negra dos seus representantes ao pretender aumentar abusivamente os seus subsídios. O povo, representado dignamente pelos seus filhos, os estudantes, demonstrou que não está alheio e desinteressado dos fatos e acontecimentos a ele inerentes".⁽²⁶⁾

O vereador João Cambaúva saiu engrandecido da batalha política que sustentou. Em entrevista desabafava, aliviado: "Sinto-me feliz por ter podido corresponder aos anseios populares. A vitória não foi minha. Foi do povo... Tudo poderia ter sido evitado se o bom senso prevalecesse...".⁽²⁷⁾

Dia 14 — 6: feira — 20:00 horas

Era uma noite de sessão normal na Câmara. A questão dos subsídios estava ultrapassada, mas a curiosidade da população continuou, provocando, novamente, grande aglomeração frente à sua entrada principal.

Diante do Prédio Vitória, havia outra razão para atrair a curiosidade popular: "... o policiamento intensivo e nunca visto por estas bandas, atraiu verdadeira multidão que se postou perto dos carros blindados e dos soldados da Força de Choque da Força Pública".⁽²⁷⁾

Não havia mais motivos para confronto, porém ficou evidente a existência de seqüelas no relacionamento entre a população e vereadores. E aproveitando o momento "o povo quando muito vaiou os vereadores" e em nenhum momento "ameaçou praticar violência".⁽²⁹⁾ Foi o bastante, porém, para que o centro de São Caetano se transformasse numa autêntica praça de guerra. A tropa de choque da PM, com o intuito de dispersar os populares, avançou com bombas de gás lacrimogêneo e carros blindados lançando jatos de água e areia, pondo em fuga toda a multidão.

Por horas, os carros *Brucutu*, como eram conhecidos os carros blindados, policiaram as ruas centrais, mantendo a população afastada da Câmara. Num destes momentos, o acadêmico Norberto V. Barile, que saía de suas aulas para apreciar o movimento, acabou por "inaugurar" os jatos de água do *Brucutu*, tendo que se abrigar na "Sorveteria Lara", na Rua Manoel Coelho, segundo Walter Dal'Bo.⁽³⁰⁾

De aquisição recente pelo Governo do Estado, os *Brucutus* "nunca tinham sido usados, tendo feito o seu *debut* aqui em São Caetano".⁽³¹⁾

Manchete do *Jornal de São Caetano* trazia: *Brucutus*, cassetetes e bombas protegem vereadores medrosos".⁽³²⁾ Foi o último evento relacionado com o movimento estudantil e popular contra os subsídios.

Naquela altura, a diretoria do Centro Acadêmico estava toda mobilizada, mas o objetivo já era outro: dia 15, no Clube Comercial iria realizar-se o Baile do Calouro, com a famosa orquestra de Sylvio Mazzuca. Seria, como sempre acontecia com as promoções estudantis, um evento marcante para todos os estudantes e para a própria sociedade local. Enfim, os líderes estudantis, após a vitória conseguida, preocupavam-se com outros problemas.

IV — As repercussões do movimento

a) As repercussões do movimento foram sentidas em vários sentidos. A imprensa deu destaque incomum a todos os acontecimentos como nunca São Caetano tivera antes observado.

Em 20 de abril o Presidente da Câmara, Concetto Constantino, informava sobre entrevista com a imprensa: Queremos ainda comunicar aos Srs. Vereadores que fizemos uma entrevista com a imprensa falada e escrita. Estiveram presentes os seguintes órgãos publicitários: *Diário de São Paulo*, *A Hora*, *O Estado de S. Paulo*, *A Folha de S. Paulo*, *O Dia*, *Última Hora*, *Correio Paulistano*, *Jornal de São Caetano*, *Folha do Povo*, *News Seller*, *Jornal do Lar*, *O Repórter* (de Santo André) *Televisões 2 e 4*, e *Rádio ABC*.⁽³²⁾

Ficou evidente a vitória popular.

b) Os estudantes, por sua vez, sentiram o poder e a responsabilidade de terem se constituído como mola propulsora desta vitória. Leopoldo Luiz afirmou que "o movimento que fizemos moralizou por algum tempo a Câmara. Serviu a lição",⁽³⁴⁾ enquanto que Ayrton Filetti lembrou "que durante dois ou três anos nossos representantes ficaram fiscalizando a Câmara, comparecendo em todas as sessões".⁽³⁵⁾

Para os estudantes, não ficou qualquer dúvida de que o movimento teria sido vitorioso, mesmo que não ocorressem os incidentes que precederam a *Passeata do Silêncio*. Na verdade, o protesto silencioso teve ressonância importante e a prova maior foi a própria mobilização popular. A força estudantil da cidade deixou claro o que pretendia e, se não mais estava nas ruas, permaneceu ainda dentro da Câmara e dos gabinetes fazendo as exigências a que se propusera.

c) O que ficou bastante claro, também foi o caráter absolutamente pacífico da ação estudantil mostrando a força que tinha nas mãos, sem a necessidade de partir para um confronto violento. Confiavam no poder do diálogo. Daí a preocupação demonstrada no preparo da passeata, quando as autoridades policiais da cidade foram solicitadas para garantir a tranquilidade em todo seu trajeto. Não queriam os estudantes que, outros grupos se infiltrassem e tumultuassem a caráter do movimento. É verdade que nem todos conheciam estas

preocupações: "No dia da passeata, papai não permitiu que saísse à rua, temendo confronto entre os estudantes e a polícia. Não sabíamos que a primeira preocupação de vocês tinha sido a proteção policial. Vocês foram, na época, considerados jovens revolucionários — contou Elizabete P. Garbelotto.⁽³⁶⁾

d) Outra verdade, que não pode ser esquecida, é que nem os estudantes esperavam tão grande sucesso da passeata e, em alguns momentos, a grande adesão popular chegou a preocupar os organizadores. "A preocupação também foi das autoridades policiais e, após o término dos acontecimentos, o Centro Acadêmico recebeu uma discreta ação do DOPS", lembrou Ayrton Filetti.⁽³⁷⁾

e) Finalmente, o exemplo seguido por alguns jovens: "a conchamação pelo pessoal do Centro Acadêmico foi de tal forma, forte, que a um simples aviso do que seria feito, motivaram a mim e a classe inteira, a participar ativamente do movimento. Fez os estudantes acordarem para alguma coisa mais idealista e participar, ingressando no Centro Acadêmico", afirmou João T. Mariani.⁽³⁸⁾

Da mesma forma, José Bonifácio de Carvalho, então no primeiro ano de Faculdade de Direito, passou a militar intensamente no órgão acadêmico e tornou-se secretário por várias gestões e, ainda, Domingos Glenir Santaruchi, o jovem iniciante das letras jornalísticas do **O Archote**, órgão do Grêmio 28 de julho, que acabou por se tornar jornalista de profissão.

(*) Oscar Garbelotto é advogado e professor universitário. Ocupou na Administração Pública os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior. Preside atualmente a Fundação das Artes. Dedica-se também ao estudo e à pesquisa da História de São Caetano do Sul. Descende de um dos fundadores da cidade: Antonio Garbelotto.

(*) Colaboração e revisão de Morisa Pardi Garbelotto Rodegher

Nota do autor

Este ensaio sobre um momento histórico de nossa cidade somente foi possível graças à colaboração de um grupo de velhos amigos e companheiros,

que não desprezaram convite feito para conversar sobre o sempre lembrado tema.

A reunião, realizada no dia 19/4/90, e patrocinada pela Revista **Raízes**, pelo **GIPEM** (Grupo Independente dos Pesquisadores da Memória do Grande ABC) e pelo **Clube dos 60**, teve também a participação de Henry Veronesi e Valdenizio Petrolli, da Revista **Raízes**; Paschoalino Assumpção e Ademir Médici pelo **GIPEM**, e Paulo Roberto Raimundo, presidente do **Clube dos 60**.

A todos, oferecemos este artigo e as nossas homenagens: Ayrton Filetti, 53 anos, Gerente de Tecnologia da Alcan; Delmo Nicoli, 52 anos, advogado, Gerente Geral Jurídico da CBA; Domingos Glenir Santaruchi, 45 anos, professor, jornalista; Edna P. Giardullo, contadora; Elizabete Pardi Garbelotto, professora; Enio Campoi, 47 anos, jornalista e publicitário, empresário em consultoria de comunicação social; Fuad Sayar, 53 anos, Diretor de Recursos Humanos da Shellmar; João Tarcisio Mariani, 46 anos, engenheiro metalurgista, empresário em consultoria técnica; José Bonifácio de Carvalho, 47 anos, advogado, Gerente de Recursos Humanos da COFAB; Laurito Antonio Perrella, 56 anos, professor universitário (USP/IMES); Leopoldo Luiz, 55 anos, advogado, empresário de turismo; Norberto Victor Barille, 53 anos, engenheiro metalurgista, empresário em consultoria técnica; Paschoal Giardullo, 52 anos, geólogo, empresário, ex-Presidente da Associação Brasileira de Cerâmica; Ramis Sayar, 51 anos, advogado, Gerente jurídico da CBC, Presidente da C.M.E. de São Caetano do Sul; Roberto Antonio Filetti, 48 anos, Diretor da Escola Técnica de Metalurgia do SENAI; Walter Dal'Bo, 53 anos, administrador de empresas da Alcan.

NOTAS

1. Anais da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Livro XVI, 1960/61; notas: 1,9 e 10 (sessão de 27/03/1961, folhas 1, 6, 7 e 8); 13 (sessão de 4/4/1961, folhas 19 a 22); 12 a 21 (sessão de 7/4/1961, folhas, 53, 77 e 78); 22 (sessão de 8/4/1961, folha 3); 23 (sessão de 11/4/1961), folha 3 e 33 (sessão de 20/4/1961, folha 2);
2. Depoimento sobre o Movimento Estudantil de abril de 1961: gravação realizada em 19 de abril de 1990 (Acervo do Museu Municipal); Notas: 2, 3, 4, 7, 8, 11, 14, 15, 16, 17, 24, 30, 34, 35, 36, 37 e 38;
3. **Jornal de São Caetano** - Notas: 5 e 6 (edição de 9/9/1960, p. 4 e 8); 18 e 20 (edição de 7/4/1961, p. 3); 25, 26 e 27 (edição de 14/4/1961, p. 3) e 28, 29, 31 e 32 (edição de 21/4/1961, p. 1 e 3) e,
4. **Sancaetanense Jornal** — Nota 19 (edição de 25/7/1987).

Povo e políticos, unânimes, condenaram o aumento. Até mesmo vereadores que haviam aprovado o projeto, de público declaravam seu engano. Já tinham sentido o peso da pressão estudantil.

Nesta noite já não havia mais motivos para confrontos, mas a Câmara estava fortemente policiada. Resultado: ação policial drástica manteve o povo afastado dos vereadores.

Crônicas da rua Baraldi

Ademir MÉDICI¹⁾

Era uma chácara, uma grande chácara, de casa ampla, de árvores com frutas no quintal. Ali era uma parte do núcleo dos imigrantes, perto da linha do trem, parte alta da cidade. As indústrias foram chegando e a população cresceu. Mudou o panorama. A chácara foi absorvida. No lugar da casa grande há hoje uma agência bancária. Parte grande do quintal está ocupada por uma praça e pela igreja. E a família que construiu tudo aquilo não está mais na cidade. Eram grandes proprietários os Baraldi de São Caetano. Lutaram, trabalharam muito. Construíram um patrimônio com muitas casas e sobrados. Foram caridosos também. Seus membros, como todas as pessoas, tinham qualidades e defeitos. Produziram histórias que só os mais velhos conhecem ou ouviram falar. E são estes mais velhos que falam de um crime também.

1. A rua

Santina Anna Corradi Baraldi foi firme, resoluta como sempre. Enfrentou a Prefeitura. E ganhou esta batalha. O prefeito-interventor, que ficava em Santo André, atreveu-se a mudar as placas da rua Baraldi. E oficializou a rua Mato Grosso. Uma afronta. Pois foram os Baraldi quem doaram aquela rua ao Município. Não, não estava certo. E a enérgica dona Anna mandou arrancar as placas oficiais, substituindo-as por placas por ela própria mandadas confeccionar. Era rua Baraldi. E seria rua Baraldi. Nunca mais ninguém mudou o nome.

O episódio registrou-se nos anos 30, logo após o golpe de Getúlio. Caíra a Velha República em todo o País. Caíram todos os coronéis, inclusive Saladino Cardoso Franco, que desde 1914 era o prefeito do velho Município de São Bernardo, hoje Grande ABC. São Caetano, distrito, subordinava-se a São Bernardo. Mas não seria um prefeito nomeado por Getúlio que iria mexer com a honra dos Baraldi. Dona Anna não deixou.

2. Centro da cidade

Os Baraldi viviam no centro de São Caetano. Eram grandes proprietários na cidade. Tinham a casa na rua Baraldi. Junto à casa, a chácara, que abrangia a área onde está hoje a matriz da Sagrada Família. Toda a praça Cardeal Arco Verde era o quintal da chácara. A propriedade, ao tempo da colonização, abrangia um grande espaço que pegava as atuais ruas Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Senador Feijó, parte da avenida Goiás, Manoel Coelho, São Caetano, Niterói, Amazonas, a própria Baraldi e daí por diante.

Era um espaço considerável na cidade que crescia e que se industrializava, a ponto de se colocar em posição de destaque em toda a região, passando São Bernardo (sede) para trás e ficando nos calcanhares de Santo André.

Neste panorama, os Baraldi eram considerados, tinham tradição, criaram raízes no velho núcleo colonial.

3. Imigrantes

Os Baraldi chegaram a São Caetano em 1878, junto com a segunda leva de imigrantes italianos. Todas as listas publicadas apontam o nome de Luiz Baraldi.

Luiz Baraldi veio da Itália com a esposa Luiza Negrelli Baraldi, a sogra Catharina Negrelli e os filhos Primo Segundo Baraldi e Ernesto Baraldi. O patriarca Luiz Baraldi faleceu a 28 de fevereiro de 1892. O filho Ernesto morreu com 12 anos. Primo Baraldi tocou os negócios da família, sozinho, e casou-se com outra filha de imigrantes italianos, Joanna Boff. Os Boff estavam radicados no núcleo colonial de São Bernardo. Tiveram um filho, Ernesto Felix Baraldi.

4. Primo e Joanna Boff Baraldi

A tradição oral mostra que Primo e Joanna trabalharam muito e mantiveram as propriedades herdadas. Primo tinha a chácara, um

açougue, entre outras coisas. Joanna Boff, que se casara com apenas 16 anos, fazia pão em casa e muitas vezes ia vender o produto em São Paulo, pelos lados da Vila Pompéia, região da Lapa. Com o detalhe de ir a pé, acompanhando os empregados.

Joanna vendia o pão em São Paulo e retornava a pé. No caminho comprava, com o dinheiro obtido do pão, animais caseiros: porcos, bezerros, cabritos. Os descendentes citam esta passagem dando um detalhe a mais: na ida e na volta, Joanna dizia que passava pelo Cambuci, na Lavapés.

5. Doações

Fora a tradição oral, a documental. Os Baraldi sempre foram grandes doadores de terra. Em várias épocas. O pioneiro Luiz Baraldi cedeu o terreno necessário à construção da estação de São Caetano, inaugurada pela São Paulo Railway a 1º de maio de 1883.

Dez anos após, foi lavrada a escritura em que Primo Segundo Baraldi, sua mulher Joanna Boff e a viúva Luiza Negrelli Baraldi doaram terreno para a construção da sede da Società de Mutuo Soccorso Il Principe di Napoli. A escritura, original, de 24 de junho de 1893, integra hoje o acervo do Museu de São Caetano, por doação da Società. O documento indica a doação, pelos Baraldi, de um terreno com 26 metros de frente para a rua da Estação por 34 metros e 20 centímetros da frente ao fundo de um lado e do outro 17 metros e 20 centímetros. Terreno que confinava em seu todo pelos lados com os doadores e pelos fundos com Bertolini Francisco. Uma propriedade avaliada em 20 mil réis.

Entre as cláusulas, a garantia de que a Sociedade Italiana passaria o terreno à Igreja de São Caetano, em caso de extinção.

Na verdade, a Società manteria o terreno até presentemente. E caberia aos mesmos Baraldi a doação de outra área para a construção da igreja da Sagrada Família, cujas obras começaram em março de 1932. A doação foi feita por Ernesto Baraldi, filho de Primo e Joanna e neto de Luiz e Luiza. Um terreno no meio do quarteirão formado pelas ruas Manoel Coelho, Niterói, Rio Grande do Sul e Regente Feijó.

6. Ernesto Baraldi

Ernesto Felix Baraldi era um homem bom. Magro, não tirava o chapéu da cabeça. Gostava de caçar. Nunca estudou. Mas era um diplomata. Sabia ouvir. E tinha sua própria filosofia. Quando alguém lhe contava uma mentira, e ele o percebia, não interrompia o interlocutor. Acenava com a cabeça, afirmativamente. E esfregava as mãos:

- A pior coisa é você desmentir um mentiroso. Para que isso? A gente não ganha nada em desmentir - ensinava.

Ah, Ernesto Baraldi. Dava atenção às crianças. Não levantava a voz. Era amigo de Alfredo Luiz Fláquer, companheiro de caçadas e velho político de Santo André. Nas matas do Alto da Serra, caçava veados com amigos ilustres de São Paulo e região. E dizia sempre

que um veado abatido era o suficiente. Também achava ruim quando alguém colhia palmitos na Serra, e não trazia para casa. Chamava a atenção de quem desperdiçava.

Ernesto Felix Baraldi casou com Santina Anna Corradi Baraldi a 6 de setembro de 1902.

7. Dona Santina

Santina Anna Corradi Baraldi era totalmente diferente do marido: enérgica, braba mesmo. Não gostava de caçadas. E era econômica ao extremo. O caso das placas da rua Baraldi mostra bem a postura

faleceu quando ela tinha um ano de idade. A mãe de Rosa faleceu quando a filha completou 11 anos. Com esta idade, Rosa foi viver com os Baraldi.

Hoje, Rosa Massolini mora no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Tem quase 73 anos de idade. É uma senhora simpática, magra, com muitas lembranças da sua São Caetano.

Em São Caetano, Rosa Massolini estudou no velho 2º Grupo Escolar de São Bernardo, hoje EEPG Senador Fláquer, instalado a 8 de maio de 1920 no Bairro Fundação. Fez até o quarto ano e lembra que, no seu tempo de estudante, havia um outro grupo escolar em São Caetano, no bairro Monte Alegre.



1942. Fim de caçada em São Bernardo. Ernesto Baraldi é o sexto, ao centro. À sua direita, Noraldino Alves do Nascimento. A foto foi batida na chácara dos Serafim Bueno, que ficava onde é hoje o Senai, perto do Paço Municipal de São Bernardo. Da esq. para dir.: Arthur Corradi (marceneiro de São Bernardo, sogro do ex-prefeito Aldino Pinotti); Alexandre (dono de uma fábrica de Santo André); Ugo Sczaretti (tinha depósito de bananas em São Caetano); Domingos (fabricante de tamancos no Alto da Moóca); Noraldino; Ernesto Baraldi; João Marchas (tinha cerâmica de refratários ao lado do Instituto Metodista de Rudge Ramos); Luizão (pintor de paredes). Salvador Frezolone (foi chofer do chefe de polícia Rudge Ramos e tinha posto de gasolina); João Borgeau (morava no Largo do Arouche, em São Paulo); e Joaquim Serafim (dono da chácara onde a foto foi batida). Os cachorros (da esq. para a dir.): Carimbo, Tigre, Crioulo, Castelo, Pilata, Lembrado, Ponteiro, Diamante, (?) e Combate

autoritária de dona Santina. Seu lado econômico podia ser sentido quando de suas idas a São Paulo, já em idade avançada. Ela apanhava o ônibus em São Caetano e descia no Sacomã. Dali, para atingir a Praça da Sé, esperava bonde, que era mais barato - saía mais caro ir de ônibus até o centro de São Paulo.

De qualquer forma, a exemplo do marido e dos Baraldi pioneiros, dona Santina era religiosa ao extremo. Não colocou obstáculos à doação, pelo marido, do terreno à igreja. Além do que, dona Santina doou à igreja as imagens do Senhor Morto e do Senhor dos Passos. Doou também o sino, que acordava toda a São Caetano para as orações. E ainda.

8. A família

Ernesto e Santina Anna Baraldi tiveram cinco filhos. Dois faleceram crianças. Os outros três: Luiz Primo Baraldi Netto, Egydio Segundo Baraldi e Elza Baraldi.

O casal também criou uma filha adotiva, Rosa Massolini, a Rosina.

9. Rosa Massolini

Rosa Massolini nasceu em São Caetano a 28 de agosto de 1917, filha de João Massolini e Ana Médici. Não conheceu o pai. Este

São Caetano, na lembrança de dona Rosa, era uma cidade com várias chácaras e muitas indústrias, onde se destacavam a Louças Adelina, a Matarazzo, a Aliberti e duas fábricas de formicida. Tinha leiteiro que fazia entrega de leite de casa em casa, através de carroças. Idem, os padeiros com o pão. Vila Paula estava começando.

Com sua mãe, dona Rosa morou numa casinha velha doada pela tia da mãe e que ficava perto da estação, não muito longe das Louças Adelina, ali onde funciona a rodoviária. Carros de boi vinham de longe, dos lados dos Meninos (hoje Rudge Ramos) e de Piraporinha, para vender mucutas de lenha. A Companhia Antártica entregava grandes quantidades de cerveja e guaraná Ceci aos sábados. A empresa, com depósito em São Caetano, era toda gentilezas.

Vale a pena falar um pouco da Antártica. A companhia aparecia todo dia na casa de Ernesto Baraldi, para entregar blocos de gelo que eram colocados junto da cerveja, numa geladeira de madeira. Mais do que isto: a Antártica emprestava bancos e mesinhas nos dias de festas - e por gentileza não levava de volta. Bancos e mesas que acabavam por fazer parte da paisagem da casa dos fregueses,

na sua chácara com árvores frutíferas por todo o espaço hoje ocupado pela igreja, até a rua Niterói.

Seguramente, os Baraldi chegaram a ter mais de 40 casas de aluguel.

Rosa Massolini viveu com os Baraldi até os 23 anos. Com esta idade casou com Noraldino Alves do Nascimento, depois de menos de nove meses de namoro.

10. Seo Nascimento

Noraldino Alves do Nascimento nasceu em Mococa, interior do Estado, em 1909. No final de 1937 veio para São Paulo. Gostava de caçar e trouxe um cachorro de estimação, entregue à guarda de uma cunhada no Planalto Paulista. Só que o cachorro latia muito. A cunhada implicou e Nascimento resolveu seguir os conselhos de um pedreiro que morava em São Caetano:

- Vai para São Caetano, que lá tem um caçador que vai tomar conta do seu cachorro.

O caçador era Ernesto Baraldi.



O casal Noraldino Alves do Nascimento e Rosina Massolini Nascimento.

Num domingo, Nascimento pegou o bonde, e veio até o Sacomã. Do Sacomã seguiu, a pé, para São Caetano. Quando chegou numa das pontes da Estrada das Lágrimas, encontrou um grupo de rapazes que ali pescavam. Perguntou do Baraldi.

— Que nada, o Baraldi não é bom caçador. Bom mesmo, em São Caetano, é o chefe da General Motors. Chama João Migliari.

Nascimento insistiu. Queria falar com o Baraldi. Obteve o endereço, ao lado da matriz da Sagrada Família, e foi falar com o velho caçador. Foi bem recebido. Mas Ernesto Baraldi não queria saber de responsabilidade, de tomar conta do cachorro dos outros:

— Guardar o cachorro dos outros é um perigo. Você vai caçar, e pode perder. Não fica bem. Quer vender?

— Vender, eu não quero.

Conversaram. Até que Ernesto Baraldi resolveu: Pegou uma Chrysler 29, que era o carro da época, e mandou buscar o cachorro em São Paulo. Luiz Primo Baraldi, filho de Ernesto, trouxe o cachorro. Quinze dias depois, a primeira caçada, no Alto da Serra. Ernesto Baraldi nunca tinha visto um cachorro tão bom. Quis ficar com ele. Pagaria o que fosse necessário. Nascimento respondeu:

— Já rejeitei 10 contos pelo cachorro, mas ele é seu. Não custa um centavo. Só quero caçar com o senhor.

Foi uma festa. Logo, Nascimento começou a namorar com Rosa — a Rosina —, filha de criação de Ernesto Baraldi. O casamento não iria tardar.

11. Morre dona Santina

Ernesto Baraldi gostava muito de Rosina. E a ela recorria sempre quando ia caçar. Pedia a ela que abrisse um cofrinho, às escondidas da esposa, para pegar uns trocos e levar nas caçadas. Dona Santina,

assim que o marido saía para as matas, percebia. Ficava brava. Rosina desculpava-se. Havia apenas atendido às ordens do pai por adoção.

Quando marcou o casamento com Nascimento, dona Santina ficou muito preocupada. Quem iria, então, tomar conta dela? Queria que o casal ficasse morando por perto. Mas teve que se conformar e saiu à cata de uma empregada. Recorreu, até, à mídia de então: fez projetar anúncio nas telas do único cinema da cidade, o Cine Central, da rua Perrella, propriedade de Maximiliano Lorenzini, ex-o-leiro, e que foi inaugurado em 1922.



Anos 30. Sentada, Santina Anna Corradi Baraldi. A menina é Rute, sua neta. Atrás, de preto, a filha adotiva, Rosina Massolini, e a filha Elza, tia de Rute. Acervo de Noraldino Alves do Nascimento e Rosina Massolini Nascimento.

Não adiantou. Dona Santina não conseguiu uma empregada. Adoentada, acabou falecendo a 1^o de maio de 1940. Tinha 58 anos.

Dois meses depois da morte da mãe adotiva, Rosina Massolini casou com Noraldino Nascimento. Era 29 de junho de 1940.

12. O crime

Ernesto Baraldi faleceu no Dia de Natal de 1944. Assassinado. Tinha 61 anos.

No livro de tombo da matriz da Sagrada Família, o padre Alexandre Grigolli escreveu:

"A uma hora depois do meio-dia morreu, assassinado pelo próprio filho, o sr. Ernesto Baraldi, o maior benfeitor da matriz. O fato horrendo deu-se no próprio pátio da matriz, ficando o corpo da infeliz vítima exposto à curiosidade do público por diversas horas. Deus receba na sua misericórdia o pai infeliz, e dê a graça do arrependimento ao filho mais infeliz".

Na véspera de sua morte, Ernesto Baraldi esteve na casa de Nascimento e Rosina. Levou duas bonecas para as meninas pequenas do jovem casal. Na visita, comentou com o genro e colega de caçadas: — Nascimento, estou presentindo uma coisa: meu filho vai me matar.

Ernesto Baraldi morava com a filha Elza, já casada. Até as espingardas havia escondido. Anteriormente já havia discutido com o filho Egidio por problemas de herança.

No Dia de Natal, o filho ofereceu uma bandeja de coxinhas ao pai. Ernesto Baraldi pegou. Então houve a agressão: Egidio atirou a bandeja para os ares, e degolou o pai com a navalha, cortando duas veias de sua garganta.

Consumado o crime, Egidio fugiu para o mato. Atingiu a Estrada das Lágrimas, mas foi seguido por um menino com uma bicicleta. Já na Estrada das Lágrimas, o assassino sentou-se no chão. O menino parou de longe. Nisto passou uma rádio-patrolha. Os policiais, notificados, prenderam o criminoso.

Egidio Baraldi, depois de três julgamentos, foi condenado a 32 anos de prisão. Cumpriu 22 anos na Penitenciária Estadual. Libertado, faleceu logo depois, e hoje está sepultado em São Caetano.

13. Fim

Não há mais Baraldi em São Caetano. Luiz Primo Baraldi, filho de Ernesto, casou com Angelina Paoloni. Ambos são falecidos. Não tiveram filhos. Egidio, casado com Algenilde D'Agostini, teve seis meninas, nenhum menino. Sua esposa também já é falecida. Elza Baraldi faleceu em 1957. Casou com Angelo Chiolin, o Angelim, hoje residente em Jundiá. O casal teve três filhos.

Há outros Baraldi no Grande ABC, em Santo André e São Bernardo. Mas sem um grau de parentesco direto com os Baraldi de São Caetano. Em São Bernardo, os Baraldi se radicaram na Linha São Bernardo Novo, ao tempo da colonização. Há também Baraldi no Bairro da Liberdade, na Capital, sem parentesco próximo aos velhos Baraldi de São Caetano.

O corpo de Ernesto Baraldi foi sepultado no túmulo da família no Cemitério da Quarta Parada, em São Paulo, ao lado da esposa Santina Anna e dos filhos Luiz e Elza.

14. Rua Baraldi

Os documentos antigos falam dos Baraldi. Os livros de história também. Há uma longa crônica no *Album de São Bernardo*, de João Netto Caldeira, editado em 1937. Também existe a memória oral que fala das doações de áreas da cidade, pelos Baraldi, para a constru-

ção da estação ferroviária, da matriz da Sagrada Família, da sede da Sociedade Italiana. São referências importantes à memória de uma família de imigrantes que, afinal, deixou a cidade.

A referência maior, no entanto, são as placas de sinalização desta rua central:

RUA BARALDI.

Os velhos caçadores, muitos dos quais ainda vivos, relembram sempre do amigo Ernesto, de pontaria certa e jeito de pacificador. E há a crônica de sua morte, sem dúvidas a parte trágica de toda uma vida. Triste. É preciso citá-la, no entanto, porque a história, o resgate da memória, não pode ignorar fatos como este, que traumatizaram toda uma cidade.

(*) Ademir Medici é jornalista, membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, autor de vários livros sobre a memória local e que responde pela coluna "Grande ABC Memória", da página 2 do *Diário do Grande ABC*.

Os Passatempos Prediletos

Claudinei RUFINI (*)



Bar do Momi, nos anos 30

Hoje em dia, garimpagem é praticamente um sinônimo de destruição. É a destruição das florestas, a contaminação de rios e peixes pelo mercúrio, a violência e o massacre de populações nativas (índios, seringueiros, castanheiros e outros povos da floresta). Mas, aqui, em São Caetano **garimpagem** tem um significado exatamente oposto; para nós, pesquisadores diletantes, a recuperação de fragmentos da História local é o amálgama desejado, quando fundimos e podemos separar o que buscamos na vida e da Cultura (com C maiúsculo) da **urbe**.

Vem daí a necessidade do maior número possível de registros. Há não muito tempo, era uma dificuldade recolher dados para as pesquisas que não fossem os depoimentos de pessoas contemporâneas dos fatos. E a história de São Caetano é repleta de fatos desconhecidos, principalmente no que diz respeito à participação das diferentes nacionalidades na formação da **comunitas** e, inclusive, na forma de perceber e encarar o mundo.

Essa forma como as pessoas vêem o mundo contribui, de modo decisivo, na formulação de um **imaginário grupal**, que influencia diretamente a ideologia (a ordenação lógica das abstrações) pessoal e,

através dela, o comportamento individual e coletivo frente à realidade imposta.

Nossa preocupação, no presente artigo, é registrar as principais atividades a que nossos antepassados se dedicavam em seus momentos de lazer. Através delas podemos notar a predileção por atividades associativas, o que talvez ajude a explicar, ou comprovar, a importância da vida comunitária para eles. Por outro lado, essas atividades também podem ajudar a ilustrar um pouco mais o universo cultural que serviu de pano de fundo às transformações sociais experimentadas pela população local.

Dentre as atividades aqui listadas falta uma, não por descuido, mas pela sua extensão: a vida e a participação dos clubes e do esporte, que merecem um capítulo à parte.

Pontos de encontro

A vida cotidiana de São Caetano sempre foi marcada pelo trabalho. Apesar da Probreza reinante durante grande parte da vida da cidade, o trabalho sempre veio acompanhado pelo lazer. Mas nem sempre foram muitas opções.

Com as precárias condições de vida, os primeiros colonos dedicavam-se, durante toda a semana, às tarefas de cultivo dos campos. Mas os domingos eram sagrados; mesmo não tendo assistência religiosa — não havia um pároco aqui — a pequena capela servia como ponto de reunião e encontro, além do local para as orações. Depois disso, os homens saíam pelas redondezas para caçadas e pescarias, ou, sentavam-se à beira da ferrovia para **ver o trem passar**, trazendo alguma novidade. Sem muitas opções, as moças passeavam pelas poucas ruas, cantando o tempo todo.

Com o surgimento das primeiras olarias, os colonos redescobriram um tradicional jogo italiano: a bocha. É que as bochas e bolins precisavam ser confeccionadas de um material resistente. Eles conseguiam isso recozendo o mesmo material dos tijolos, o que as tornava quase inquebráveis. As bochas também eram confeccionadas de madeira, mas não tinham a mesma durabilidade. Havia um problema, porém: não existiam canchas no local. Assim, os jogadores iam disputando suas partidas pelas ruas, muitas vezes andando vários quilômetros.

As primeiras canchas aparecem na virada do século, juntamente com os primeiros botequins, em sua maioria localizados nas imediações da Matriz. Os botequins eram, então, o ponto de encontro masculino nos finais de semana, principalmente nos domingos, após a missa. As canchas eram construídas, geralmente, nos fundos dos amplos terrenos. Nos anos 20, são cobertas as primeiras canchas no Bar do Momi, à rua 28 de Julho, onde foram disputadas partidas pelo campeonato estadual, até os anos 40. Os bares também eram palco de animadas partidas de baralho (*scopa, bisca e truco*), dominó e morra.

Nessa época, as festas religiosas eram aguardadas ansiosamente e representavam a maior marca da devoção popular. "As festas juninas aproximavam-se para gáudio de nossa gente. Era a festa de Santo Antônio, festa de São João, a grande festa de São Pedro e, por fim, a inesquecível festa do Padroeiro. Eram dias festivos realmente, eram semanas que se passavam em festas, eram meses que se festejavam, mas, naturalmente, tudo era festejado após a luta diária de nossos trabalhos. São Caetano engalanava-se, ficava tudo festivo e nossa gente sentia-se alegre e feliz com isso... Nossas ruas, nesses dias, pareciam soberbas, encontravam-se todas engalanadas com arcos de bambus e bandeirinhas multicores. São Caetano pontilhava com toda essa festividade, engrandecendo-se cada vez mais e chamando para cá uma grande multidão para assistirem os festejos, o fluxo então tornava-se bastante notório e, os que vinham, davam-nos mesmo a impressão que desejavam ver de perto a grande festa do Padroeiro"⁽¹⁾.

A hora e a vez dos "pés-de-valsas"

Outra grande diversão na virada do século eram os bailes. Os primeiros de que se tem notícia foram organizados na casa da família Ferrari, animados por Giuseppe de Martini, o **Beppo da Sanfona** e pelo **nego Olímpio**. Eram festas estritamente familiares, e não se admitia a entrada de estranhos. Tempos depois, também a família Cavana passou a realizar seus bailes. Na época das festas juninas,



Grupo participante de piquenique na praia do José Menino (sem data).

eles eram realizados na casa de Desiré Malateaux, que preparava uma grande fogueira, e o baile duraria enquanto ela durasse.

Mesmo com o aparecimento dos clubes, o baile manteve seu caráter familiar. No princípio, só era permitida a entrada de associados; acompanhante só entrava se apresentado por um sócio. A própria disposição do salão refletia a desconfiança com os estranhos. Encostadas às paredes, eram colocadas cadeiras onde as mães ficavam observando as filhas dançarem, ou tentando tomar conta dos filhos pequenos que corriam de um lado para outro do salão, atrapalhando aqueles que tentavam dançar. Os pais ficavam perto da porta, conversando ou disputando uma partida de baralho, mas sempre de olho nas filhas.

Muita expectativa cercava a aproximação de um grande baile, atraindo muita gente. Assim, os bailes de São Caetano tornaram-se famosos e procurados por gente de toda a região. Nessas ocasiões, os rapazes daqui montavam verdadeira guarda contra os intrusos, temerosos que lhes roubassem as moças. Isso começou a acontecer quando, devido à grande procura, os clubes abriram suas portas para todos, mediante a cobrança de ingressos e, com isso, a festa perdeu o seu caráter familiar. Essa procura pelos bailes locais possibilitou o aparecimento de outros clubes no cenário, até então restrito

ao São Caetano e ao Grêmio Ideal: assim, surgiram os bailes do 9 de Julho, do Monte Alegre, do Guarany e do Vila Bela.

E quando a banda passou...

Talvez acompanhando o ritmo de crescimento do local, o começo do século marcou o início de um período de efervescência artística, contrapondo-se à precariedade das condições de vida reinante. No período de 1900 a 1915, o interesse da coletividade pela música foi despertado pelo funcionamento da banda **Casa de Savóia**, organizada pelo maestro Joaquim Capocchi. Nesse período, a banda chegou a participar de apresentações e concursos no coreto de Jardim da Luz, onde obteve uma segunda colocação entre as melhores bandas do Estado.

Sua importância para nossos antepassados por ser medida pelas palavras do cronista da época: "Aquele pipeiro, aquele tijoleiro e todos os homens das olarias ali estavam, alguns deles vestiam uniformes de gala... Ali estavam eles 'enfiados' dentro de um vestuário bastante diferente daquele das olarias... Ali estavam esquecidos das torbas, do barro, da argila, marchavam soberbos, sóbrios, pelas nossas ruas, e, realmente, nesse instante pouco lembravam das suas profissões, ali estavam com seus instrumentos musicais reluzindo ao sol pelas ruas festivas..."⁽²⁾.

Apesar da paixão pela música, divergências internas levaram a uma divisão entre os músicos que, de início, formaram duas novas bandas que procuravam manter o prestígio conseguido pela **Casa De Savóia**. Uma delas passou a reunir-se na **Príncipe di Napoli**, durante a semana após o trabalho, sendo conhecida, por isso, como a **banda**



Banda do General Motors Esporte Clube, formada em 1942 para tomar chope

doppo lavoro. Ela atingiu o seu auge nos anos 20, quando se apresentou, por diversas vezes, no Teatro Municipal de São Paulo sob o nome de Banda de São Caetano, provavelmente em iniciativas do Círculo Italiano. Ela era então dirigida por Luiz Martorelli e contava com 40 integrantes. Depois disso, surgiram vários grupos menores que desapareceriam pouco tempo depois, numa curta e efêmera existência, como uma banda formada em 1942 no General Motors Esporte Clube, cujo principal objetivo não era propriamente a música, mas conseguir tomar a maior quantidade possível de chope.

O teatro entra em cena

No começo dos anos 20, o teatro aparece na cidade como outra opção de lazer, tanto para quem o produzia, quanto para os espectadores. O primeiro grupo a formar-se reuniu um pequeno número de pessoas na **Principe di Napoli** para montar a primeira peça em São Caetano: **La sorella del cieco** (A irmã do cego), totalmente falada em italiano. Era o ano de 1923, e a apresentação foi realizada na própria sede da sociedade, localizada à rua Perrella. Esse grupo pioneiro estimulou a formação de outros grupos cênicos em todos os clubes existentes na época, principalmente no São Caetano.

Como não existiam teatros na localidade, o jeito era improvisar. Assim, as montagens eram realizadas no salão, normalmente antes dos bailes, ocupando um pequeno palco. A iluminação era feita de lâmpadas comuns, dispostas em série tanto na **ribalta** (ao nível do chão), como na **gambiarra** (no alto do palco). O fundo musical, de acordo com a necessidade, era feito pelo próprio conjunto que animava o baile, sendo que seus componentes ficavam misturados

à platéia. Esta era montada com cadeiras dobráveis, de ferro, divididos em três alas separadas. Os espetáculos eram realizados aos sábados e domingos. Terminada a apresentação, os diretores arregimentavam voluntários para retirar as cadeiras que eram, literalmente, arremessadas para fora do salão. Depois disso, passava alguém jogando fubá ou parafina no chão, para que os pés pudessem deslizar e dar início ao baile.

Nesse período os grupos procuravam dar o máximo de si, dadas as condições realmente amadorísticas, com dificuldades imensas, a começar pelo texto que não era decorado. Bem na frente do palco existia uma pequena abertura, onde ficava o **ponto** que assoprava as falas para os atores. Muitas vezes, um grupo ia buscar em São Paulo atores e atrizes profissionais ou semiprofissionais para reforçar o elenco.

Além dos clubes, a igreja também fazia um bom teatro. Um de seus maiores incentivadores foi o padre Alexandre Grigoli que traduzia e musicava peças, fazia a direção dos espetáculos e os figurinos, além de idealizar e pintar os cenários. Seu sucessor, o padre Êzio, construiu o primeiro teatro da cidade, equipado com camarins, sistemas e som e iluminação (desenvolvido por ele mesmo) e isolamento acústico. Contudo, pouco depois de sua inauguração, o prédio foi alugado para a instalação do cine Aquarius.

O aperfeiçoamento do cinema, o surgimento da televisão e a descoberta de novas formas de entretenimento quase lavaram o teatro amador sancaetanense ao desaparecimento nos anos 50. Mas, em 1960, as Acascs (Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul), organizou um moderno teatro de arena, reavivando o movimento teatral e servindo de estímulo ao surgimento de novos grupos. Procurou, também, reforçar sua programação, trazendo trabalhos profissionais de alto nível, como a companhia de Sérgio Cardoso, no auge da forma.

Os convescotes

Os convescotes era outra atividade bastante popular. A escassez de recursos financeiros era um empecilho para os antigos moradores fazerem viagens de fim-de-semana, mesmo as de curta distância. O Jardim da Luz era um dos mais acessíveis e uma opção **chique** para os passeios dominicais, com seus lagos, o coreto e uma ampla área verde, que atraía a mais fina nata da sociedade paulistana, mais ou menos como é hoje o parque do Ibirapuera.

Quando não havia dinheiro mas um grupo alegre de pessoas, o jeito era arranjar um bom local por aqui mesmo. Um dos locais preferidos era um bosque que existia na atual av. Goiás, nas proximidades da Prefeitura. Mas não muito longe daqui e com fácil acesso pela ferrovia, a Serra de Paranapiacaba também era uma boa pedida face à bela paisagem, pela vista do mar, ou mesmo pelas matines do Lira Serrana. Dali até Santos era um pulinho, mas a descida da serra não era muito constante, apesar de ser periódica. Nessas ocasiões, algumas empresas locais chegavam a fretar trens especiais para seus funcionários realizarem as excursões. O local predileto era a praia do José Menino, apesar de ser um tanto afastada, já que para atingi-la era preciso tomar um bonde na estação de Santos.

O cinema entra em cartaz

Sabe-se da exibição de filmes em São Caetano já por volta do final da década de 10. Nessa época, não existia uma sala própria para isso, sendo o equipamento montado onde era possível. Foi com a inauguração do Cine Central, em fins de outubro de 1922, que a cidade ganhou sua primeira casa de diversão (a segunda de toda a região). O Cine Central estava instalado à rua Perrella, possuindo 900 cadeiras e 20 camarotes, destinados a famílias de frequentadores, ao delegado e autoridades, contando, ainda, com fosso para orquestra, já que os filmes eram mudos. Na inauguração foi exibido o filme **Argila Humana** com Milton Sills. Pouco tempo depois foi construído o Cine Parque, no local em que hoje está instalado o Tiro de Guerra. Era um grande galpão de madeira cercado por árvores (daí o nome), com capacidade para 300 pessoas.

Em 1941, foi iniciada a obra do Cine Max, de maior porte, sendo inaugurado em 1947, com o filme **Sonhando de Olhos Abertos**, com o comediante Danny Kaye, em technicolor e sistema sonoro de movietone (banda magnética na própria fita). No início dos anos 50 (mais precisamente em 1953) é inaugurado o Edifício Comercial, um





Cena da peça Os dois sargentos, encenada no salão do São Caetano E.C. (1927).

grande empreendimento para a época, pois além de escritórios também abrigava o Cine Vitória, com 2.400 poltronas estofadas, uma novidade na cidade. A inauguração da nova sala deu-se com a exibição do filme *Salomé*, com Rita Hayworth e Stewart Granger. Pouco antes, em 1951, era inaugurado o Cine Primax, com capacidade para 2.500 espectadores.

Em 1961, o Cine Lido ocupa o lugar do antigo Cine Urca, com lotação de 850 lugares. Nessa época, São Caetano tinha uma população de aproximadamente 60 mil habitantes, e uma capacidade para atender 9.000 pessoas ao mesmo tempo nos cinemas locais. As sessões mais concorridas, como não poderia deixar de ser, eram nos finais de semana; durante a semana era realizada apenas uma sessão noturna diária, e uma matinê num dia específico. Os números mostram que a atividade cinematográfica era uma das opções preferenciais para o lazer. Até 1977, a média semanal de público nos cinemas locais girava em torno de 25 mil espectadores, mas, apesar desses números, muitas salas não sobreviveram. Muitos tiveram suas atividades encerradas pela mudança da ocupação comercial dos prédios, como o Cine São Caetano, reinaugurado como Cine Aquarius, depois

de reformado e desativado há alguns anos. Os cinemas instalados nos bairros foram os que tiveram vida mais curta, como o Cine Alvorada, na Av. Goiás, e o Cine Planalto (atual Cooperhodia), ambos no Bairro Barcelona; ou ainda o Cine Átila, que sobreviveu até os anos 70 na Av. Visconde de Inhaúma.

(*) Claudinei Rufini é jornalista, com especialização em Ação Cultural, na Universidade de São Paulo, e Animador Cultural do SESC - São Caetano.

Notas

- 1) Esperança Martorelli Cairo - Depoimentos.
- 2) Albino Martonelli - Depoimentos.
- 3) Mário Dal'Mas - Depoimentos.
- 4) Manoel Cláudio Novaes - Depoimentos.
- 5) Mafalda Lorenzini - Depoimentos.
- 6) Paulo Domingues - Depoimentos.
- 7) Acervo de informações: Museu Municipal de São Caetano do Sul
- 8) Oscar Garbelotto - Depoimentos.

Mauá, o barão, e o desenvolvimento do ABC

Antonio ANDRADE (*)

Personagem pouco citada na história do ABC, mas de importância fundamental para o seu desenvolvimento (em todas as perspectivas em que se pretenda enfocá-lo, e que transcendem nossos limites geográficos, para atingir todo o país) é a lendária e polêmica figura de Irineu Evangelista de Sousa, o barão, o posteriormente visconde de Mauá, responsável, entre inúmeros outros empreendimentos pioneiros, ao tempo do Império, por nossa Estrada de Ferro Santos—Jundiaí, obra ímpar da engenharia ferroviária e mundialmente reconhecida pela engenhosidade de soluções ao transpor o formidável obstáculo natural constituído pela Serra do Mar.

Infelizmente, e por motivos que pretendemos explicar, esta notável obra tem sido creditada apenas à generosa e inventiva capacidade do capital internacional, na época representado pelo Império Britânico, enriquecido pela acumulação de recursos advindos das sucessivas etapas da Revolução Industrial.

Da inauguração da obra, em 1867, e o primeiro pedido de privilégio para exploração do empreendimento em 1832, passaram-se 35 anos de embates entre a iniciativa de pioneiros empresários brasileiros e a força massacrante do capitalismo inglês.

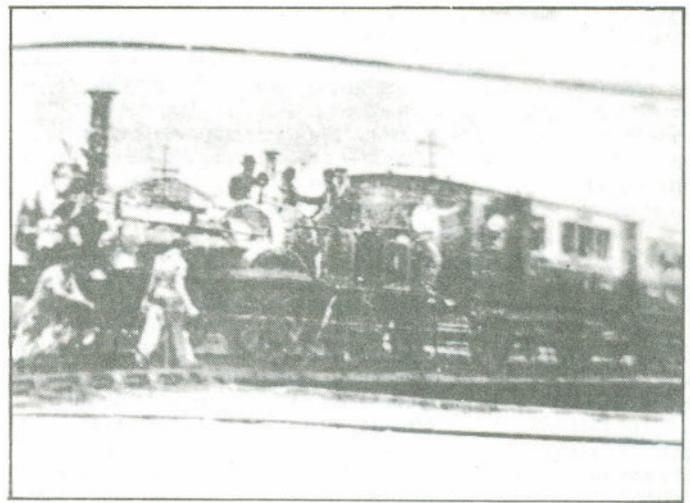
Para Irineu Evangelista de Sousa, a EFSJ iria representar não somente o maior desafio de sua bem sucedida vida empresarial, mas causa principal de sua espetacular falência nos estertores do Império Brasileiro.

Em sua corajosa publicação, **Exposição do Visconde de Mauá aos redores de Mauá & C. e ao Público** assim se manifestou o insigne brasileiro sobre a passagem da EFSJ por sua vida: "Tem tido discussão larga e completa nas folhas diárias desta capital a empresa de que vou ocupar-me. As repetições são sempre fastidiosas; tratarei, pois, de resumir, quando fôr possível, assumpto de tamanha gravidade, que influiu tão decisiva e desastrosamente nas finanças da Casa Mauá, a ponto de poder eu áffirmar, pondo a mão na consciencia e os olhos em Deus, que, a ser este cometimento, estaria longe de qualquer probabilidade a dolorosa posição financeira em que me vejo collocado (1).

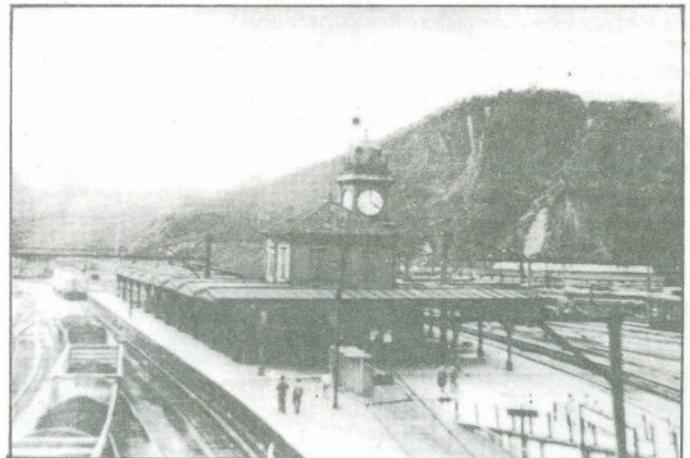
Antes de analisar com maiores detalhes a influência da EFSJ no infortúnio econômico de Mauá, cabe uma melhor compreensão do significado de sua presença no processo de desenvolvimento e da industrialização do país.

Fato interessante, anotado por diversos biógrafos, é o de aos 9 anos de idade, em 1822 (Independência), Mauá chegar ao Rio de Janeiro, conseguir seu primeiro emprego e vir a falecer em outubro de 1889, dias antes da Proclamação da República. Desta forma a vida de Mauá segue em paralelo ao Brasil Império, numa trajetória que levará o pobre menino gaúcho a constituir, por obra de sua inteligência e trabalho, uma das maiores fortunas da época e terminar a vida praticamente sem recursos, símbolo da derrota das idéias modernizantes e nacionalistas, em choque com o marasmo conservador e suserviente do Império aos senhores escravocratas e ao capital internacional, aliados numa política de manutenção de um Brasil pobre, mero produtor de matéria-prima barata para o mercado internacional.

Nasceu Irineu Evangelista de Sousa no Município de Jaguarão, Rio Grande do Sul, em 1813. Aos cinco anos testemunha a morte



A Baronesa, a primeira locomotiva que trafegou no Brasil.



A estação ferroviária de Paranapiacaba, em 1968. A estação foi destruída por um incêndio nos anos 70. O que resta é a torre com o relógio, réplica do Bib-Ben, da Inglaterra.

do pai, humilde agricultor, em luta por direito à posse de suas terras. Até os oito anos convive com a mãe, com quem aprende ler e escrever. Em 1821 é trazido por um tio para São Paulo, onde durante curto período permanece matriculado em escola primária. Já no Rio, em 1822, trabalha como engraxate e ajudante num pequeno armazém. À luz de velas e ajudado por um freguês, que notara no pequeno empregado incontido interesse pelo conhecimento aprende princípios de Contabilidade, Matemática e Francês.

Aos treze anos, encontra-se trabalhando num armazém de propriedade do português João Rodrigues Pereira de Almeida e, apesar da pouca idade, é alçado à posição de caixa do estabelecimento.

A grande reviravolta em sua vida ocorrerá quando João Rodrigues, endividado, é obrigado a entregar o estabelecimento a seu maior credor, o inglês Richard Carruthers. Em pouco tempo, torna-se braço direito de Carruthers que lhe ensina a língua inglesa e princípios de Economia.

Concretizam-se aos poucos, em Irineu, os princípios defendidos por pensadores liberais como: Stuart Mill, Adam Smith e Ricardo, idéias que defenderá por toda vida, ocasionando-lhe não poucos dissabores: o antiescravagismo; o antiestatismo; o livre comércio; liberdades democráticas, livre-cambismo etc.

No deserto de idéias e iniciativas em que se constitui a Corte Imperial Brasileira, em meados do século XIX, o jovem Irineu irá encontrar um oásis rejuvenescedor na presença de comerciantes ingleses que, desde 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e subsequente abertura dos portos brasileiros às nações amigas, pululavam pelo incipiente comércio local, desbançando os comerciantes portugueses, incapazes de concorrer com produtos de alta qualidade, inovadores e de baixo custo, produzidos em escala nas fábricas inglesas e escocesas.

Em 1840, aos vinte e sete anos, enriquecido e sócio da Carruthers & Cia irá concretizar acalentado sonho; conhecer a Inglaterra e seus métodos revolucionários de produção.

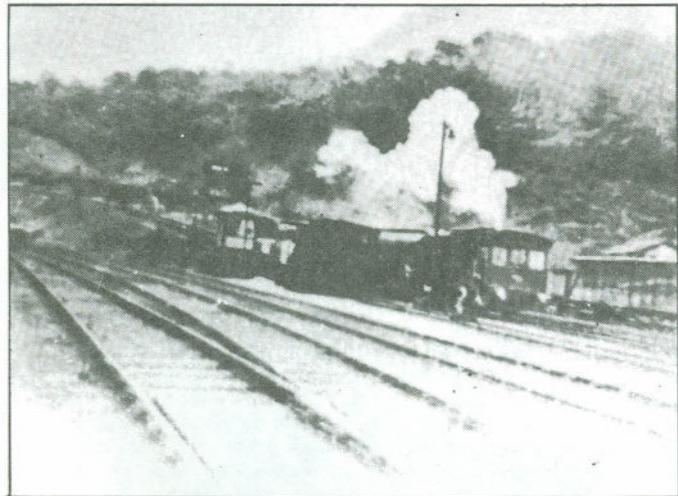
Em Bristol, um companheiro de viagem leva Irineu a uma visita em uma fundição de ferro, fato que despertará definitivamente no jovem comerciante a idéia de trazer para o Brasil estabelecimento similar. Na obra de Mauá, acima citada, encontramos o seguinte relato do impacto que esta visita lhe causou: "Era precisamente o que eu na mente contemplava como uma das necessidades primárias para ver aparecer a indústria propriamente dita no meu paiz. (...) e a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce d'essa aspiração. Causou-me forte impressão o que vi e observei, e logo ahí, gerou-se em meu espirito a idéa de fundar em meu paiz um estabelecimento identico (...). (2)

Ao retornar ao Brasil chega na condição de proprietário da firma Carruthers. O inglês Richard, enriquecido, estabelece escritório em Manchester permanecendo como uma espécie de articulador entre empresários desejosos de aplicar recursos no Brasil.

Em 1845 rompe com a tranqüilidade de comerciante bem sucedido em embarca na imprevisível missão de industrializar o país. O gesto não fora de todo impensado; algumas alterações de ordem econômica pareciam estabelecer sólida retaguarda ao empresário brasileiro.

Em 1843, caducaram os tratados comerciais com a Inglaterra e, em 1844, é elevada a taxa sobre os produtos importados. A pressão internacional pelo fim do tráfico negreiro obrigaria os comerciantes enriquecidos por este negócio a procurar diversificar suas aplicações e a industrialização surge como alternativa rentável.

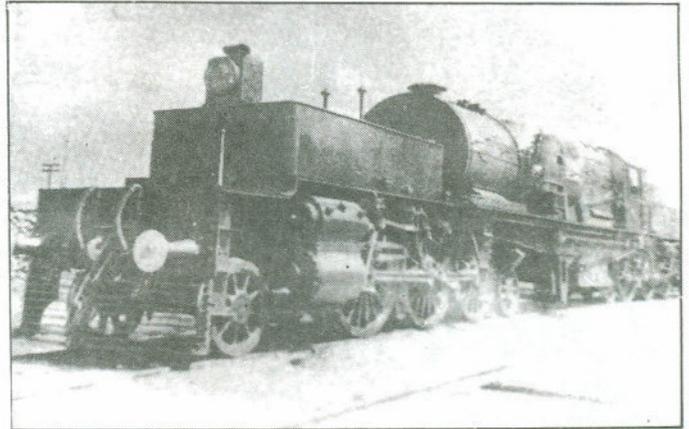
Em 1846, Irineu adquire uma pequena fundição em Niterói, a Ponta da Areia, que transformará em moderno estaleiro onde, a partir de 1850, produz 72 navios, inclusive aqueles utilizados na Guer-



Os planos inclinados da Serra Nova, inaugurados em 1901.

ra do Paraguai. Embora politicamente contrário à participação do Brasil no conflito, enquanto comerciante não se recusou a participar de todas as concorrências. Mas entre as cláusulas de seus contratos fizesse constatar a seguinte: "O contratante obriga-se a não empregar o braço escravo". Fato que causava sérios dissabores na Corte, principalmente durante as cinco legislaturas (1855 a 1875) em que esteve no Parlamento como deputado pelo partido liberal gaúcho.

Irineu iria travar conhecimento mais próximo com a força dos interesses contrários à modernização do país já em 1857, quando a matéria-prima que importava passou a ser taxada em 5% sobre seu valor. Em 1860, com a reforma Silva Ferraz, a taxa sobre produtos importados é praticamente eliminada, tornando a produção nacional inviável, frente à concorrência estrangeira. Para culminar, incêndio de origem suspeita, praticamente destrói o estabelecimento da Ponta da Areia, que reabrirá como oficina de consertos, pois tornara-se impossível fabricar navios em um país que concedia benesses ao similar importado.



Locomotiva Garrat, fabricada pela Beyer, Peacock Ltd., da Inglaterra. Esta máquina, de 1927, com 191 toneladas de peso, trafegava pela São Paulo Railway.

Por volta de 1855, ao meio de diversas outras iniciativas (ferrovias, telégrafo, bancos, navegação, iluminação, abastecimento de água, bondes, etc.), Irineu toma conhecimento de um projeto cuja ambição e desafios o apaixonou. Trata-se de ligação ferroviária, unindo o porto de Santos ao Interior de São Paulo, roteiro de intensa atividade frente a importante presença econômica do café no mercado internacional.

A primeira solicitação ao governo provincial de São Paulo, para construção desta estrada, data de 1832 e foi feita pela Casa Aguiar, Viuva, Filho e Cia. Um dos sócios do estabelecimento, Frederico Fromm, entusiasmou-se pelo projeto e providenciou a contratação de Alfredo Mornay (topógrafo) que deu início aos levantamentos necessários, inclusive na Serra do Mar. A morte prematura de Fromm, em 1847, ocasiona o abandono do projeto que, em 1856, passará às mãos de Irineu Evangelista, já detentor do título de Barão de Mauá (conferido por Dom Pedro II — quando da inauguração da primeira estrada de ferro construída no Brasil, em 1854, ligando o atual porto de Mauá às raízes da Serra de Petrópolis). Essa estrada foi totalmente construída com recursos próprios de Mauá, que pretendia demonstrar às autoridades do Império a viabilidade e necessidade deste meio de transporte para acelerar o desenvolvimento do país.

Não era, portanto, Mauá um iniciante no ramo quando resolve dar continuidade aos estudos e levantamentos iniciados por Fromm e Mornay. Ainda em 1856 o Governo Imperial define as condições para concessão de exploração de empresas de transporte ferroviário no Brasil. As condições eram bastante favoráveis, com garantia de juros de 5% ao ano sobre o capital investido e o privilégio de exploração por 90 anos.

A concessão para exploração da estrada de ferro é concedida a Mauá e mais dois sócios: José de Costa Carvalho, e Marquês de Porto Alegre, e José Antonio Bueno, o Marquês de São Vicente. Por fatalidade ambos falecem em curto espaço de tempo, inviabilizando a formação de uma empresa nacional, obrigando Mauá a buscar, no exterior, recursos para dar início às obras.

Os ingleses, na época contruindo diversas ferrovias na África, Ásia e América Latina, de há muito demonstravam interesse semelhante ao de Mauá. Desta forma surge em Londres, em 1860, a São

Paulo Railway Company que, de imediato exige a transferência da concessão para seu domínio. Àquela altura, Mauá já havia gasto cerca de 25.000 libras em recursos próprios, na conclusão dos levantamentos topográficos e a abertura de caminhos para transporte de material e mão-de obra.

Obcecado pelo andamento das obras Mauá concorda com todas as exigências da empresa inglesa, assina documentos duvidosos e injeta recursos próprios em quantidade crescente.

As dificuldades encontradas nos trabalhos da Serra fazem com que Mauá esteja frequentemente na Região, passando em São Paulo longos períodos. Em 1862 adquire em Pilar (atual Município de Mauá) fazenda da família Ortiz, onde nasceu João José Barbosa Ortiz, o Capitão João, hoje nome de uma das principais ruas do Município. Vislumbrando a valorização da região, aos poucos foi adquirindo terras vizinhas, chegando a constituir importante patrimônio de terras nas proximidades das obras da ferrovia. Remanescente destas propriedades é o famoso **casarão do Barão** que abriga em Mauá, atualmente, a Casa da Cultura e Museu Barão de Mauá.

No final de 1866, após seis anos de trabalhos intensos na tentativa de transpor a Serra, as obras começam a diminuir de ritmo, a SPR, à beira da falência, suspende pagamentos, dispensa funcionários e paralisa quase todas as obras. Para agravar a situação, o governo provincial, numa atitude inusitada, começa a construção de uma rodovia, seguindo traçado paralelo à ferrovia e oferecendo salários e condições mais vantajosas àqueles que ainda permaneciam nas obras da SPR. As dívidas acumuladas ultrapassam as 200.000 libras e, apesar da SPR não ter reembolsado Mauá em oportunidades anteriores, este, numa atitude só explicável pela paixão de ver seu sonho concretizado, passa a ser o único financiador das obras até sua conclusão, utilizando-se de grande soma de recursos de seu Banco, o Banco Mauá & C.

Este Banco, fundado em 1855, transformou-se rapidamente no mais importante banco brasileiro, possuindo filiais em todas as capitais das vinte províncias brasileiras, além de uma vasta rede no exterior em cidades como: Londres, Manchester, Paris, Nova York, Buenos Aires e Rosário. A fama da solidez do Banco atingiu tal nível que Júlio Verne, na imortal **Volta ao Mundo em 80 Dias**, fez com que seu personagem principal, Mr. Foggs, possuísse conta corrente no Banco de Mauá.

Após a inauguração oficial da estrada, em 16 de fevereiro de 1867, Mauá dará início à mais tormentosa missão de sua vida: obter na Justiça o ressarcimento de seus créditos junto à SPR. A empresa inglesa rebate suas pretensões, alegando impropriedade e remetendo a causa para os tribunais ingleses, sob alegação de ser em Londres sua sede.

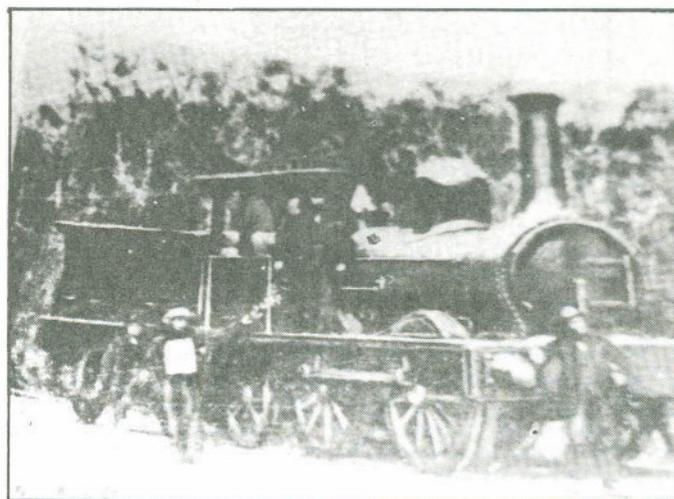
Apesar de tudo Mauá vai à luta nos tribunais londrinos acreditando, segundo seu próprio relato, na "decisão de juizes honestos e independentes que possam decidir se o meu dinheiro foi confiscado para levar-se a cabo a estrada de ferro da Companhia". A decisão da justiça inglesa foi fulminante; ignorando os documentos apresentados por Mauá, concluiu pela caducidade do apelo - o prazo legal para reclamar uma dívida em tribunais ingleses era de cinco anos - somente nos tribunais brasileiros a SPR conseguira protelar por mais de dez anos o andamento dos processos.

Tardiamente, iria Mauá compreender que as razões de seu infortúnio estavam no bojo dos ideais de liberalismo econômico que defendeu por toda a sua existência. A ideologia liberal, ontem como hoje, em seu cerne pressupõe a permanência das formas clássicas de dominação e exploração econômica. A nível internacional, o liberalismo implica uma divisão rígida entre países detentores do capital e aqueles, como o Brasil, fornecedores de mão-de-obra e matéria-prima baratas. A nível interno privilegia a manutenção do poder nas mãos confiáveis das classes detentoras dos meios de produção, daí a defesa da livre iniciativa e a ojeriza ao papel do Estado como ponto de equilíbrio entre capital e trabalho.

Caso semelhante, o que demonstra o infortúnio de Mauá não ser fato isolado acontecerá nos primeiros anos da República, em Alagoas, onde Delmiro Gouveia pagaria a sua própria vida a tentativa de implantar no Nordeste um complexo industrial voltado à produção de fios e tecidos, concorrendo com a poderosa Machine Cottons.

Falido, Mauá retira-se para Petrópolis, onde uma nova obsessão toma o resto de seus dias: pagar sua dívidas com o saldo da venda dos negócios em que estava envolvido. Praticamente todos seus empreendimentos acabariam de posse de grandes empresas inglesas. Nos últimos meses de vida, esquecido e empobrecido, sustenta a família trabalhando como corretor de café.

Ao mesmo tempo a SPR contabilizava crescentes saldos com o rápido sucesso na utilização da ferrovia no transporte de cargas e passageiros. Os dados coletados por Richard Morse⁽⁴⁾ são eloquentes nestes aspectos e demonstram o acerto das previsões de Mauá quanto ao potencial de seu projeto:



Locomotiva importada da Inglaterra, em foto do final da década de 70, do século passado. Era assim a ferrovia que servia São Caetano e os demais Municípios da região no período da colonização italiana na cidade.

Ano	Total de Passageiros	Toneladas de Mercadorias	Saldo
1867	28.707	26.114	932:283\$414
1868	51.215	60.199	1.143:622\$371
1869	69.186	78.065	1.440:315\$616
1870	75.399	68.433	1.187:425\$106
1880	130.584	177.482	2.577:730\$530
1890	422.355	607.309	4.007:503\$880

De acordo com a tradição nacional, o reconhecimento oficial a Mauá, em forma de homenagem, aconteceria muitos anos após a sua morte. Aqui no ABC, desde a inauguração em 1883 de uma estação ferroviária, na localidade de Pilar, era comum à população a ela referir-se como a estação do Mauá⁽⁵⁾. Em 1926 seria oficializado o nome Mauá à pequena vila, então pertencente à área geográfica do Município de São Bernardo.

O desconhecimento da importância de Mauá entre nós faz parte da tragédia cultural que se abate sobre o país, cuja triste sina, ao ignorar seus personagens e sua memória, é repetir erros históricos, desmerecer seus filhos e destruir suas autênticas raízes.

(*) Antônio de Andrade, natural de São Caetano do Sul, é formado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. É pós-graduado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e em Administração Pública, pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Possui Mestrado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Exerce atividades profissionais na Cetesb. É membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Notas

1 - Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá e Cia. e ao público. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C., 1878, p. 50.

2 - Idem, p. 8.

3 - Coube a Mauá a idéia de impulsionar os vagões pelo sistema funicular, engenhoso complexo de máquinas fixas que através de cabos de aço sustentavam os vagões num trecho de 10 km, na subida e descida da Serra. No Alto da Serra (atual Paranapiacaba) foi construído um acampamento para aproximadamente 5.000 trabalhadores. O comando das obras ficou sob responsabilidade do engenheiro inglês Daniel Fox que, na Europa, chefiara a construção da ferrovia ligando a França à Espanha através dos Pirineus.

4 - MORSE, Richard M. De Comunidade a Metrópole - Biografia de São Paulo. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1954, pp. 161 e 180.

5 - As estações Pilar e São Caetano foram inauguradas no mesmo ano, 1883, após 16 anos de inauguração da ferrovia. Até então, toda a Região do atual ABC era atendida pela estação São Bernardo (atual Santo André), localizada a cerca de 7 quilômetros do principal núcleo da Freguesia de São Bernardo, a então Vila de São Bernardo.

Brasão e bandeira de São Caetano do Sul (origem, cronologia e crítica)

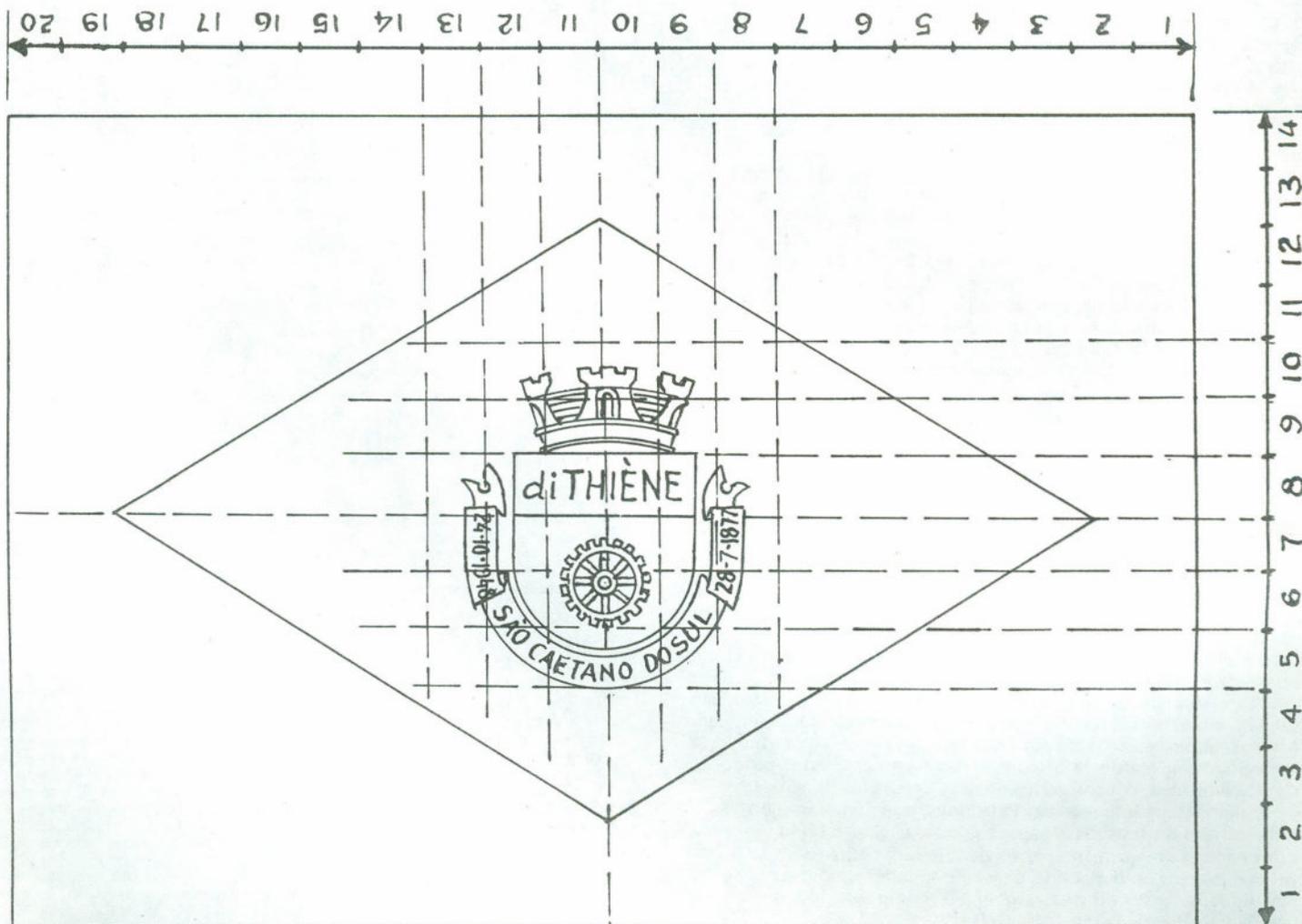
Valdenizio PETROLI (*)

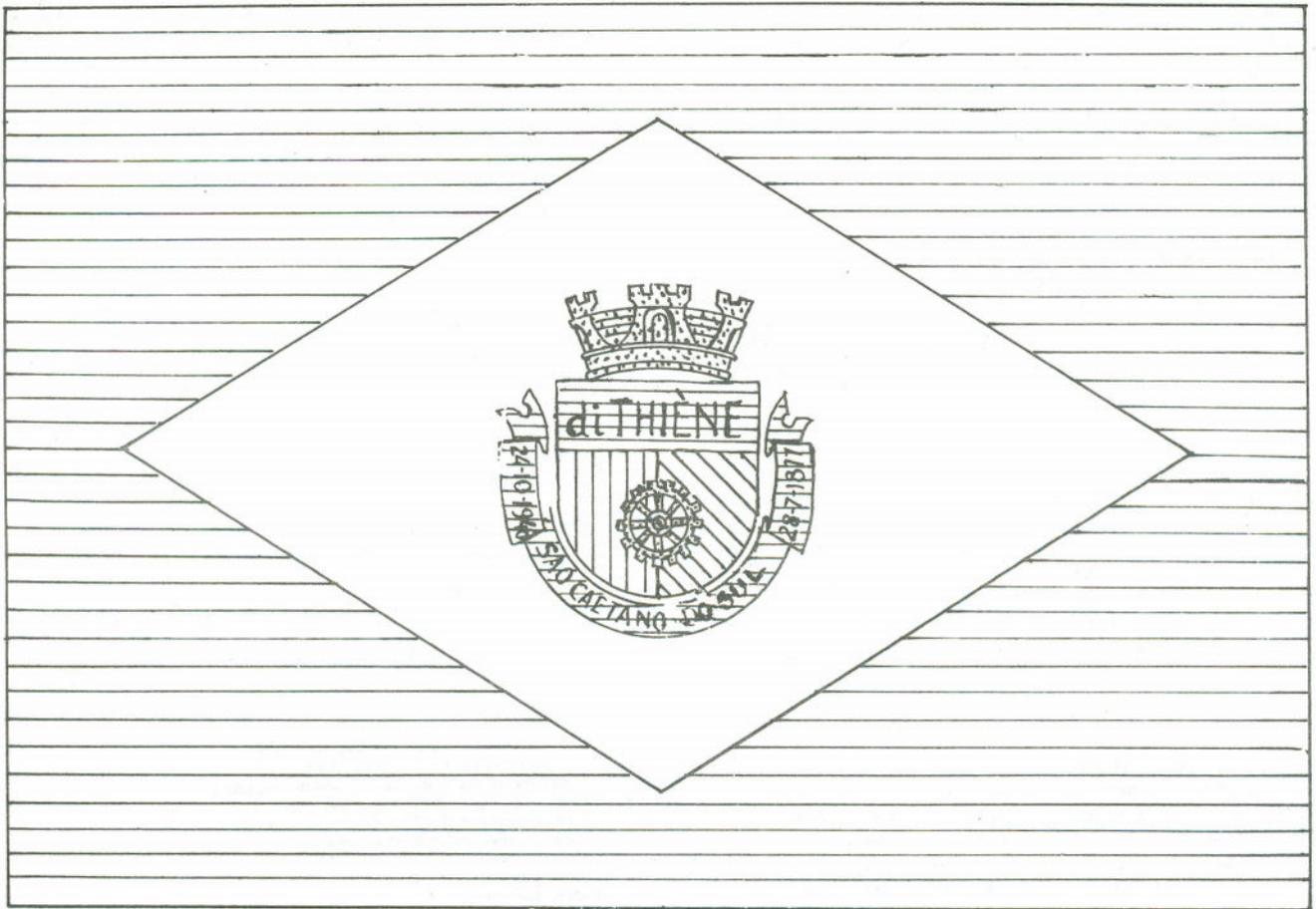
A bandeira e os brasões, ou pedras d'armas, são os símbolos que personalizam os municípios. Eles são idealizados com o objetivo de cultivar as tradições, costumes e nobilitar o sentimento cívico. A origem do uso de brasões perde-se na História, e está presente em quase todos os povos. Em São Caetano do Sul, o brasão de armas do município foi criado em 1950 e a bandeira, em 1953.

A Heráldica, ciência das figuras e cores do escudo de armas, registra o uso de símbolos pelos povos primitivos, que filiavam seus clãs a um antepassado mítico comum. Os símbolos usados eram o mais diversos: animais (serpente, leão, tigre, carneiro, javali, águia e boi), plantas (flor de loto, oliveira, laranja, lírio e uva), Sol, Lua, etc. Em algumas observações arqueológicas, descobriu-se que os

sumérios usavam estandarte por volta do ano 3.500 AC. No Egito, as primitivas tribos de origem afro-asiática usavam objetos como símbolo grupal, que eram, mesmo tempo, um amuleto protetor, com o "Boi Apis", ou a cobra Naja. Assim aconteceu com os romanos, gregos, macedônios, assírios, etc.

No século XI, época das Cruzadas, o uso de brasões e estandarte tornou-se mais usual, para identificar os senhores feudais e seu séquito. Evoluíram com o tempo e tornaram-se algo habitual para identificar os diversos reinos ou famílias, tornando-se propriedade hereditária. A partir do século XVIII, independente das dinastias ou reinados, os brasões passaram a identificar o Estado e as nações. Nesse séculos, todos os países possuem seus brasões, bandeiras e hinos como símbolo de soberania; por extensão, algumas famílias e empre-





Desenho original da bandeira do Município, assinada por Salvador Thaumaturgo.

sas comerciais, cujos logotipos substituem os tradicionais brasões elaborados de acordo com as normas da Heráldica.

Tradição Lusa

O uso de brasões e bandeiras em Portugal, nos séculos XVI e seguintes não foi diferente dos demais países europeus. Os símbolos pertenciam ao rei, e eram usados durante todo o seu reinado. Assim, tivemos os brasões e bandeiras de D. Afonso Henrique, D. João I, D. Manuel, etc. Quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, trazia a bandeira da Ordem de Cristo: de fundo branco, com uma cruz de Malta em vermelho vivo. Essa bandeira foi hasteada, até 1649, no Brasil. "A Bandeira da Ordem de Cristo é a primeira entre aquelas que fogem à linha genética do pavilhão português, isto é, foi elaborada a partir de um esquema cultural diverso daquele que orientou o nascimento das insígnias lusas."⁽¹⁾

Durante o período colonial tivemos em uso diversos brasões e bandeiras. Depois da independência, D. Pedro I recomendou ao pintor Debret que projetasse a bandeira e brasão do Império. Assim, seguindo as tradições lusas, no brasão do império aparecem figuras tomadas da terra: ramo de café e fumo — principais fontes de riqueza da época. Nos períodos colonial e do Império não se criou uma tradição heráldica, porque as províncias não gozavam de maior autonomia.

Com a proclamação da República, o Brasil ganhou nova bandeira e novo brasão de armas. A Constituição de 1891 transformou as antigas províncias em estados federados, e esses organizaram os seus municípios. E, de forma ainda que tímida, os estados e municípios começaram aos poucos a adotar seus símbolos. Porém, a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, de forma autoritária e centralista, inspirada nos regimes facistas existentes na Europa, determinava em seu artigo 2º: "A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais."⁽²⁾

Símbolos próprios

O valor desses símbolos foi reconhecido após a queda de Getúlio

Vargas em 1945. A Constituição de 1946 permitia em seu artigo 195, parágrafo único, que os estados e os municípios pudessem ter símbolos próprios", o que foi novamente garantido pela Constituição de 1988, em seu artigo 13, parágrafo 2º. (3)

Com a redemocratização de 1946, novos municípios surgiram no Brasil. A luta pela autonomia de São Caetano do Sul foi retomada, após um longo período de hibernação prolongada pela ditadura Vargas. Em 24 de agosto de 1948, aconteceu o plebiscito vitorioso e, no dia 1.º de janeiro de 1949, a instalação do novo município. O primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino tomou posse no dia 3 de abril de 1949, e já nos primeiros dias preocupou-se com a criação do brasão e da bandeira.

No dia 27 de maio de 1949, portanto 54 dias após a sua posse, Pellegrino promulgou a lei nº 10, no qual a municipalidade é autorizada "a abrir concurso público entre artistas brasileiros, para ereção legal do escudo e bandeira do Município". (4) Contudo, não foi realizado nenhum concurso e, em consulta ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ao Instituto Genealógico Brasileiro, foi indicado o calígrafo e desenhista Salvador Thaumaturgo, residente em São Paulo como "hábil e esforçado artista, especializado em questões heráldicas". E, assim, no dia 19 de outubro de 1949, ele assinou contrato para confecção de escudo d'armas do Município, cobrando pelos serviços a importância de seis mil cruzeiros.

Justificativa do brasão

Dois meses depois de contratado, Salvador Thaumaturgo, apresentou os desenhos e a justificativa do brasão: a forma do escudo, como manda a codificação heráldica de origem portuguesa. "A cor verde representa o primitivo Campo de Piratininga e o vermelho, o sangue derramado para a sua conquista e, por analogia, as cores da bandeira da Península Itálica que forneceu o maior contingente dos fundadores do antigo povoado, hoje próspero município", justificou Thaumaturgo, acrescentando: "A engrenagem de ouro, símbolo tradicional da indústria, representa a vida atual do município, um dos mais importantes centros industriais do país. O chefe de

azul representa a ideologia dos seus habitantes e o apelido Di Thiène, e o símbolo do nome do município, ou seja, a identificação de São Caetano Di Thiène, padroeiro da cidade". (5)

A coroa mural de ouro é o símbolo de independência municipal: os dizeres no listel azul fazem lembrar as datas da fundação e do histórico plebiscito que deu a São Caetano do Sul a sua tão desejada emancipação.

Assim, pela lei n.º 72, de 10 de março de 1950, foi instituído o Brasão de Armas do Município de "uso obrigatório em todos os documentos e papéis oficiais da municipalidade, podendo ser ostentado nos automóveis de uso do Prefeito, do Presidente e dos Vereadores da Câmara Municipal". (6) A lei aprovou o brasão, mas não tratou da bandeira, embora Salvador Thaumaturgo, tenha também apresentado o projeto: fundo azul, tendo no centro um losango de branco, carregado com o escudo do Município em suas cores, substituindo-se o ouro pelo amarelo, nas medidas proporcionais de 14 módulos de altura por 20 módulos de comprimento.

Para solucionar o problema da bandeira foi noemada uma Comissão pelo prefeito Pellegrino formada por Accácio Novaes, presidente da Sociedade Amigos de São Caetano do Sul; Benedito Moura Branco, diretor Administrativo; Henio Pavani, topógrafo da Prefeitura; Horácio Pires, presidente do Clube Comercial, e os vereadores Conchetto Constantino e Olga Montanari de Mello. (7) Depois de vários debates, achou-se por bem adotar o projeto de Salvador Thaumaturgo. (8) E, o prefeito Anacleto Campanella tomou a iniciativa de promulgar a lei n.º 356, de julho de 1953, instituindo a Bandeira do Município de São Caetano do Sul, de acordo com o trabalho do artista. (9)

Crítica ao brasão

Apesar de existir há 40 anos, o brasão de armas do Município necessita de algumas reformulações, pois não está de acordo com a Heráldica. É o caso da coroa mural, que deveria ser representada corretamente com cinco torres visíveis, toda em metal prata, com os portões e janelas sable (preto). Para as cidades que são capitais de estado, a coroa mural, também com cinco torres visíveis, deve

ser em metal ouro (amarelo), com os portões e janelas de goles (vermelho). No atual brasão de armas de São Caetano, a coroa mural apresenta três torres visíveis em amarelo, ou seja, símbolo de aldeia, e não há proporção entre a coroa mural e altura do brasão de armas.

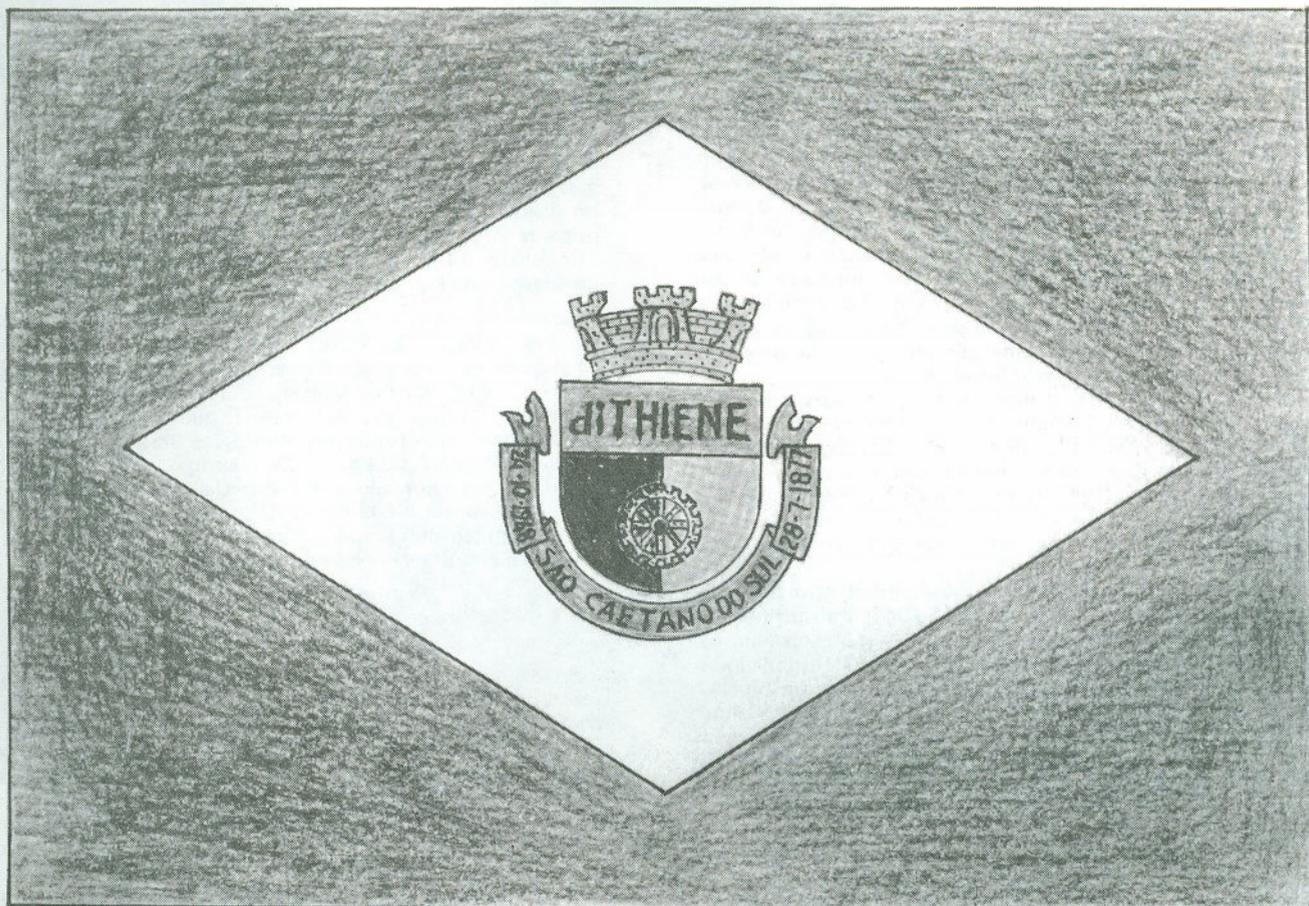
Num estudo elaborado pelo heraldista Arthur Luponi, ele aponta outros erros, como o listel onde aparece a data da emancipação e da fundação da cidade. Esse listel em esmalte blau (azul), deveria, heraldicamente, ser em esmalte goles (vermelho) ou em esmalte sinopla (verde), por serem essas as cores dominantes nos escudos ibéricos. E as datas estão gravadas ao contrário: primeiro a da fundação, e depois a da emancipação. Ao mesmo tempo, dever-se-ia eliminar o filete de ouro nos bordos (interno e extenos) do listel. (10)

Todavia, em sua quase totalidade, os brasões de municípios brasileiros possuem quatro torres apenas. O próprio historiador Affonso de Escagnole Taunay, autor de grande número de brasões de cidades paulistas, adotou como norma quatro torres, como também o pintor e historiador Benedito Calixto, que desenhou os brasões dos municípios de São Vicente, Itanhaém e Santos. Em 1972, depois de um estudo realizado pelo historiador Octaviano Armando Gaiarsa, o Município de Santo André modificou o seu brasão.

(*) Valdenízio Petrolli, jornalista e advogado, obteve o título de Mestre em Comunicação social com a dissertação "História da Imprensa no ABC paulista" (IMS, 1983). É membro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e da Sociedade Brasileira Eslavística.

Notas

- 1 COIMBRA, Raimundo Olavo. *A bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais*. 2.ª ed. rev. e atual, Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- 2 BRASIL. *CONSTITUIÇÃO. Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília, Senado Federal — Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- 3 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo, Saraiva, 1988.
- 4 Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, processo n.º 1.240/49, de 18/5/49.
- 5 Idem, processo n.º 064/50, de 11/150.
- 6 Idem, processo n.º 1.751/50, de 31/5/50.
- 7 Idem, processo n.º 2.688/50, de 12/8/50.
- 8 Idem, processo n.º 1.285/51, de 17/4/51.
- 9 Idem, processo n.º 3.713/53, de 25/7/53.
- 10 Idem, processo n.º 050/80, de 2/1/80.



A família de Fernando Capuano

Mário BOTTEON (*)



Nesta foto, de 1914, o casal Ferdinando Capuano e Joana Botteon Capuano, ambos originários da Itália, com a filha mais velha, Adelaide (que foi casada com Antonio Moretti) e a menina Tereza (falecida aos dois anos de idade). Os rapazes, pela ordem de idade, são Francisco, Feliciano e Caetano, todos nascidos em São Caetano. Por muitos anos, jogaram no São Caetano Esporte Clube. Ficou faltando na foto a caçula da família, Carmela, hoje com mais de 70 anos, residente em Santos.

Duas curiosidades marcaram esta família de São Caetano. Quando faleceu em 1987, com 84 anos de idade, Caetano Capuano já

havia sido um consagrado futebolista que formava o quinteto de ataque do Clube Sírio, que disputava a Primeira Divisão com Caetano, Waldemar de Brito, Petronilho, Pedrinho e Farah. O Caetano foi o primeiro sancaetanense a sagrar-se campeão, na década de 20, pela Federação Paulista de Futebol. A segunda curiosidade é que o padre Capra, quando se sentiu mal na Matriz Velha, foi socorrido e transportado para a residência dos Capuanos, à rua 28 de Julho. Foi lá que ele faleceu, para consternação geral dos fiéis.

(*) Mário Botteon, ator do antigo Teatro Operário do Sesi, autor teatral, é colunista do Jornal São Caetano e neto de Giacomo Dalcin, um dos fundadores de São Caetano do Sul.

Homenagem

Ângelo Raphael Pellegrino

Sônia Maria FRANCO XAVIER (*)

Corria o ano de 1981, e havíamos iniciado, há alguns meses, nosso trabalho frente ao Museu de São Caetano, onde propúnhamos o desenvolvimento de várias correntes de pesquisa para o enriquecimento de seu acervo. Uma delas, das mais importantes, seria através do testemunho de pessoas idosas que tinham vivido os primórdios desta cidade. Para o jovem, envolvido na luta cotidiana de uma realidade social imediata, a memória é apenas um exercício de lazer ou contemplação, uma fuga das lides que o solicitam intensamente a cada instante. Ao contrário, para o velho, a função mnemônica é a sua função social principal, repositório que é de referências sócio-culturais já definidas e sedimentadas.

Felizes ou infelizes, às vezes críticos e quase sempre analíticos, ideológicos ou não, os relatos dos mais vividos são fidedignos, já que despojados da influência de uma realidade na qual não mais atuam.

Sempre nos foi gratificante, ao fluir das entrevistas, sentir no olhar destas pessoas a emoção onírica de reviver imagens antigas sepultadas no inconsciente.

Imbuídos deste espírito, conhecemos Ângelo Raphael Pellegrino ao nos propormos entrevistar o primeiro prefeito de São Caetano. Tinha nessa época 88 anos de idade. Figura esguia, de elegância sóbria, gestos discretos e educados, falou-nos longamente sobre sua vida, impressionando-nos profundamente pela lucidez e modestia.

Contou-nos com orgulho ser filho de imigrantes italianos (Francisco Pellegrino e Domingas Anunciata Masulo Pellegrino) nascido a 26 de julho de 1891, em Jaqueira, Estado de Pernambuco, onde viveu sua infância e estudou na escola primária de sua cidade. O curso secundário foi feito em Recife, no Lineu Sagrado Coração de Jesus.



Homenagem ao prefeito Ângelo R. Pellegrino, organizada pela Liga de Esportes de São Caetano do Sul, em 1949. Dentre outras, estão presentes Olga Montanari de Melo, Manoel Neves e os jogadores do Arara e Flor do Mar.

Aos 20 anos de idade, foi para a Itália, onde se matriculou no Instituto Técnico de Caserta, cidade próxima a Nápoles. Em 1915, ingressou na Universidade de Turim, de onde se transferiu por viver na Itália um período de guerra. Foi então completar o seu curso de engenharia na École d'Ingénieurs da Universidade de Lausanne (Suíça) onde se diplomou, em 19-06-1919, engenheiro electricista.

Terminado o curso, retornou ao Brasil, indo para a casa de seus pais em Pernambuco, à procura de trabalho. Trazia sua especialização, mas enfrentava dificuldades, pois o país vivia um período de instabilidade causada pela 1ª Guerra Mundial. Não conseguindo trabalho por lá, veio para São Paulo, onde começou a trabalhar na Companhia Paulista de Juta, ganhando 400 mil réis por mês. Era um bom salário para a época.

No ano de 1921, veio para São Caetano do Sul, para trabalhar na Cerâmica São Caetano Ltda. com um salário de um conto de réis mensais, tendo disputado o cargo de gerente com mais onze outros candidatos.

Deixou a Cerâmica, quando esta trocou sua direção para Roberto Simonsen e Armando Arruda Pereira, seus novos proprietários, que também a transformaram em Cerâmica São Caetano S/A. Começou, então, uma atividade independente de construtor de casas populares, mudando-se para Campos de Jordão, por 2 anos.

Em 1925 foi nomeado engenheiro de obras junto à Prefeitura de Amparo.

"Quem bebe da água de São Caetano, fica batizado..." Em 1926, voltou para ficar. Aqui reiniciou a construção de casas populares, incrementando o crescimento de nossa cidade. Juntamente com o sr. José Rossetti, adquiriu áreas de terreno e procedeu à abertura das atuais ruas São Francisco, Margarido Pires e Joaquim Nabuco.

dades Amigos de São Caetano e, deste agrupamento, nasceram as idéias de autonomia que, embrionárias em 1928, agora ganhavam um campo fértil.

Apesar da riqueza da localidade e das elevadas somas recolhidas aos cofres de Santo André, permanecia São Caetano abandonada. A sociedade melhor organizada já não aceitava conviver com uma cidade onde só existiam problemas. Faltavam escolas, hospitais; a iluminação era precária, o serviço de água e esgoto, insuficiente; ruas calçadas, bem poucas existiam; nem o largo da Matriz nova possuía sequer uma árvore para disfarçar o seu aspecto melancólico e pobre. Sujieira por toda parte. Como conseqüência, a idéia de liberdade surge com grande força.

A semente da autonomia, lançada em 1928 (separação de São Caetano de São Bernardo), agora, 20 anos depois, crescia e encontrava apoio em todo o povo que, bem orientado pela Sociedade Amigos de São Caetano e pelo Jornal de São Caetano, ia se organizando em um bonito movimento cívico de democrático, culminando com o plebiscito de 24 de outubro de 1948 que sufragou o desejo do povo pela sua independência. (Nesta época subdistrito de Santo André). Ângelo Raphael Pellegrino era membro da Sociedade Amigos de São Caetano.

São Caetano tornou-se um município independente. A sua instalação se deu em 1º de janeiro de 1949. Era necessária uma eleição para a escolha dos dois poderes: — o Legislativo e o Executivo.

Surge aí o nome de Ângelo Raphael Pellegrino que, atendendo ao apelo da população, aceita sair como candidato a prefeito na condição de elemento apolítico, sendo o representante da coligação autonomista. Eram os partidos: PSP, PR, PSD, PRF, UDN, PTN e PDC. O PTB lançou o candidato adversário, José Luiz Flaquer Neto.



Dizem vários moradores antigos que estas casas eram vendidas a preços acessíveis, e com grandes facilidades de pagamento. As primeiras casas construídas por ele eram próximas de sua residência, na rua Espírito Santo, esquina com a Monte Alegre.

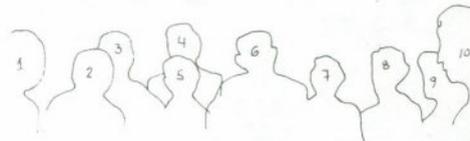
Em 1930, casou-se com Nelly Guilhermina Akesson Pellegrino e teve um filho, Ivo Pellegrino, químico e advogado. Viveram sempre pacatamente, na bonita casa da rua Espírito Santo, com a preocupação de melhorar a cidade. Ajudou a fundar o Hospital São Caetano; tendo sido seu primeiro presidente e, posteriormente, membro do conselho.

Foi um dos fundadores da Cerâmica Ita Brasil S/A. que se impôs pela qualidade de seus produtos, conquistando um grande mercado. Ficava à Rua Major Carlos Del Prete nº 400, e encerrou suas atividades em 1966.

Fundou, também, em 1944 a firma Lavras Santo Amaro Ltda., sediada, a princípio, em Santo Amaro e atualmente, à rua São Francisco nº 326; foi, por muitos anos, seu administrador e quotista.

São Caetano cresceu economicamente; as indústrias foram se avolumando, a sociedade organizou-se, surgiram os jornais, as Socie-

- 1 - Bruno Biscolo
- 2 - Daniel Giardulo
- 3 - José Salvatore Neto
- 4 - Eneas Chiochetti
- 5 - Benedito Moura Branco
- 6 - Angelo Rafael Pellegrino
- 7 - José Bonifácio de Carvalho
- 8 - Irene Martins
- 9 - Zélia Santana de Rezende
- 10 - Antonio Russo



Entrega de uma estatueta de bronze a Ângelo Raphael Pellegrino, em 28 de março de 1953.

A primeira eleição municipal aconteceu no dia 13 de março de 1949, tendo Ângelo Raphael Pellegrino recebido 4.094 votos, e seu adversário, 1.017 votos. Foram eleitos para vereadores: Antonio Dardis Neto (PSP), Oswaldo Samuel Massei (PTB), Luiz Rodrigues Neves (PSD), Jordano P. S. Vincenzi (UDN), Lauriston Garcia (PR), Jacob João Lorenzini (PSP), Geraldo Cambauva (UDN), Vitorio Marcucci (PTB), Accácio Novais (PSD), Moyses Chapeval (UDN), Arthur Zago (PSD), Arlindo Marchetti (PR), Bento Vellages Regis (PTN), Alfredo Rodrigues (PTB), Oswaldo Bisquolo (PSP), Giacomio Garbelotto Netto (PSP), Olga Montanari de Melo (UDN), José Lopes Filho (PSP), Mário Rades (PTN), Concetto Constantino (PSP) e Genésio Carlos Alvarenga (PSP).

São Caetano, a partir de 3 de abril de 1940, empossou legitimamente o seu primeiro prefeito e a Câmara de vereadores.

São palavras de Pellegrino: "Eis que no prédio de dois andares da rua Pará, onde estava instalada a Subprefeitura, tudo o que encontré foi um balcão com uma máquina registradora; na parte superior, uma mesa e duas cadeiras. Ao lado, com todas as suas deficiências, o serviço de Pronto Socorro. Nos cofres, dinheiro algum. Funcionários de Santo André, transferidos por força de disposição legal, alguns nos seus serviços próprios, outros completamente desorientados, acotovelavam-se, esperando ordens"

Assim iniciou sua administração. Os problemas e as necessidades públicas emergiam em abundância, reclamando soluções imediatas. Era a vida dinâmica do Município a prosseguir em sua marcha sequiosa de progresso, sem conceder um breve pausa para que ele pudesse recolher seguramente as rédeas da administração pública. São Caetano não podia parar...

Fizeram parte do primeiro corpo administrativo: Benedito Moura Branco, chefe de Gabinete; José Salvatore Netto, diretor de Obras, José Calazans de Campos, diretor Administrativo; Felipe Menezes, procurador Jurídico, sucedido por Enéas Chiochetti; José Bonifácio de Carvalho, tesoureiro; Daniel Giardullo, diretor da Fazenda.

Dois meses depois, contando já com alguns recursos — advindos da boa vontade da maioria dos municípios, a sede da Prefeitura foi transferida para a rua Baraldi, esquina com a rua Rio Grande do Sul.

O primeiro ano de vida do novo Município foi o mais difícil, mas os obstáculos foram sendo vencidos, um a um, e a máquina administrativa aparelhada foi atacando os vários serviços públicos, preferencialmente os que careciam de maior urgência, como foi o caso da água, fornecida por Santo André de forma precária e insuficiente.

Vários estudos foram feitos. Tentou-se a captação de água da represa Rudge, que não foi possível face à poluição do rio dos Meninos, agravada pelas secas e, ainda, para não prejudicar as indústrias ribeirinhas.

Foi difícil solucionar este problema. Pellegrino fez acordos com o Estado, e um deles melhorou a distribuição de água do Município com a construção da estação de tratamento de Sapopemba. Construíram-se obras de junção da linha — tronco do Serviço de Água de Santo André à adutora do Rio Claro. Isto custou grandes sacrifícios à Prefeitura de São Caetano, que teve de arcar com 90% dos gastos,

e São Bernardo com 20%. Mesmo assim, ele não achou que o abastecimento da cidade estava totalmente solucionado. Foram construídos 10.287 metros lineares de rede de água, e 811 metros lineares de galerias de águas pluviais. Sua ação frente à administração de São Caetano, diz-se que foi quase toda **subterrânea**: Construiu também um emissário central de esgoto no Rio Tamanduateí e, paralelamente, desenvolveu a rede de esgotos, com a construção de 11.152 metros lineares.

No campo da Educação foram construídos três prédios para grupos escolares: Grupo Escolar "Sylvio Romero", Grupo Escolar 23 de Julho, na Vila Barcelona, e o D. Benedito P. A. de Souza, na Vila Paula. Desapropriou o terreno na rua Maranhão para a construção do Grupo Escolar Bartholomeu da Silva. Construiu um prédio para o jardim de infância anexo ao Grupo Escolar Sylvio Romero.

Pellegrino organizou a Prefeitura, construiu a Garagem Municipal, o Canil e o Laboratório de Hidrômetros e, ainda, a ponte sobre o Córrego do Moinho, e o coreto na Praça Cardeal Arcoverde. Executou obras de pavimentação e iluminação em várias ruas do Município. Deixou um total de 52.950,34 metros quadrados do calçamentos.

No campo da assistência social criou o Samdu, que funcionava em quatro salas alugadas do Hospital São Caetano. A cidade contava também com um serviço de Pronto Socorro, com cinco médicos, e sete enfermeiras, uma atendente e quatro motoristas. Duas ambulâncias estavam de prontidão, 24 horas por dia.

Adquiriu uma frota de carros composta de caminhões, basculantes, motoniveladora, ambulâncias e um carro de passeio.

Colaborou na fundação do Rotary Club de São Caetano em 1951, do qual foi sendo continuamente eleito "sócio-honorário" e na fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, tornando-se sócio-remido.

Em 1954, teve a grande satisfação de ser um dos fundadores da Companhia Telefônica da Borda do Campo e, ainda, foi eleito Diretor Técnico, cargo que veio mantendo sucessivamente, até o 1º de março de 1973, data em que requereu a aposentadoria.

Em 1974, por ocasião das comemorações do Dia do Engenheiro, foi eleito pelos colegas Engenheiro do ABC, título outorgado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC.

Pela resolução n: 309, de 11.10.61, foi certificado que a Câmara Municipal de São Caetano do Sul lhe conferiu o título de cidadão Sulsancaetanense, título que lhe foi entregue solenemente em 27 de Julho de 1962.

Pellegrino foi grande incentivador do esporte, segundo depoimento de Umberto Cecatto, que com ele trabalhou como Presidente da Comissão Municipal de Esportes. Basta dizer que o atual Estádio Municipal teve seu terreno desapropriado e indicado para este fim durante o seu governo.

Ao término de seu mandato, assim se expressou: "Chegamos ao fim de nossa gestão, colocando a administração no pé em que deveria estar quando assumimos. A máquina administrativa aparelhada e as finanças do Município organizadas. Entregamo-la assim ao nosso sucessor, Anacleto Campanella, ao qual não falta entusiasmo e capacidade para levar avante o sonho de muitos anos do nobre



Ângelo R. Pellegrino, dando o pontapé inicial do torneio da liga de futebol composta pelos times Flor do Mar, Cruzada de Esportes, Tamoio, São Cristóvão, Atlético Corinthians, Jabaquara, Vila Prosperidade, Vila Bela e Vila Alpina (1949).



O prefeito Pellegrino, à mesa de trabalho, ladeado pelos assessores. Da esquerda para a direita: José Salvatore Netto; prof. Benedito de Moura Branco; Daniel Giardullo; José Bonifácio de Carvalho; Manoel Cláudio Novais e Enéas Chiochetti (31 de março de 1953).



Coligação Democrática Autonomista de São Caetano do Sul
 Partido Social Democrático - Partido de Renovação Popular - Partido Democrata Cristão (União)
 Legenda PSD-PRP

PARA PREFEITO
Angelo R. Pellegrino
 Candidato

Cada nome será uma garantia de que a Autonomia será sempre pugna da Defesa dos interesses populares e de tradição cívica do Brasil

1 - Bortolini
 2 - Mantovani
 3 - Dante
 4 - Moura Branco
 5 - Cecato
 6 - Pellegrino
 7 - Franzini
 8 - Centelha

Flagrante da proclamação do Esporte Clube São Caetano como campeão da Segunda Divisão, em 1949.

Cartaz da campanha eleitoral de 1949: o candidato da Coligação Democrática Autonomista de São Caetano do Sul, Angelo R. Pellegrino, estava sendo apresentado pela maioria dos partidos políticos. Candidatos a vereador que concorreram na chapa de Pellegrino: (1: filia) João Raimundo Piovesan; Luiz Rodrigues Neves; Arthur Zago,

Rubens Foina, José Salvetti; (2: filia) Manoel Inácio Martins, Paulo Ferreira Lopes, Alvaro de Souza Barberino, Antonio de Toledo Piza; (3: filia), Walter Scartozzoni, Gilliatt Rodrigues Giudice, Joanin Cartello; (4: filia) Accácio Novaes, Pedro C. Cardoso, Antonio Ladeira Filho, Rubens Darré, Geraldo Plates e Antonio Barbosa da Silva.

povo de São Caetano do Sul: tornar esta cidade um jardim. "Vestir e calçar o Príncipe dos novos Municípios Paulistas."

Ângelo Raphael Pellegrino é agora memória. Entra para a história de São Caetano do Sul pela porta da probidade e da honradez.

Deixou o filho, Ivo, a nora Dalva e o neto Raphael, sua alegria nos últimos anos.

Ao longo de todos esses anos, na documentação de inúmeros depoimentos mais diversos segmentos da sociedade desta cidade, jamais se ouviu algo desabonador a seu respeito. Pairou sempre acima das críticas.

Este nosso significativo exemplo de trabalho, deixou-nos a 1º de maio último. São coisas do destino. Fica a saudade.

(*) Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e faz parte do Grupo de Pesquisadores da Memória do ABC.

Notas

- 1) PELLEGRINO, Ângelo R. — Quatro Anos a Serviço de São Caetano do Sul (1949-1953), São Paulo, Gráfica Linotype, s/d.
- 2) BOSI, Eclea - Memória de Velhos, 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1979;
- 3) PELLEGRINO, Ivo - depoimento.

Em busca das próprias raízes

Revista italiana, publicada em Vittorio Veneto, denominada **Il Quindicinale**, estampou em seu último número ampla reportagem referente a São Caetano do Sul, relatando a visita realizada em setembro último, pelo presidente do Legislativo, Antonio José Dall'Anese pelo advogado Oscar Garbelotto e pelo agente consular da Itália na cidade, Giuseppe Casu. O título da matéria é **Alla ricerca delle proprie radici**, ou seja, Em busca das próprias raízes.

Além de destacar aspectos sociais e econômicos relativos a São Caetano, a publicação italiana observa que dois integrantes da delegação brasileira — Dall'Anese e Garbelotto — são descendentes de italianos de Vittorio Veneto. Garbelotto, por seu turno, é descendente direto dos fundadores do Município, que chegaram ao Brasil em 1877. O periódico italiano faz um registro amplo da revista **Raízes**, que foi entregue às autoridades municipais e ao Museu local, sublinhando a preocupação da Administração de São Caetano do Sul

em resgatar suas raízes históricas e estabelecer a ampliação do Museu Municipal neste governo.

A delegação de São Caetano esteve, ainda, em Thiene e Iglesias (Sardenha), outras duas cidades-irmãs do Município, tendo sido recebida pelas autoridades locais. Na oportunidade, dentre outros assuntos, foram mantidos entendimentos no sentido de as autoridades italianas cooperarem com o envio de reproduções e outros tipos de material para o futuro Museu Municipal, a ser construído no Espaço Verde Chico Mendes, no Bairro Cerâmica.

O prefeito Mário Botteon, de Vittorio Veneto, reiterou convite para que o prefeito de São Caetano do Sul, acompanhado de delegação oficial, visite a cidade-irmã durante o ano de 1990, com o objetivo de retribuir ao Município brasileiro a acolhida recebida em 1984, oportunidade em que foi assinado o documento para o **gemellaggio** entre as duas comunidades.

VITTORIO VENETO

7

Alla ricerca delle proprie radici

La visita ufficiosa della delegazione di S. Caetano Do Sul
Il prossimo anno la visita ufficiale

Uma delegação do Comune di S. Caetano do Sul ha tido visita à nossa cidade nos dias 28 e 30 setembro. Era composta de dr. Oscar Garbelotto delegato del Sindaco e direttore del costruendo nuovo museo cittadino, Antonio José Dall'Anese Presidente del Consiglio Comunale, dr. Giuseppe Casu Console onorario d'Italia e S. Caetano.

Della delegazione fanno parte due discendenti di emigranti del vittoriese

L'annunciata visita della delegazione della città gemellata di S. Caetano do Sul si è tramutata da ufficiale a causata da causa dell'impossibilità del Sindaco di Luis Olinto Tortoreto di parteciparvi. Egli infatti è impegnato nella campagna elettorale per l'elezione del Presidente della Repubblica. La visita ufficiale, come è stato concordato con gli Amministratori comunali di Vittorio Veneto, avrà luogo nel 1990. Scopo di questa visita è stato il primo approccio per ricercare le fonti storiche dell'emigrazione della fine del secolo scorso, quella migrazione che è alla base della città di S. Caetano do Sul. Non a senza sapere che a rappresentare il Sindaco sia primo inviato un discendente delle prime famiglie che nel 1877 fondarono il primo nucleo di quella che oggi è una città di 200.000 abitanti e di cui si è stato allargata la stretta misura di un nuovo museo storico della città. Il dr. Garbelotto fa parte della delegazione di una nuova visita, di cui ha portato alcune copie del **Raízes** che vuol dire **Radici**. Titolo che indica le ragioni delle sue pubblicazioni.

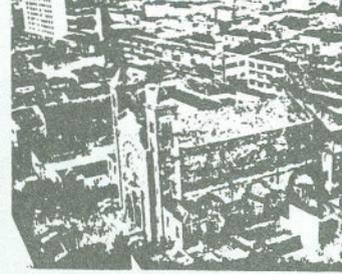
La famiglia Garbelotto è originaria di Cappella Maggiore. Il suo personaggio illustra della delegazione il signor Antonio José Dall'Anese la cui famiglia è emigrata da Vittorio nel primo dopoguerra. A S. Giacomo e a Cozzuolo vivono alcuni parenti degli e Presidenti del Consiglio Comunale di S. Caetano ed era stato candidato alla carica di Sindaco nelle ultime elezioni. Tra i sindaci c'è da ricordare Walter Brado, che ha ricoperto la carica quattro volte, di origine

ricoperta di questa storia e di questo siamo profondamente felici perché è un pezzo della nostra storia che continua nel tempo e che va ad alimentare la coerenza delle nuove generazioni su quei valori fondamentali che l'emigrazione con tutti i suoi drammi ha portato i valori di grande laboriosità, di un grande impegno, di una grande serietà, di una grande dedizione. I risultati che abbiamo visto anche nella realtà professionale dei nostri emigranti e di ricco contenuto e significazione della passione che sempre essi hanno dimostrato. Rindere a questa storia vuol dire riacendere l'amore verso questi nostri fratelli per alimentare la continuità dei nostri rapporti e delle nostre relazioni.

Abbiamo appreso con grande piacere della volontà del Sindaco di dedicare una sezione del loro museo alla storia della nostra emigrazione degli ultimi trent'anni del secolo scorso. È un patrimonio grandissimo che va ad improntarsi

re il valore della cultura di S. Caetano, ma anche della nostra città. Perché se è ben vero che non tutto è conosciuto della nuova generazione di S. Caetano è altrettanto vero che anche dalle nostre nuove generazioni non è conosciuta quella grande inibito di sacrificio e di testimonianza della civiltà della nostra gente nel mondo. Ricreare condizioni di promozione della conoscenza di questa realtà è di questo ricco patrimonio è un atto di grande animazione culturale che assicureremo, per quanto ci compete, offrendo la più ampia collaborazione e il miglior aiuto per fornire tutto quel materiale di ricerca storica che loro avessero bisogno.

Un augurio: che nel breve soggiorno possano cogliere alcune connotazioni di alcune bellezze della nostra città, dei suoi beni storico-monumentali e dei valori che questi esprimono e che sono i valori delle nostre comuni radici. Quindi un soggiorno sereno con



Panoramica della città di S. Caetano Do Sul

8

ALLA RICERCA DELLE PROPRIE RADICI

un grande auspicio che si rinnovi con il Vittorio Veneto che non abbiamo realizzato nel 1984 e S. Caetano. Ci accorderemo per questo. Il desiderio è vivo nella città.

Il desiderio di questo loro passaggio vogliamo offrire questo piccolo omaggio, la riproduzione del giornale della città di Vittorio Veneto che rappresenta la ricca storia che loro conoscono legata alla storia riorganizzata e alla storia della ricongiunta libertà dopo la dittatura fascista. E consegnando due libri alcune immagini: le più belle, le più vive, le più caratteristiche della nostra bellissima città, dico bellissima e lo dirò sempre, che amiamo chiamare città verde per la suggestività dei suoi paesaggi. E due medaglie commemorative di due eventi che si sono celebrati lo scorso anno: uno di ordine storico, quello del 70° della fine della prima guerra mondiale e uno di ordine culturale, il 150° della morte di Lorenzo Da Ponte tra l'altro un emigrante magno. Un insieme di piccole cose a testimonianza della simpatia e soprattutto del legame che vogliamo stabilire e che vogliamo mantenere sempre forte. E il messaggio di questa nostra presenza.

Prendiamo la parola il dr. Garbelotto, delegato del Sindaco di S. Caetano. Caro Mario Botteon il ringraziamento di questa accoglienza in nome del Sindaco di S. Caetano do Sul e in questa occasione siamo particolarmente felici e ci auguriamo di parlare più con il cuore che con le parole perché questa è la forma che voi italiani ci avete insegnato a parlare. Chiediamo scuse per la mancata presenza del Sindaco ma esprimiamo il grande desiderio di rivedere a S. Caetano e di venire a Vittorio Veneto ogni volta che sarà possibile perché il gemellaggio sia veramente un navigatore le nostre due comunità, le nostre radici culturali. In questa maniera aumenterà la conoscenza reciproca delle nostre due città perché possano crescere il legame tra S. Caetano e Vittorio Veneto.

Abbiamo portato una piccola pubblicazione che vuole servire per la ricerca delle radici, e questo è il titolo della rivista, in cui figurano i nomi di un Mario Botteon. È questa legge in segno della grande amicizia verso di voi e verso tutti i veneti, un popolo che è andato in tutto il mondo, in tutti i continenti. E vogliamo ricordarle la grande importanza che i veneti hanno avuto a S. Caetano do Sul. Possiamo

ALLA RICERCA DELLE PROPRIE RADICI

un grande auspicio che si rinnovi con il Vittorio Veneto che non abbiamo realizzato nel 1984 e S. Caetano. Ci accorderemo per questo. Il desiderio è vivo nella città.

Il desiderio di questo loro passaggio vogliamo offrire questo piccolo omaggio, la riproduzione del giornale della città di Vittorio Veneto che rappresenta la ricca storia che loro conoscono legata alla storia riorganizzata e alla storia della ricongiunta libertà dopo la dittatura fascista. E consegnando due libri alcune immagini: le più belle, le più vive, le più caratteristiche della nostra bellissima città, dico bellissima e lo dirò sempre, che amiamo chiamare città verde per la suggestività dei suoi paesaggi. E due medaglie commemorative di due eventi che si sono celebrati lo scorso anno: uno di ordine storico, quello del 70° della fine della prima guerra mondiale e uno di ordine culturale, il 150° della morte di Lorenzo Da Ponte tra l'altro un emigrante magno. Un insieme di piccole cose a testimonianza della simpatia e soprattutto del legame che vogliamo stabilire e che vogliamo mantenere sempre forte. E il messaggio di questa nostra presenza.

Prendiamo la parola il dr. Garbelotto, delegato del Sindaco di S. Caetano. Caro Mario Botteon il ringraziamento di questa accoglienza in nome del Sindaco di S. Caetano do Sul e in questa occasione siamo particolarmente felici e ci auguriamo di parlare più con il cuore che con le parole perché questa è la forma che voi italiani ci avete insegnato a parlare. Chiediamo scuse per la mancata presenza del Sindaco ma esprimiamo il grande desiderio di rivedere a S. Caetano e di venire a Vittorio Veneto ogni volta che sarà possibile perché il gemellaggio sia veramente un navigatore le nostre due comunità, le nostre radici culturali. In questa maniera aumenterà la conoscenza reciproca delle nostre due città perché possano crescere il legame tra S. Caetano e Vittorio Veneto.

Abbiamo portato una piccola pubblicazione che vuole servire per la ricerca delle radici, e questo è il titolo della rivista, in cui figurano i nomi di un Mario Botteon. È questa legge in segno della grande amicizia verso di voi e verso tutti i veneti, un popolo che è andato in tutto il mondo, in tutti i continenti. E vogliamo ricordarle la grande importanza che i veneti hanno avuto a S. Caetano do Sul. Possiamo

ALLA RICERCA DELLE PROPRIE RADICI

un grande auspicio che si rinnovi con il Vittorio Veneto che non abbiamo realizzato nel 1984 e S. Caetano. Ci accorderemo per questo. Il desiderio è vivo nella città.

Il desiderio di questo loro passaggio vogliamo offrire questo piccolo omaggio, la riproduzione del giornale della città di Vittorio Veneto che rappresenta la ricca storia che loro conoscono legata alla storia riorganizzata e alla storia della ricongiunta libertà dopo la dittatura fascista. E consegnando due libri alcune immagini: le più belle, le più vive, le più caratteristiche della nostra bellissima città, dico bellissima e lo dirò sempre, che amiamo chiamare città verde per la suggestività dei suoi paesaggi. E due medaglie commemorative di due eventi che si sono celebrati lo scorso anno: uno di ordine storico, quello del 70° della fine della prima guerra mondiale e uno di ordine culturale, il 150° della morte di Lorenzo Da Ponte tra l'altro un emigrante magno. Un insieme di piccole cose a testimonianza della simpatia e soprattutto del legame che vogliamo stabilire e che vogliamo mantenere sempre forte. E il messaggio di questa nostra presenza.

Prendiamo la parola il dr. Garbelotto, delegato del Sindaco di S. Caetano. Caro Mario Botteon il ringraziamento di questa accoglienza in nome del Sindaco di S. Caetano do Sul e in questa occasione siamo particolarmente felici e ci auguriamo di parlare più con il cuore che con le parole perché questa è la forma che voi italiani ci avete insegnato a parlare. Chiediamo scuse per la mancata presenza del Sindaco ma esprimiamo il grande desiderio di rivedere a S. Caetano e di venire a Vittorio Veneto ogni volta che sarà possibile perché il gemellaggio sia veramente un navigatore le nostre due comunità, le nostre radici culturali. In questa maniera aumenterà la conoscenza reciproca delle nostre due città perché possano crescere il legame tra S. Caetano e Vittorio Veneto.

Abbiamo portato una piccola pubblicazione che vuole servire per la ricerca delle radici, e questo è il titolo della rivista, in cui figurano i nomi di un Mario Botteon. È questa legge in segno della grande amicizia verso di voi e verso tutti i veneti, un popolo che è andato in tutto il mondo, in tutti i continenti. E vogliamo ricordarle la grande importanza che i veneti hanno avuto a S. Caetano do Sul. Possiamo



La visita delle delegazione vittoriese nel 1984

VITTORIO VENETO

tre una grande commovente immedesima gli anni di tutti i presenti che dopo un anno hanno tributato un grande applauso e gli si sono stretti il collo.

L'incontro si concludeva con un conversato tra i presenti e brillantezza di notizie sulla città brasiliana.

Alcune notizie sulla città

Si è appreso così che S. Caetano è il Comune brasiliano con il più alto reddito pro capite. Il Console ha però armonizzato a non credere ad una sfacciatata ricchezza, ma purtroppo il dato è dovuto al bassissimo reddito delle altre città. S. Caetano è stralata tra le città e i comuni di S. Paolo, di S. Bernardo, Comune dal quale si è staccato nel 1948, S. André. Non c'è spazio per l'espansione e quindi è una città che cresce verticalmente.

Il Comune ha una organizzazione sanitaria di grande prestigio che ora soffre un po' perché ad essa si ricorrono anche i cittadini di altri comuni contorni.

Altre notizie: Il Consiglio Comunale è composto di 21 membri, 17 di maggioranza e 4 di opposizione e si riunisce una volta al mese. Il Sindaco e Vice Sindaco sono eletti direttamente dagli elettori. Gli assessori, 6 in tutto sono scelti dal Sindaco tra i cittadini.

Sono esonerati dalle tasse i cittadini che occupano un appartamento con superficie inferiore ai 120 mq. L'acqua non viene pagata dalle famiglie che consumano meno di un determinato quantitativo.

Sono brevi e veloci notizie che ci permettono di fare una conoscenza più approfondita della città gemella.

Arrivederci

Nella seconda giornata di visita la delegazione ha partecipato alla inaugurazione del nuovo stabilimento Sica.

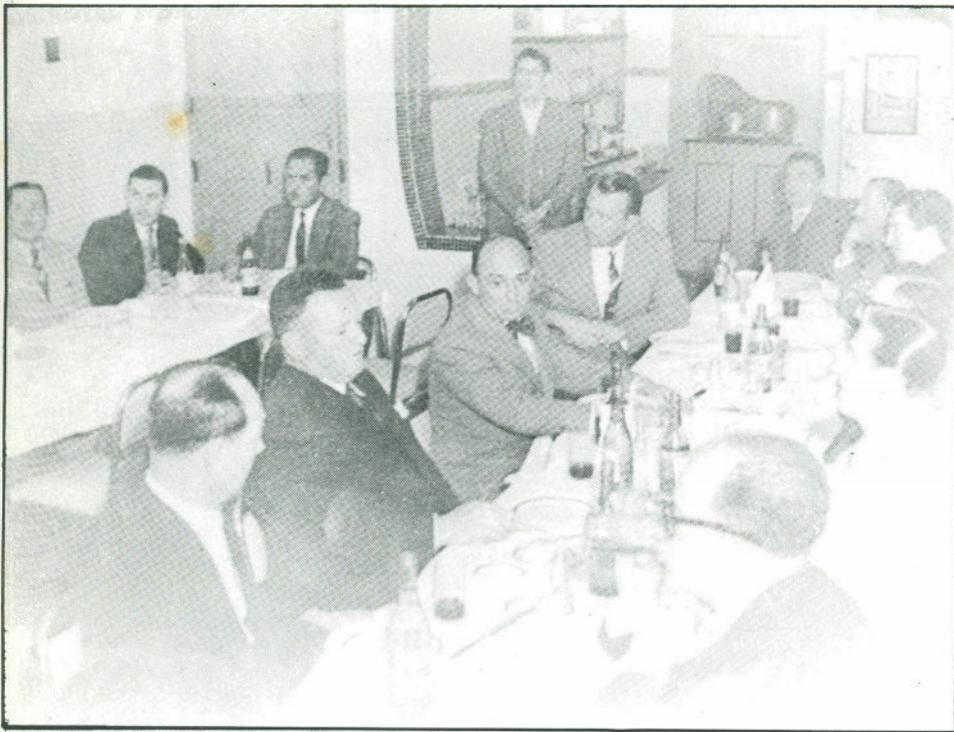
Al Terme c'è stato il pranzo ufficiale con gli amministratori comunali. Nel pomeriggio una rapida visita ai luoghi del circondario.

Infine, gli sera, una cena con i genitori delle delegazione vittoriese che nel 1984, con a capo l'allor' sindaco Franco Goncal, aveva visitato S. Caetano.

Domenica mattina la delegazione ha lasciato la nostra città diretta a Vicenza e a Thiene città pure gemellate.

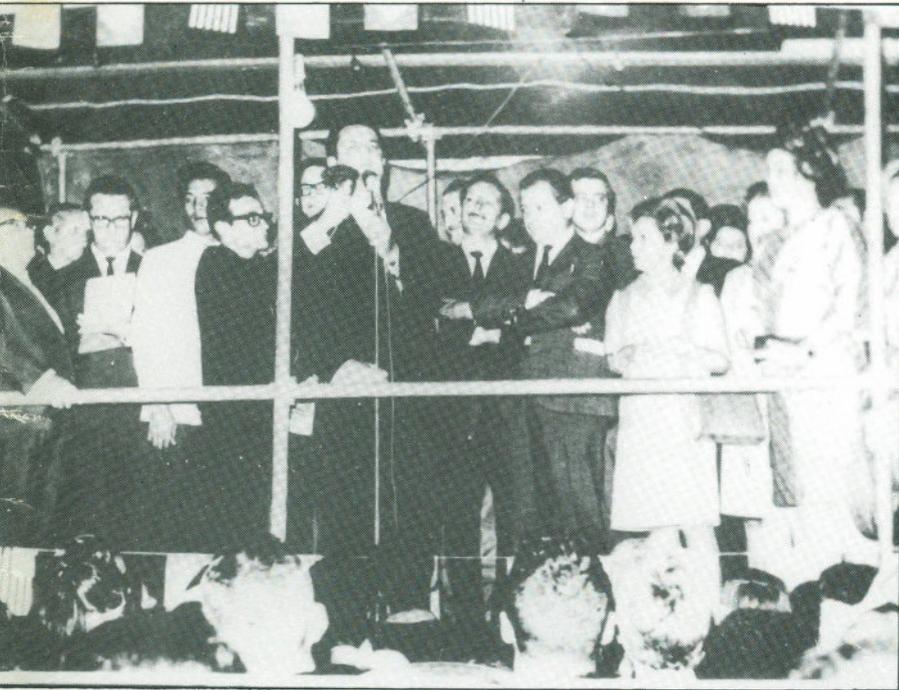
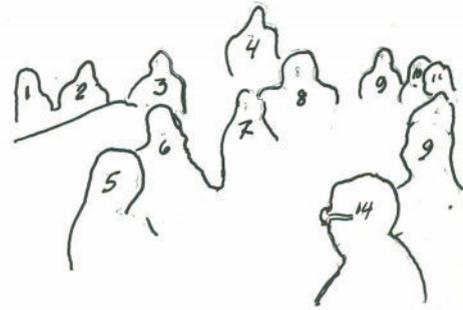
Nell'accoglierci dall'assessore Benicquie gli ospiti brasiliani hanno rinnovato l'assicurazione che ritorneranno per la visita ufficiale e si sono detti entusiasti di questa hanno visto e dell'accoglienza ricevuta.

D. O. B.



Fundação do Lions Clube de São Caetano do Sul-Centro (1955)

- 1 - Souza Voto
- 2 - Ivanhoe Sposito
- 3 - Moacyr Prestes
- 4 - Nelson Amato
- 5 - Plínio Gastaldo
- 6 - Jakob Timmermann
- 7 - Nestor do Oliveira
- 8 - Harry Richard Hanitsche
- 9 - Vilibaldo Coelho Maia
- 10 - Hermínio Moreira
- 11 - Gildo Vasconcelos Ramos
- 12 - João Habib Kirche
- 13 - Otávio Tegão
- 14 - Luiz Dutra Pizão



Inauguração do Bosque do Povo, em 22 de março de 1968. Ao microfone, o prefeito Walter Braido. À esquerda de Braido, Oswaldo Samuel Massei, deputado estadual. À esquerda de Massei, Roberto Abreu Sodré, governador do Estado, ladeado pela primeira-dama estadual. A seguir, Maria Braido, primeira-dama do Município



Armando Arruda Pereira, em foto de 1927

